



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**FRIDA KAHLO:
RELAÇÕES DE PODER MATERIALIZADAS**

CAROLINE SCOTTI VILAIN

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Brasília

2017



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**FRIDA KAHLO:
RELAÇÕES DE PODER MATERIALIZADAS**

CAROLINE SCOTTI VILAIN

ORIENTADOR: LUIZ DANIEL JATOBÁ FRANÇA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Brasília

2017

CAROLINE SCOTTI VILAIN

FRIDA KAHLO:

RELAÇÕES DE PODER MATERIALIZADAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA INTERNACIONAL E COMPARADA

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França (IREL-UnB)

Orientador

Programa de Pós-Graduado em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos (IREL-UnB)

Programa de Pós-Graduado em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília

Prof. Dr. Jimmy Casas Klausen (IRI-PUC-Rio)

Programa de Pós-Graduado em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Brasília

Dezembro, 2017

AGRADECIMENTOS

Agradecer está no doce processo de reconhecer a vida não estar somente em duas mãos. Caminhos cruzantes nos modificam e solidificam, manejando com que nunca permaneçamos somente nós mesmas. A impossibilidade de me definir é o invólucro que recebo por parte daquelas que me são queridas, minha maior gratidão.

Regozijo a possibilidade inconstante de ser desafiada e nunca conseguir descansar no etéreo sabor de dizer quem sou ou o que este trabalho é. E este regozijo torno meu agradecimento, expondo neste pedaço de saber-poder o meu contato com aquelas responsáveis por essa impossibilidade de me aquietar.

Refutando ordens e hierarquias, porém levando em conta que quando escrevo já começo, inicio por meu orientador, Daniel Jatobá. Na sua leveza de orientação incomum, em meio a cafés de quatro ou cinco horas, ele tomou posição de me apoiar na maior das loucuras: uma quebra da normatividade. A resistência ética e política proporcionada por ele a mim, tomo como um presente. O deleite de escrever uma dissertação com minha densa opinião e a partir de minha experiência tornou o que deveria ser trabalho, poesia. É com poesia que ele me permitiu chegar à finalização deste projeto. A minha admiração fica com ele.

O processo de desconstrução e reconstrução de meu projeto, porém principalmente de mim enquanto sujeita, só pode ser feito através de vivências e formas de vida resistentes, as quais encontrei em minhas pessoas mais importantes, as quais os nomes não fazem jus às suas complexidades, porém são meu único recurso nesta folha que me cabe: minha mãe, mulher forte e guerreira, doce e simples, um vulcão de adjetivos, Regina; minha madrinha, inspiração de cultura, arte, resoluta e indecifrável, com um fresco indescritível, Áurea; meu irmão, com quem eu desejo a melhor das aproximações para aproveitar todo o seu carinho, César; meu pai, espírito livre, irrequieto, impossível de por em inteiros, Cesar; meu filósofo pessoal, confidente, desafiador-mor e o meu mais difícil quebra-cabeça, Matheus; minha terra molhada, de cheirinho de chuva, sempre fértil em carinho e conselhos, com coração harmonioso, mostrando-me o que a amizade-amor é capaz, Sol e Caio; meu companheiro, agora já sob outro título, o qual no aprendizado mútuo me quebrou em mil pedaços para juntá-los de maneira cada vez mais bela todos os dias, Artur; meus portos-seguros, amigas de outra experiência-viva, não cabível neste mundo-instante, as quais me

escutaram, me aconchegaram, me acolheram e me mostraram que a vida é somente lados-bons, problemas são perspectiva, Débora, Larissa, Gabriela, Bárbara, Bruno. Aos dois pés-no-chão da minha vivência, entre afetos e experiências, estiveram aqui para me apoiar, Damázio, como gosto de chamar, e Bruno. Aos meus grupos de amigas, as quais em conjunto tornaram-me um todo-parte mais contente, permitindo ultrapassar meus limites-tristeza, roncadores – Camilinha, Megonha, Renan, Gaga, Pedro, Ryan, Júlio, Jorge e Antonio, e todos seus maravilhosos adendos; pds – Sebastian, Romulito, Victorinha, Maurissaum, Luciboy, Martinica; colegas do IREL – Evaristo, Ju, Isa, Bruna, Rafa, Pedro, outra Rafa, Philipp, aos quais quero muito bem; signos indecifráveis – De Bona, Bá, Fernandinha, Tonho, Locki, Tamara e Rulza; e a minha casinha-coração agora em terras áridas, Sophis, Gabis e Rolo.

RESUMO

O campo disciplinar de Relações Internacionais subjetiva e objetiva corpos a partir de saberes-poderes pouco compreendidos ao longo da graduação ou pós-graduação. Os conceitos de subjetivação e objetivação, assim como de resistência aos discursos e práticas, foram utilizados por mim a partir da obra de Michel Foucault, cujos livros me aportaram base para escrever esta dissertação. Nesta, busquei expor a minha materialização enquanto sujeita internacionalista, a partir de uma genealogia do curso, assim como a minha resistência a essa materialização advinda de estudos da filosofia política e de outros debates proporcionados pelas sujeitas com as quais conviviam, as quais me desafiaram constantemente a repensar a ontologia e a epistemologia utilizadas por nossas professoras e colegas. Partindo deste início, minha metodologia se faz de um estudo sobre a resistência e a reprodução de Frida Kahlo dos discursos e práticas de sua época, durante sua vida, utilizando seus escritos e obras. Estes últimos considerei como os saberes-poderes seus, os quais estão imbuídos em sua vivência. Por fim, meu argumento principal é que Frida desafiou as normatividades da sociedade na qual viveu, porém ao mesmo tempo reproduziu muitas das relações de poder pelas quais era perpassada.

Palavras-chave: relações de poder; materialização de saber-poder; resistência artística; sujeitas; autobiografia; genealogia das relações internacionais, Frida Kahlo.

ABSTRACT

The discipline field of International Relations subjectify and objectify us in the short term of graduation or postgraduation. The concepts of subjectivation and objectification, as well as resistance to discourses and practices, were used by me through the work of Michel Foucault, whose books provided me with a basis for writing this thesis. In this writing of mine, I tried to expose my materialization as an internationalist subject, from a genealogy of the course, as well as my resistance to this materialization from studies of political philosophy and other debates provided by the subjects with whom I lived, which challenged me constantly to rethink the ontology and epistemology used by our teachers and colleagues. Starting from this beginning, my methodology is based on a study of Frida Kahlo's resistance and reproduction of the discourses and practices of her time during her life, using her writings and works. These last ones I considered like the his knowledge-powers, which are imbued in his experience. Finally, my main argument is that Frida challenged the norms of the society in which she lived, but at the same time reproduced many of the relations of power by which she was pervaded.

Keywords: power relations; materialization of knowledge-power; artistic resistance; subjects; autobiography; genealogy of international relations; Frida Kahlo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PROJETO.....	15
2.1 Tema.....	15
2.2 Contexto e Problema	15
3. INTERNACIONALISTA.....	21
3.1 Ponto de partida.....	21
3.2 Genealogia de Teorias de Relações Internacionais.....	22
3.3 Identidade	55
4. SABER-PODER: MÉXICO NOS SÉCULOS XIX E XX.....	60
4.1 Introdução.....	60
4.2 Porfiriato.....	61
4.3 Revolução Mexicana	67
4.4 Identidade e Pós-Revolução	79
4.5 Muralismo.....	88
4.6 Partido Comunista e Feminismo.....	95
4.7 Palavras finais sobre Saber-Poder: México nos séculos XIX e XX	100
5. SUJEITA MATERIALIZADA: FRIDA KAHLO.....	102
5.1 Introdução.....	102
5.2 Primeiras reflexões de infância.....	103
5.3 Preparatória.....	111
5.4 Acidente e começo da vida adulta	116
5.5 Gringolândia	131
5.6 De volta ao México.....	141
5.7 Palavras Finais sobre materializações em Frida Kahlo	147
6. PALAVRAS FINAIS	149
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Elena Huerta, "Venustiano Carranza", fragmento do mural 400 años de la historia de Saltillo. Foto: Acervo Centro Cultural Vito Alessio Robles, Saltillo, Coahuila. (Guillermina Guadarrama Peña, 2010).....	75
Figura 2 Diego Rivera, "El tianguis de Tlatelolco". Palacio Nacional. Ciudad de México. Foto: Oliver Santana / Raíces (INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES, MÉXICO, 1986)	91
Figura 3 Diego Rivera, "La creación del universo", 1931, acuarela sobre papel. Digitalização: Raíces. (INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES, MÉXICO, 1986).....	91
Figura 4 Aurora Reyes - Atentado a las maestras rurales (PILAR TURU, 2015).....	93
Figura 5 Frida Kahlo y Aurora Reyes ("Hombre, la pintora Aurora Reyes y Frida Kahlo", [s.d.])	93
Figura 6 Olga Costa, "El danzante", óleo/masonite, coleção permanente: Mano con mano. Museu de Arte Olha Costa-José Chávez Morado .(FIGUEROA; JESÚS, 2015).....	95
Figura 7 Four Inhabitants in Mexico, Frida Kahlo (KAHLO, 1938a).....	108
Figura 8 My Grandparents My Parents and Me, Frida Kahlo (KAHLO, 1936).....	110
Figura 9 The Two Fridas, Frida Kahlo (KAHLO, 1939a).....	111
Figura 10 Self Portrait with Cropped Hair, Frida Kahlo (KAHLO, 1940).....	111
Figura 11 The Arsenal, Diego Rivera (DIEGO RIVERA, 1928).....	123
Figura 12 The Bus, Frida Kahlo (1929).....	125
Figura 13 My Nurse and I, Frida Kahlo (1937)	130
Figura 14 Henry Ford Hospital, Frida Kahlo (1932a)	134
Figura 15 Frida and the Abortion, 1932, Frida Kahlo (1932b).....	135
Figura 16 Frida and the Cesarean Operation, Frida Kahlo (1932c).....	136
Figura 17 My Dress Hangs There, Frida Kahlo (1933)	141

Figura 18 A Few Small Nips, Frida Kahlo (1935).....	143
Figura 19 Remembrance of the Wound, Frida Kahlo (1938).....	144
Figura 20 Two Nudes in the Forest, Frida Kahlo (1939b).....	145
Figura 21 What the Water Gave Me, Frida Kahlo (1938b).....	146
Figura 22 Sun and Life, Frida Kaho (1947).....	147

1. INTRODUÇÃO

Minha vulnerabilidade.

Separavam sujeita e objeto. Quebravam cartesianamente a possibilidade de envolver-me com a minha dissertação.

Falavam-me que o Estado existia, mais importante que nós. Tucídides narrava na guerra do Peloponeso estes homens fortes, honrados e viris. A teoria política começava no tocar o coração dos homens que escutavam o governante, para que assim o seguissem.

Eu, contudo, resolvi desviar do caminho, pegar um atalho e submergir.

Sou mulher, branca, de classe média-alta, a qual decidiu não assinar facilmente a folha da verdade internacional.

As relações de poder se fazem teia a me atravessar, compondo-me internacionalista, materializando meu corpo. Só que eu resisto, pedindo uma ética do cuidado de si que afirme: estou aqui e quero ser representada. Se o poder for um aglomerado de relações mais ou menos coordenadas, o único problema é fornecer uma rede de análises que torna possível a analítica das relações de poder. Quero ver ser possível pensar no Estado como construído por nossas práticas e discursos, emanados de nós; sem nós, não há contrato. O corpo social assinou, podemos desassinar, assassinar a concretude de um Estado que por si só, desmorona.

Venho reivindicar a ontologia de um ser que nunca existiu, a não ser na masculinidade diária de quem me ensina do alto do congresso ou do alto da sala de aula que Estado se faz de homem honrado, leal e guerreiro. Se faz da proteção das mulheres e crianças e do silenciamento. Silêncio de todas aquelas que desafiam sua ordem estabelecida. As anormais caladas e esquecidas. Sem perceberem que mesmo aqueles que sustentam a ordem precisam lutar diariamente para sustentar essa normatividade, pela qual pagam um preço caro.

Quero nesta dissertação dizer que há de se pensar a masculinidade, a branquitude, a ontologia estatal, pois todos estes privilégios e contos incutem violências e sofrimentos, inclusive para aqueles que a sustentam.

Poder não é nosso, poder está em nós.

Estado não é ator, é normatividade.

Como pode o Estado ter vontade e interesse, se não é ente? Vontade e interesse estão em quem governa, pessoas que tem nome, rosto, voz e atitudes. Porém não na agência, mas na materialidade de seus corpos, subjetivados e objetivados pelo que falam e por como agem nesta época.

Esta minha dissertação foi um trabalho conjunto, entre eu e ela. Modifiquei-a assim como ela me modificou, um trabalho simbiótico. Primeiro, foi escrita em primeira pessoa: atitude tomada aqui porque eu tenho ideias sobre tudo que escrevi, as quais não são impessoais e necessitaram muito da minha reflexão.

Segundo, foi escrita em plural feminino: por eu não me sentir representada pelo discurso masculinizante dos clássicos de Relações Internacionais, o qual reforça “os homens”, os plurais masculinos e a heteronormatividade, decidi me representar naquilo que seria minha obra ou meu saber-poder. Nestes plurais femininos, abarco todos os gêneros, sem distinção. Porém, como falo enquanto mulher, me represento¹. Por isso, escrevi no texto “sujeitas”, “indivíduas”, “as muralistas”.

Considerando estas duas opções de linguagem-texto, descrevo aqui os meandros deste trabalho. O segundo capítulo, intitulado *Projeto*, traz o tema, o contexto e o problema do projeto que fiz, o qual originou esta dissertação. Não mudei sua linguagem original. Meu objetivo é mostrar o primeiro esqueleto que montei, as primeiras reflexões mais concretas que me levariam à finalização desta dissertação. Portanto, neste ponto se encontra em terceira pessoa, plural masculino, o que produzi um ano antes a contar do mês em que entrego esta finalização: novembro de 2017. No projeto, delimito que meu tema seriam os saberes, poderes e a ética do cuidado de si materializadas em Frida Kahlo. Seus pontos mais importantes são conceituar o pensamento de Michel Foucault, o qual serve como base “metodológica” para o meu intento, servindo como uma fonte alternativa de conhecimento para desenvolver uma pesquisa em Relações Internacionais (RI). No contexto e problema, delimito pensamentos relacionados ao Estado, às relações de poder,

¹ Quando terminei de escrever esta tese, deparei-me com o edital de Ciência Política da USP, o qual começava com o seguinte subtítulo: [Este edital emprega o feminino - “alunas”, “candidatas”, “professoras”, “orientadoras” etc. – para referir-se a pessoas de diferentes gêneros]. Link do edital: [http://dcp.fflch.usp.br/dcp/images/Edital de Sele%C3%A7%C3%A3o 2018.pdf](http://dcp.fflch.usp.br/dcp/images/Edital_de_Sele%C3%A7%C3%A3o_2018.pdf). Acesso em: 10/11/2017.

às sujeitas neste campo disciplinar de RI, assim como as principais autoras nas quais fundamentei meu pensamento.

No terceiro capítulo, *Internacionalista*, me propus a fazer uma genealogia de como me materializei internacionalista. Me foi impossível fazer neste ponto uma revisão teórica ou bibliográfica, como se costuma chamar. Primeiro, porque Foucault refuta fazer teoria. Seu pensamento foi a base de meu trabalho, portanto cheguei a um ponto em que não fazia sentido para mim trabalhar a partir deste molde. Foucault não se propõe a criar uma teoria do poder. Em oposição a isso, ele desenvolve o que chama de analítica do poder, a qual não se pretende a-histórica, nem livre de contexto ou muito menos passível de se aplicar como uma generalização para toda a história. Para criar uma teoria do poder, seria necessário vê-la como tendo emergido em um determinado lugar e tempo e, conseqüentemente, deduzi-la, reconstruir sua gênese.

Em contraste à uma revisão teórica onde me colocaria nesta posição de dizer o que é verdade, certo ou reproduzir o que seria “as palavras das autoras que utilizei sem viés algum”, decidi por expor grande parte do discurso que me foi apresentado ao longo da graduação e pós-graduação como os estudos de RI teóricos. Lançando luz sobre trechos de autoras utilizadas de maneira mais corrente, chamadas *mainstream*, busco reproduzir seus discursos analisando a realidade que se materializa a partir deles: quem é silenciada, quem não está inclusa, qual a normatividade que me é colocada.

O terceiro capítulo é para mim uma genealogia da minha materialização enquanto sujeita internacionalista. No terceiro ponto deste capítulo, trago ainda uma breve reflexão sobre identidade, na qual exponho que, para mim, identidade só existe enquanto empoderamento, enquanto afirmação de sujeitas que necessitam dizer que possuem uma identidade para se materializar enquanto alguém específica e resistir, desta forma, ao que se entende como violência ou opressão. Desta forma, entendo que identidade é uma ética de cuidado de si, uma resistência, quando proferida por alguém que assim desejar. Quando proferida pelo discurso de governamentalidade, de biopoder, vejo identidade como uma subjetivação e objetivação de sujeitas, a qual tenta nos enrijecer enquanto indivíduos, quando para mim somos todas divíduas: divisíveis, sempre em processo de subjetivação e objetivação diferentes, resistindo, refazendo-se, recriando e repensando. Enrijecer-me enquanto alguém específico em um espaço-tempo é me limitar e, portanto, refuto isto. Refuto, em palavras finais, a visão das autoras de RI sobre quem

são as atrizes do sistema internacional, quem são as sujeitas que participam desta teoria dos jogos, assim como a unicidade das categorias ontológicas (sujeita, Estado, sistema internacional, atrizes).

Levando em conta a analítica do poder (poder produtivo, segundo Barnett e Duvall (2005)), busco nos capítulos seguintes analisar como Frida Kahlo se materializou enquanto sujeita em processo durante seus primeiros 33 anos de vida e como ela resistiu aos saberes-poderes de sua época: meus questionamentos foram quais os discursos e as práticas que a perpassaram e qual foi sua ética do cuidado de si, ou como ela resistiu a esta normatividade.

No capítulo quatro, *Saber-Poder: México nos séculos XIX e XX*, faço um mosaico de discursos e práticas da época em que ela viveu. Quais são os acontecimentos históricos mais noticiados, quais foram os discursos correntes na época, quais as práticas valorizadas por estes discursos. Percorro um caminho desde o porfiriato - época em que Porfírio Díaz governou, no pré-revolução mexicana – até a criação do Partido Comunista Mexicano e o rompimento de Trotsky com este.

No último capítulo, *Sujeita Materializada: Frida Kahlo*, apresento reflexões sobre a sua infância até seus primeiros anos de volta ao México depois de viver nos EUA com Diego Rivera. Abarco fluidamente suas reproduções e resistências em relação à normatividade da época, trazendo trechos de suas cartas, suas obras, assim como suas falas e das pessoas mais próximas a ela. Utilizo como material-base o livro de sua biografia escrito por Hayden Herrera, complementando com algumas reflexões derivadas de outros livros dedicados à artista.

Desta forma, deixo-as começarem a leitura. Bem-vindas ao processo de se viver e fazer um mestrado acadêmico.

2. PROJETO

2.1 Tema

As relações de poder² e a ética³ da sujeita⁴ imbuídas em Frida Kahlo e sua materialização⁵ em seu corpo social analisadas através de seus saberes-poderes.

2.2 Contexto e Problema

O projeto que será apresentado a seguir insere-se na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília intitulada “História das Relações Internacionais”⁶. Esta linha cuida dos elementos empíricos definidores de

² O poder segundo as principais correntes de Relações Internacionais é visto como algo imanente ao ator, como uma capacidade material ou de influência sobre o desejo ou percepção de outros atores. Neste projeto, a abordagem ao poder difere destas por pensar não em um “Poder” como categoria ontológica, mas sim como um fenômeno relacional, histórico e dinâmico, não sendo passível de posse por objetos ou pessoas. Partindo dos escritos de Foucault, o poder manifesta-se no corpo social através de relações de poder, as quais estão introjetando tanto o dominante como o dominado. É o exercício do poder, não o poder em si, o fenômeno estudado, pois o poder só existe quando colocado em prática. (FOUCAULT; 1983, p. 129)

³ O método arqueogenealógico de análise de Foucault parte da percepção da objetivação da sujeita a partir de três fontes principais: os saberes, os poderes e a ética. Estes três dispositivos objetivam através de modalidades enunciativas que constroem a realidade através de suas escritas (produções como livros, declarações institucionais, leis, artigos); através dos poderes que são exercidos pelo controle da ação dos sujeitos e, por fim, pela ética. Ética, para Foucault, “deixa de ser a regra moral ou a conduta que se pode medir em relação a ela pelo comportamento real do agente, mas sim seu modo de “conduzir-se” diante da prescrição da regra e a constituição como “sujeito moral” que isso demanda.” (CANDIOTTO, 2013, p. 222)

⁴ A sujeita, para Foucault, está colocado em relações de poder complexas. Ele identifica dois significados para a palavra sujeito. A primeira é a sujeição, o estar sujeito a outro através do controle da dependência. O segundo significado é ligado à sua própria identidade pela sua consciência e auto-conhecimento. Ambos os significados sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita a algo. Pensa-se aqui na sujeita como uma resistência à identidade nacional e uma conformação ao mesmo tempo. Como explicitado por Revel: “Os “modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se coma sujeita de sua própria existência” (REVEL, 2005, p. 82).

⁵ A analítica do poder, proposta por Foucault, pode ser feita somente através da observação das práticas de poder. Na materialização do poder no corpo social tem-se a fonte de análise principal para entender estas relações de poder de uma época.

⁶ Há duas grandes áreas de pesquisa no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília: ‘Política Internacional e Comparada’ e ‘História das Relações Internacionais’. A primeira tem como foco explicar fenômenos internacionais a partir de ferramentas teóricas desenvolvidas pelo pensamento político, econômico e social. A segunda linha de pesquisa atenta menos ao conteúdo explicativo generalizante das relações internacionais e mais com o que o IREL, em seu website, define como “[...]o conjunto das interações entre atores internacionais fruto de fatores econômicos, demográficos, culturais e tecnológicos além dos recursos de poder mais imediatos que existem entre os povos reunidos em sociedades politicamente organizadas. Esse modo de estudar a história, que explora outras fontes além dos documentos diplomáticos, tornou-se padrão também no Brasil.”. Fonte: <<https://irel.unb.br/ensino-e-pesquisa/pos-graduacao/ppgri-areas-de-concentracao/>>.

desdobramentos que delinham fatos internacionais. Além disto, compreende as relações entre os atores internacionais alicerçadas em fatores culturais e recursos de poder viventes e observáveis nos povos reunidos em sociedades politicamente organizadas. Fundamentamos nossa escolha por esta linha em específico devido à abordagem que será adotada para analisar o problema de pesquisa e também devido ao objeto de análise escolhido. A abordagem será a linha filosófico-política preocupada em evidenciar as violências existentes nas relações de poder e nos discursos políticos. Já o objeto, por sua vez, é a identidade nacional⁷ e sua relação com o *Outro* - a alteridade e a identificação na modernidade.

A identidade nacional começou a ser estudada oficialmente nos meios acadêmicos dentro da visão psico-analítica de identificação e diferenciação do outro, por autores como Freud, Lacan e Jung. Stuart Hall problematiza esta categoria de identidade demonstrando como Michel Foucault, Althusser e outros autores tomaram este debate e o continuaram retirando o fator psicológico de sua compreensão de identificação, a fim de evidenciar as introjeções políticas nos discursos e práticas da modernidade. (HALL, 1996) Este autor, em sua introdução escrita para o livro “Questions of Cultural Identity”, questionando a importância de se estudar identidade, debate como a identidade pode ser forjada a partir de práticas do eu perante os mecanismos de subjetivação e objetivação políticos. Após apresentar visões conflitantes desde teorias psicanalíticas até visões político-filosóficas, ele nos fala sobre a importância de estudar a prática de reconhecimento e identificação e as formas como a sujeita resiste e conforma-se aos dispositivos e discursos subjetivantes. Como afirma Hall (1996, tradução minha):

“A questão que resta é se também exigimos, por assim dizer, fechar o fosso entre os dois: isto é, uma teoria dos mecanismos pelos quais indivíduos como sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as “posições” às quais são convocados; bem como a forma como moldam, estilizam, produzem e ‘desempenham’ essas posições, e por que nunca o fazem tão completamente, de uma vez e de todos os tempos, e algumas nunca fazem, ou estão em constante e agonístico processo de lutar, resistir, negociando e acomodando as regras normativas ou regulatórias com as quais eles se confrontam e que os regulam.”

Após esta breve introdução dos pilares de sustentação deste projeto, arquitetamos como seu objeto de estudo a introjeção política da identidade nacional nos sujeitos patriotas⁸ e a

⁷ Em grande parte dos estudos de Relações Internacionais, como nas teorias realista, institucionalista e construtivista, a identidade nacional será tida como fator cultural. Porém, nossa abordagem a tomará como fator político. Este argumento será desenvolvido ao longo do projeto.

⁸ A sujeita patriota tem duas facetas. Uma interna, identificando-se com o Estado-nação; e uma externa, aceitando entregar sua vida para defesa deste soberano. Ele é um ser político, cultural e igual entre seus pares; ele maximiza-se em seu sacrifício.

resistência à esta introjeção. Este objeto será analisado a partir de duas obras de Frida Kahlo, em conjunto com uma apreciação de seu envolvimento no partido comunista durante a primeira metade do século XIX. Interpretamos os quadros dela como uma materialização da luta entre identificar-se com uma nação e encontrar outras práticas de identidade política que não a nacionalmente reproduzida. Através de dispositivos políticos, regulamentações, assim como da possibilidade do eu de auto-constituição, analisaremos a identidade nacional através de dois quadros intitulados “Allá cuelga mi vestido” e “Autorretrato en la frontera entre Mexico y los Estados Unidos”, pintados respectivamente em 1933 e 1932. Entendidas estas obras aqui como práticas e discursos imagéticos da pintora, analisaremos o contexto em que viveu esta artista, o qual a constituiu enquanto sujeita patriota, ao mesmo tempo que a permitiu recriar formas de viver divergentes da cultura nacional.

Frida cresceu durante o pós-revolução mexicana, a qual trouxe como consequência o surgimento de um discurso de unificação nacional pautado na identidade indigenista, a fim de retomar a coesão interna do país. No primeiro quadro que estudaremos, “Allá cuelga mi vestido”, de 1933, ela pinta diversos elementos associados com a identidade norte-americana de maneira crítica, criando uma imagem deletéria dos norte-americanos em geral e de seu país. Nesta época, o discurso comunista estava ganhando relevância no México e já tornara-se dispositivo político, ao dar vida a um partido comunista. Frida, então, empodera através desta arte o discurso do *Outro* norte-americano capitalista que deve ser combatido, aliando os enunciados políticos de seu partido assim como suas relações de poder, criando sentimentos em relação aos norte-americanos, tomando-os todos como idênticos dentro deste Estado-nação.

Em outro quadro de 1932, “Autorretrato en la frontera entre Mexico y los Estados Unidos”, ela empodera este discurso e prática de identidade nacional ao pintar bandeiras do México - esta bandeira segurada em sua própria mão, fazendo-nos identificá-la como mexicana - e dos Estados Unidos - esta pintada em meio a uma fumaça, criando uma imaginação de identidade pueril, fraca e dispersante -, reafirmando as fronteiras⁹ existentes entre eles. Outrossim, pinta ela também neste

⁹ Fronteiras aqui possuem dois sentidos. Um de alteridade, proveniente da ação de identificar-se e excluir os que não estão na sua categoria de identificação. Outro de fronteira territorial, neste trabalho entendida como uma instituição política construída a partir das relações de poder estado-soberanas.

quadro elementos da identidade indigenista, a qual estava se consolidando¹⁰ como projeto político na época. Percebemos uma mescla de identidades nacionais trabalhadas nesta pintura, porém todas fundamentadas na visão totalizante de um eu nacional e um *outro* não-nacional.

Destarte, levantamos a questão: não há como se pensar que ela resista a estas práticas e enunciados? Como essas identidades excluem-se e relacionam-se? Quais violências elas inflamam? Neste ponto, o excerto supracitado de Stuart Hall toma relevância ao procurarmos maneiras de reconhecimento e reflexão sobre identidade nacional consubstanciados em Frida que se diferem das maneiras dominantes na época em que ela viveu. Ao pesquisarmos sua biografia, captamos sua resistência ao pensamento identitário em um ponto minucioso desta última obra: o momento em que ela pensa o indigenismo mexicano - que seu marido Diego Rivera empoderava sem quaisquer ressalvas - por entre elementos de uma tribo indígena matriarcal. Estes elementos, apesar de ela se considerar indigenista, permitem mostra-la desafiando o saber-poder consolidado. Neste sinal a ética do cuidado de si¹¹ surge - uma forma de perceber como ela, ao identificar-se com uma tribo indígena matriarcal e diferente daquela proposta oficialmente para unificação de seu país, resiste a este saber-poder objetificante. Portanto, verificamos a materialização das relações de poder entre nacionalidades conflitante nesta pintora, ao mesmo tempo que percebemos sua produção de si como objeto no mundo ao pensar identidades diferentes daquela proposta pelo projeto estatal.

Nosso recorte histórico, seguindo o que foi exposto até agora sobre o que estudaremos, será o da vida de Frida Kahlo - a qual viveu durante a primeira metade do século XX. Isto coincidirá com a consolidação e ápice dos saberes-poderes da identidade nacional na sujeita patriota. Porém, a análise destes saberes-poderes que darão vida a subjetivação de Frida enquanto

¹⁰ Entendemos como ‘consolidar ideias ou discursos’ o processo que Foucault descreve de relação entre saberes até o ponto em que um conjunto amalgamado deles se destaca e normaliza-se no discurso e enunciados de determinada época. O mesmo aplica-se para os poderes, porém em relação a consolidação de práticas e instituições políticas.

¹¹ O cuidado de si é uma expressão que Foucault usa e que é descrita por Revel (2005) como “[...] uma retomada da *epimeleia beautou* que se encontra, em particular, no *Primeiro Acebíades*, de Platão, [e que] indica, na verdade, o conjunto das experiências e das técnicas que a sujeita elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo.” O cuidado de si está ligado à resistência à governamentalidade, a qual é o agir sobre a ação dos outros a partir dos dispositivos políticos do estado, é o governo das populações. Portanto, o projeto de conhecimento da sujeita é uma ética pessoal visando resistir às introjeções políticas em seus limites possíveis.

tal virão do período histórico da sujeita moderno - século XVI¹² até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A identidade nacional é um discurso e uma prática recentes. A sujeita pré-moderno tinha sua identidade, lealdade e sentimento de reconhecimento ligados à tribo, à religião, ao príncipe soberano ou às comunidades locais até a emergência do Estado-nação. O nacional, sua cultura e pertencimento, estão atrelados à modernidade, quando emerge um cidadão patriota que defende sua nação por defender uma sociedade da qual ele se vê constituinte. O contexto em que se insere esta pesquisa está no processo da sujeita moderno identificar-se diretamente com um Estado possibilitando a emergência do discurso de nação, fortalecendo as relações de poder da soberania.

O período de análise proposto compreende a escavação histórica da emergência de enunciados, instituições e práticas que objetivam a sujeita tal qual nacional de um estado e permitem o surgimento da sujeita patriota. É o momento, portanto, em que se introjeta no imaginário da sujeita a identidade nacional. Étienne de la Boétie, escrevendo no século XVI, modifica o discurso histórico até então dominante de ser o povo o reflexo do soberano. Ao deixar entendido que o soberano, na verdade, é reflexo do povo, ele traz à tona a possibilidade de pensar que está no povo a constituição do Estado. Nesta esteira histórica, os contratualistas consolidarão o entendimento que o soberano na verdade é o povo, aquele que consente em criar leis para sujeitar-se voluntariamente. Desta forma, a identidade passa a ser horizontal, pois todos são iguais e decidiram estar neste Estado, escolhendo quem o regeria, possibilitando uma identificação deveras enraizada e mais intensa com a sociedade em que se insere, permitindo imaginá-la como nação.

O problema evidenciado aqui remete às condições de possibilidade criadas pela identificação com uma nacionalidade. Quando emerge este discurso patriótico que se legitima e se fortalece na virada do século XIX para o século XX, um Outro não-nacional do país com o qual a sujeita se identificou é criado como categoria ontológica cuja vida pode ser deliberada de maneiras a preservar o contrato com o qual se consentiu. A soberania criada por esse consentimento, portanto, deve ser preservada e mantida, principalmente face às ameaças externas, as quais advém principalmente deste *outro* não-nacional. O que acontece quando nos identificamos como

¹² O primeiro autor que identificamos expor um saber trazendo a identidade na sociedade política foi Étienne de La Boétie, cuja obra Discurso da Servidão Voluntária foi publicado pela primeira vez em 1576. Por este motivo, iniciaremos por este século.

brasileiros? Como as práticas dos sujeitos baseados na sua nacionalidade criam condições de possibilidade de agir sobre *outros*? Estes questionamentos perpassarão a preocupação desta dissertação.

Consolidando toda a massa informativa exposta até o momento, situa-se esta pesquisa como crítica ao logocentrismo¹³ dominante nos estudos estatais dentro das Relações Internacionais, os quais advogam pela proeminência do estado e a defesa dos seus interesses como categorias ontológicas que permitem criar na sujeita uma identidade nacional. Se olharmos criticamente, a defesa destes interesses só pode ser feita pelas sujeitas, uma vez que elas existem de fato e, portanto, praticam e discursam estas vontades soberanas. Além disto, esse discurso materializa-se na identidade nacional de forma a criar categorias de *outros* que podem ser rechaçados ou oprimidos somente por não serem da mesma nacionalidade que você. Isto posto, coloca-se esta pesquisa como uma crítica à identidade nacional não como uma identificação natural da sujeita, mas sim como um discurso e prática que cria um *Outro* e, a partir disso, cria condições de possibilidade diversas. Outrossim, estes pontos estão inseridos em relações de poder perpassadas pelos dispositivos políticos do estado que dão origem a eles.

¹³ Entende-se logocentrismo aqui como a busca pela verdade que afirma noções únicas que devem ser encontradas. O *logos*, a verdade, tem pretensão de universalidade e traz consigo diversas consequências de enrijecimento de práticas como únicas válidas. Logocentrismo, partindo de Jacques Derrida, é o pensamento metafísico tradicional com legitimação universal, o qual identifica e trabalha com pares de oposição: razão e sensação, identidade e diferença, entre outros. (VASCONCELOS, 2003)

3. INTERNACIONALISTA

3.1 Contexto

A minha identidade está fragmentada. Perambulo entre mundos cuja aceitação é parcial, finita, limitada. Esbarro em fronteiras textuais e comportamentais que me marcam enquanto sujeita. É por eu estar sentindo na pele a afirmação de identidades que me interpelam, me excluem e ao mesmo tempo me compõe que me mantive firme em escrever.

Em diversos dias durante o período de produção deste texto, eu passei por momentos em que vivi diferentes identidades. Compreendi-me enquanto mulher¹⁴, ao estar em um grupo de amigos de maioria homens, ao conversar com mulheres que me falavam sobre assuntos de mulheres, enquanto debatia com pessoas as diferenças entre ambos, ou quando comecei a perceber que ser homem ou mulher faz parte de uma identidade fluída, não rígida, e então comecei a me acalmar e aceitar mais a incapacidade de sermos uma coisa só. Percebi, outrossim, que identidade eu não possuía, reproduzia. Me perpassava a feminilidade, quando me vi também na masculinidade.

Em outro momento, me afirmei como brasileira enquanto estava em um estágio onde havia muitos estrangeiros. Ou durante o intercâmbio também. Senti que me fazia bem estar perto de pessoas com culturas tão diferentes, com celeiros simbólicos tão diversos. Porém, ao ponto que fui me aprofundando nas relações, me deparei novamente com a diferença: eu ainda era estrangeira. Por vezes eu não conseguia compreender a jocosidade perante meu impedimento linguístico. Por vezes eu agia de uma maneira que era interpretada por elas como ingênua, expansiva demais, ou quiçá até louca? Vivi este momento e pensei: sou brasileira! Porém, quando voltei, outros impasses identitários tomaram conta de mim. Já não me encaixava completamente nos grupos de amigas com os quais convivía anteriormente, e já não me encontrava no mesmo local confortável de quando fui. Na verdade, talvez este local nunca tenha sido confortável, ou nunca mesmo tenho

¹⁴ Quando eu lidar com o conceito de mulher nesta tese, lidarei enquanto uma performatividade de gênero a qual não me define biologicamente, com toda a carga que ela atrás. Além disto, falo a partir de uma definição de mulher branca, de classe média-alta, com diversos privilégios. A partir do segundo e terceiro capítulos, mencionarei mulher e mulheres, as quais dizem respeito a mulheres (quando generalizadas) como Frida Kahlo, brancas, de classe média também, com privilégio de acesso à educação, de família cristã e com pessoas próximas influentes na época. Peço que considerem este parágrafo como uma das partes mais relevantes deste trabalho.

existido. A língua e o texto são realidades concretas na minha vida, assim como as práticas brasileiras me objetivaram e subjetivaram de uma maneira específica. Porém, comecei a perceber que não sou somente brasileira e, se sou brasileira, me defino, e depois me desconstruo. Porque tenho práticas alemãs de tempo e pontualidade, vontades alimentares italianas, gosto pelas artes à maneira da francesa e que, no fim, quando converso com minhas amigas estrangeiras: somos todas (in)divíduas complexas e parecidas, um mar de identidades e incapacidades de nos definirmos. Definir era violência.

Refletindo sobre todas estas questões, decidi que era o momento de tentar elucidar em minha mente como esse discurso de afirmação de identidades me atravessa, como as relações de poder que elas geram me afetam, quais violências que são criadas, como a governamentalidade se apropria disto na sociedade e quais são os efeitos disto em mim. Todas estas são questionamentos que permearam minha escolha pelo tema e que afetam diretamente a minha percepção sobre o que aqui está escrito.

3.2 Genealogia de Teorias de Relações Internacionais

Durante a minha vivência no curso de relações internacionais, tanto na graduação como no mestrado, tive contato com as disciplinas de teoria em seis semestres, um deles já na pós-graduação. À maneira como me foi apresentada a formulação desses estudos passarei aqui a refletir sobre. Farei um processo de genealogia das teorias que estudei e me lembro mais claramente, com foco no conceito de poder, buscando expor como este foi definido ao longo do curso. Nestes entremeios, colocarei minhas reflexões sobre estes temas, levando em conta que elas derivaram de conversas com minhas colegas de mestrado, com as pessoas com que convivo, com meu orientador Daniel Jatobá, com minhas experiências nas cidades onde vivi, e principalmente dos textos que li de Michel Foucault. Uma vez que abrimos espaço para pensar diferente, não há como voltarmos.

A genealogia¹⁵, a título de explicação, é um processo que se opõe à pesquisa da origem exata e única de conceitos e práticas que busca desvelar como uma verdade foi sendo criada,

¹⁵ Judith Revel (REVEL; PIOVEZANI FILHO; MILANEZ, 2005): “Foucault indica, com efeito, que há três domínios possíveis de genealogia: uma antologia histórica de nós mesmos em nossas relações com a verdade, que permite nos constituirmos como sujeitas de conhecimento; nas nossas relações com um campo de poder, que permite nos constituirmos como sujeitas que agem sobre os outros; e em nossas relações com a moral, que permite nos constituirmos como agente éticos.”

ganhando legitimidade. É um processo que refuta buscar a verdade única, a data exata para o surgimento de uma narrativa histórica, a causalidade exata. Na genealogia, busca-se expor os discursos e práticas que deram lugar a determinadas relações de poder, primeiro evidenciando-as e depois mostrando como narrativas diferentes culminaram no triunfo de uma delas, porém sem anular a existência destas outras. "É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa 'reencontrar' e sobretudo não significa 'reencontrar-nos'. A história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser." (FOUCAULT, 1982) Michel Foucault utilizou a genealogia de Friedrich Nietzsche em alguns de seus livros para dismantlar os edifícios dos poderes estabelecidos, para mostrar que os conceitos possuem origens em determinados discursos, em determinadas posições de verdade que estabelecem o concreto e o real. "E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergência de interpretações diferentes." (FOUCAULT, 1982) Fazer uma genealogia é expor uma forma diferente de interpretar aquilo que está posto, dado como real e concreto, aqueles conceitos que são aceitos sem maiores questionamentos, aquelas definições que são sólidas. É questionar, antes de tudo, os pilares e fundamentos da verdade (FOUCAULT, 1982, 2011).

O *modo genealógico de interpretação crítica*, ou interpretação genealógica (ou anti-interpretação) está ligada ao processo de inscrição disruptiva, onde o *processo* toma importância maior. Este modo de investigação está focado em um contínuo *desmembramento das estruturas de inteligibilidade* que fornecem identidades individuais e coletivas para (in)divíduas e que constrói espaços e suposições sobre a ordem das coisas. A escrita de Foucault, através da genealogia, tem um efeito desfamiliarizante. Ele nos desfamiliariza com as estruturas de inteligibilidade vigentes. Foucault tem um efeito desfamiliarizador porque ele trata de maneira inusitada, até estranha de certa forma, pessoas, lugares e conceitos tomados como normais pelo imaginário das sujeitas. Ao mesmo tempo, ele pontua temporalmente a emergência destes mesmos conceitos, pessoas e locais que são familiares a estas mesmas sujeitas. Ao fazer isto, ele revela as estruturas produtivas do saber-poder, os mecanismos de produção do conhecimento. Ele revela, também, as instabilidades e sucessos das práticas de produção de conhecimento, práticas de produção do saber. (SHAPIRO, 1992)

Foucault não parte de uma única e verdadeira construção do eu ou da ordem que explicaria universalmente a subjetividade do ser ou uma característica unicamente válida da ordem, conferindo-lhes uma essência específica. Do contrário, a genealogia desvela as diferentes formas de construção da subjetividade da (in)divídua, da construção de identidades particulares e de ordens. A genealogia não afirma a validade única de uma construção específica do eu e da ordem. A genealogia não dogmatiza uma perspectiva da (in)divídua ou do coletivo. A maioria das teorias críticas pressupõe um modelo autêntico de inteligibilidade. Já a imaginação genealógica apresenta todos os sistemas de inteligibilidade como falsas prisões, como *fixações arbitrárias* de resultados momentâneos, temporalmente específicos, das lutas entre forças opostas, lutas que poderiam ter culminado de maneira diferente. (SHAPIRO, 1992)

Procuro neste trabalho fazer isso: desmembrar, dismantelar identidades particulares, ordens, estruturas que são tidas como possibilidades únicas de explicação a partir de somente um modelo válido de interpretação, dentro do campo das RI. Ontologicamente, a genealogia percebe a existência como uma desordem, não algo completo e único em si mesmo, excluindo a possibilidade do eu alcançar uma autenticidade ou não-alienação. Portanto, qualquer interpretação da ordem das coisas se torna uma imposição arbitrária ou uma prática violenta. Basicamente, afirmar que “algo é desse jeito, por causa disso e daquilo” se torna uma forma de imposição dogmática. É de certa forma uma crítica à dialética de Sócrates, uma vez que não se pressupõe uma verdade única à espera de revelação e inteligibilidade do sistema de conhecimento da sujeita.

Para naturalizar e manter a ordem, que tipo de sujeita está sendo imposta? Muda-se a pergunta ontológica de “Quem é a sujeita” para “Qual delas?”. Qual sujeita está sendo tomada como ideal, como princípio norteador de uma verdade única? Qual a internacionalista que pretende se afirmar depois de formada, com diploma na mão? Qual sujeita mexicana era vista como exemplo? Quais sujeitas eram silenciadas?

Shapiro (1992, tradução minha): “Para a genealogia, toda forma de vida cria seus modos de subjetividade ou tipos de identidade humana e seus sistemas de significado e valor em uma luta com outras formas possíveis de vida.” É pressupor outras formas de vida que não uma específica e normalizada através do discurso. É a violência de se impor somente uma forma de vida que a genealogia pretende investigar através de outras formas de vida, ou da exposição dos silenciamentos criados por esses discursos enrijecidos. Cada uma delas cria seus próprios modos

de subjetividade e tipos de identidade humana com seus respectivos sistemas de conhecimento, significado e valor que se chocam com outras formas de vida.

Hegel pressupõe que todos os acontecimentos importantes na história deixam vestígios no presente. Ele pressupõe o eu contemporâneo como uma construção história progressiva da autoconsciência. Já a leitura pós-moderna acredita na contingência da história, em sua peculiaridade no momento presente. Portanto, qualquer conhecimento específico do eu é uma forma de poder, uma forma de impôr uma interpretação particular. Ou de impor o que Shapiro vai chamar de uma topografia do corpo: estabelecer um determinado arranjo de características físicas artificiais e naturais em uma área.

Pensando o exposto até o momento, história para mim, portanto, não é um acúmulo de sabedoria que advém de um passado distante. A história do meu corpo, dos corpos, das pessoas, reflete a história do exercício do poder. E essa genealogia que farei tem efeito direto no corpo, no meu corpo.

"O corpo: a superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise de proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo interamente marcado de história e a história arruinando o corpo." (FOUCAULT, 1982, tradução minha)

Perpassarei os saberes e os poderes perpassando sujeitas de RI, os saberes-poderes do México pós-revolução e como Frida Kahlo os reproduziu e resistiu. Estas três peças têm por alicerce Foucault e servirão de base compreensiva para levar a cabo essa ética da minha composição corporal enquanto estudante de RI e a ética de Frida Kahlo enquanto mexicana.

Ao longo de sua vida, Foucault escreveu sobre as formas de objetivação e de subjetivação dos seres humanos. Nos seus primeiros escritos, ele se debruçou sobre os saberes que possibilitavam esta objetivação e subjetivação, enquanto em seus livros sobre a História da Sexualidade ele pensa as resistências da sujeita que permitem pensar sua própria existência, realizando uma ética do cuidado de si. Para ele, objetificar e subjetivar a sujeita dizem respeito, como afirma Revel (2005, grifos nossos, tradução minha):

"[...] a dois tipos de análise: de um lado, os **modos de objetivação** que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que **há somente sujeitos objetivados** e que os **modos de subjetivação** são, nesse sentido, **práticas de objetivação**; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se coma sujeita de sua própria existência."

Os modos de objetivação e subjetivação ocorrem através dos saberes e poderes introjetados nas pessoas a partir de dispositivos e epistêmes políticos, tornando esta pessoa em uma sujeita. Já a terceira parte da qual fala Revel diz respeito à ética do cuidado de si, a qual foi desígnio dos escritos dos últimos livros dele. Debruçando-me primeiramente nos saberes, estes eram entendidos como discursos de conhecimento encontrados na “materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.)” (FOUCAULT, 2012) A história, a partir destes documentos, seria o trabalho e a utilização destes para criar enunciados que dariam existência à sujeita enquanto tal: “A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora da sujeita” (FOUCAULT, 2012). Portanto, quebra-se com sujeitas *a priori*, sujeitas completas, coerentes, auto-determinados, deixando viver apenas sujeitas históricas. É a partir da história que se pode, segundo ele, colocar em questão as teleologias¹⁶ e as totalizações. Com sua análise torna-se factível duvidar das finalidades últimas da história hegeliana, dos avanços e desenvolvimentos lineares que culminariam na realização do espírito humano e, por fim, mostrar como “[...] as sujeições puderam-se formar.” (*ibid*). Os discursos dos materiais documentais, analisados a partir da arqueologia¹⁷, permitem perceber quais enunciados foram dominantes em determinados momentos, subjetivando o conhecimento¹⁸ das sujeitas.

O poder, por sua vez, não é uma categoria material passível de ser possuída por uma sujeita ou *atriz/ator*, como se designa nas Relações Internacionais. Para Foucault, ele não é uma entidade una e estável. O que existe, na verdade, são *relações de poder*, não um campo de poder teorizável.

¹⁶ Teleologia vem da filosofia aristotélica. Aristóteles, ao pensar a virtude, a *civitas*, a amizade, o bem viver, pensava nelas com uma finalidade específica: alcançar a felicidade. Hegel também projeta a teleologia em sua historiografia, ao pensar que a história humana tende ao fim último da realização humana. Este conceito é, portanto, a afirmação de um objetivo, de um propósito para o estudo, para a palavra (ambos derivados do grego, *teleo* significa *final, aperfeiçoado, completo*; enquanto *logos* significa tratado, palavra, estudo). Para uma explicação completa e detalhada, ver Soares, 2017.

¹⁷ Foucault pensa na arqueologia como um método de estudo baseado na categorização e ordenação de documentos. Para ele, a partir do momento que a história se propôs a racionalizar séries históricas recortadas para estabelecer causalidades e princípios teóricos, ela tornou-se arqueologia, ao invés de historiografia.

¹⁸ Revel elucida a diferença de conhecimento e saber para Foucault neste trecho de seu livro: “[...]enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre as classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente da sujeita que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual a sujeita do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer.” (REVEL, 2005)

De fato, o autor não pretende criar uma teoria do poder, pois isto demandaria encontrar a origem espaço-temporal de uma categoria concreta, algo que ele refuta. Seu pensamento está pautado, outrossim, no que define como a *ação sobre a ação* (DREYFUS; RABINOW, 2014), uma vez que o poder é relacional e só pode existir quando se pode agenciar o leque de possibilidades de ação das sujeitas, quando se coloca possibilidades de ação específicas dentro de um limite no qual se deve escolher. Não existe uns e outros exercendo poder verticalmente, não existem papéis específicos sendo atuados por dominados ou dominantes categoricamente, mas sim sujeitas inseridas nos lemes das relações simultaneamente participando destas relações como dominados e dominantes - uma vez que para ser dominante, a sujeita precisa aprender primeiro a dominar, tem de ser dominada para depois participar de outras relações de poder. Revel (2005, p. 67, tradução minha) explica que:

“[...] uma genealogia do poder é indissociável de uma história da subjetividade; se o poder não existe senão em ato, então é à questão do "como" que ele retorna para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto à emergência histórica de seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. Em nenhum caso, trata-se, por consequência, de descrever um princípio de poder primeiro e fundamental, mas um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história.”

As visões de sujeitas que foram me apresentadas ao longo do curso de RI versavam ou sobre o Estado enquanto sujeita, ou sobre as agências internacionais, organismos internacionais, ou ainda as atrizes estatais, como instituições, empresas, entre outros. Eu, mesma, ou sujeitas, não tiveram espaço nessa formulação das sujeitas. Este espaço foi conferido talvez dentro do marxismo, teoria crítica e construtivismo. Porém, este combo pensa em estruturas como definidoras das identidades, as quais eu refuto existirem mais a frente nesta minha escrita. As teorias de Robert Cox, Karl Marx, Anthony Giddens, Alexander Wendt, Peter Berger, Martha Finnemore, Michael Barnett, Raymond Duvall, Peter J. Katzenstein, Nina Tannenwald, por exemplo, trazem identidades como sendo formadas por estruturas de entendimento coletivo, as quais são moldadas também pelas identidades humanas. O mundo material formaria e seria formado pela ação e interação humana, dependendo de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas desse mundo. Porém, eu refuto a possibilidade de haver um mundo material que está nos definindo. O mundo material está posto, sim. Porém, a sua compreensão, o seu processo de se tornar realidade é definido pelos saberes-poderes que estão nos permeando. A interação humana não definiria a identidade: esta identidade é posta politicamente e reproduzida socialmente. Mas é

dentro de instituições políticas que nascem identidades, as quais são socializadas pelo corpo social. E estas identidades são dispositivos de relações de poder, não estruturas que definem nossa essência. A consciência humana não existiria fora dos saberes-poderes colocados a nós pelos nossos contextos, vivências e práticas vistas. E é este contexto que me subjetivou e objetivou durante o curso de RI que quero expor agora.

Parto então agora à análise dos saberes-poderes que me subjetivaram e objetivaram no curso disciplinar de RI. No primeiro momento de meus estudos de teoria, definidos por um plano de ensino do curso de Relações Internacionais (RI), tive disciplinas como Introdução às RI, Teoria das RI I e II, Introdução à Ciência Política e Teoria Política I e II. Durante estes estudos, alguns aspectos básicos foram sendo compreendidos.

De início, aprendemos, eu e minhas colegas, de onde os teóricos desta área do conhecimento colheram seus conhecimentos. Na teoria realista, com suas derivações em clássico, estrutural, defensivo, ofensivo e neo, traziam-se as concepções de Kenneth Waltz, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Carl von Clausewitz, John Mearsheimer, E.H. Carr, os quais se utilizariam das obras de Tucídides sobre a guerra do Peloponeso e o poder de criar lealdade, de Nicolau Maquiavel sobre como o príncipe na Itália do século XVI deveria gerir suas posses e angariar simpatia para suas políticas, de Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke sobre a natureza humana e o contrato social. Vou tratar de falar sobre estes saberes à maneira que me foi apresentada, tentando reproduzi-las de forma a trazer à tona suas verdades. A partir de agora os plurais retornam ao masculino em algumas ocasiões para representar como me foram apresentados os saberes do curso de RI.

Na história da Guerra do Peloponeso¹⁹ se fala da guerra, esta que "[...] é uma consumada loucura quando se pode escolher e tudo vai bem; se, todavia, é inevitável a escolha entre ceder e ser dominado, ou arriscar-se para obter maiores vantagens, então merece censura quem se esquivava ao risco, e não quem o aceita." A guerra é trazida como um fim inevitável que não pode ser

¹⁹ A Guerra do Peloponeso foi travada entre Esparta e Atenas entre 431 a 404 a.C.. Esta história foi escrita e documentada por Tucídides na obra citada, e por Xenofonte na obra *Helênicas*. Segundo Tucídides, a Liga de Delos, liderada por Atenas, tornava o conflito *inevitável*. Seu poder e o temor que ela inspirava entre os espartanos seriam, então, a causa da Guerra.

contornado e que agora necessita de cidadãos comprometidos para lidar com ela. E Tucídides, ao narrar o discurso de Péricles, líder ateniense, procura mostrar a inspiração que ele trazia aos cidadãos. Suas falas teriam unido homens, juntando forças para enfrentar espartanos, considerados os melhores na arte da guerra. Foi pelo poder de exortar os homens à união que ele teria sido um líder exemplar, capaz de formar um grupo de homens hábeis a enfrentar forças mais poderosas, bem equipadas e preparadas que eles. Tática da liderança que capacita os melhores, mais fortes e inspiradores para discursos que são envolventes, cheios de perspicácia e racionalidade para exortar à ação. Nessa construção que é a guerra, na qual se esquivar é censurado, podado, categorizado como erro e transgressão, este tipo de líder é exemplo: padrão para abrir um curso de RI. Guerra, portanto, não era lugar para pessoas fracas, esquivas. Ela é inevitável, um beco sem saída, uma necessidade. Uma continuação da própria política, essa ciência que comecei aprendendo desde o começo da universidade. É, a partir daí, um fato. A guerra que parecia tão distante, uma vez que o Brasil nunca havia passado por uma sanguinolenta, segundo as professoras e professores que tive, agora se torna uma possibilidade concreta, uma realidade, uma inevitabilidade. Algo que nunca havia me interessado demasiadamente ganha todo o escopo da minha atenção e gera uma normalização: a guerra é inevitável e é uma política, uma política continuada por outros meios. E meios onde escapismo, sentimentalismo ou feminilidades não possuíam vez. Altivez de subjetividade: há que ser disciplinado, leal e corajoso.

"Vemos, portanto, que a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. [...] O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito." (CLAUSEWITZ, 2017, tradução minha)

Carl Phillip Gottlieb Von Clausewitz (1780 – 1831), militar alemão, escreveu no livro “Da Guerra”, publicado em 1832, o trecho supracitado. Seu contexto era o período pós-guerras napoleônicas na Europa. Eu, no Brasil, em 2016, estava na disciplina de segurança internacional descobrindo que ele era um cânone. Seu livro já havia sido citado para mim em Introdução às RI, portanto estava sendo repetido para ser aprofundado, amalgamado, incluído de maneira mais intensa. Um homem que havia estudado a guerra e demonstrado seus aspectos políticos, sua penetração no ambiente do Estado, e seu funcionamento como instrumento político utilizado para alcançar metas e propósitos específicos e racionais. É um instrumento claro, preciso, o qual deixa a marca de sua importância, uma vez que a política é o meio onde se encontram os homens mais

importantes, leais, guerreiros, decididos e poderosos. Uma guerra inspirada por discursos que tocam na honra dos guerreiros, um discurso de Péricles. E, desta forma, aprendi que guerras, política internacional e RI eram feitas para homens, racionais, leais e heroicos, além de bem organizados. Era a tática de exército, de disciplina, a qual deveria ser valorizada, na qual deveríamos ser treinados nesse curso para um dia atuar com questões de segurança internacional, de guerra, de exército e de política internacional. Para, quem sabe, atuarmos no Ministério da Defesa representando o país em conflitos. Porém, para isto, eu teria que ser honrada, organizada, racional e impiedosa.

Vale, a mim, citar aqui Foucault, pela forma como ele me apresentou uma resistência a esse discurso, subjetivando minha percepção da política como a continuação da guerra, e não o oposto. Quando li o seguinte excerto, depois destes anos de graduação e primeiro ano de mestrado, percebi que o que me era apresentado a partir destes *canônes* era uma guerra, uma guerra aplicada à política, uma política, portanto, de pura guerra. Considerando que neste momento eu já pensava na vida, em nossas identidades, subjetividades e objetividades como sendo políticas, atos e saberes políticos primeiramente, me foi então surpreendente pensar que a minha vida a partir deste curso estava sendo definida em termos de guerras – e guerras representadas pela masculinidade normalizada neste campo acadêmico: campo de guerras, heteronormatividades e belicosidades.

"O poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E, neste momento, inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios. O que significaria três coisas. Primeiro isto: que as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar um paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades económicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar a esta inversão do aforismo de Clausewitz: a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestadas na guerra. E a inversão dessa proposição significaria outra coisa também, a saber: no interior dessa "paz civil", as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, reviravoltas, etc... -. tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. E seria para decifrar como episódios, fragmentações, deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreveria a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições." (FOUCAULT, 1999)

Meus estudos de Organizações Internacionais I e II, Direito Internacional, Instituições de Direito Público, Geografia Internacional, entre outras, são episódios, fragmentações da guerra: dispositivos políticos para continua-la e racionaliza-la. Não há como escapar: o mundo estaria

organizado para e pela guerra. Mas o que ocasionaria isto? Dentro das disciplinas de Teoria I, a partir do realismo, seria a natureza humana ou a falta de uma autoridade supranacional detentora do monopólio do uso da força - como teriam os estados (WEBER; TRAGTENBERG; TOLLE, 2003). Além disso, todas essas disciplinas versavam seus saberes através do Estado: privilégio concedido a sua ontologia, nunca questionada. Unidade básica e definidora da minha vida, das nossas vidas: era a política estatal o cerne dos meus estudos e, portanto, o cerne das minhas preocupações.

"Conceitos Realistas - Os realistas partilham algumas características que permitem que muitos autores os reúnam em um só grupo teórico. Nas teorias realistas das relações internacionais, que reivindicam um caráter objetivo, empírico e pragmático, o Estado é colocado no centro das discussões, pois se considera que o Estado é o ator principal das relações internacionais. Esse Estado sempre atua servindo ao interesse nacional, que em sua forma mais básica é o desejo de sobreviver, mas que também se traduz no acúmulo e na manutenção do poder. O poder é tido como um instrumento por meio do qual os Estados garantem sua sobrevivência no meio internacional, este último considerado, de acordo com os realistas, como anárquico, isto é, na ausência completa de ordem. Os realistas não se preocupam com a origem histórica dos Estados, mas os tomam como dados (naturais), além de homogêneos, e geralmente pensam a natureza humana de forma pessimista, reivindicando como base de suas ideias as obras de Maquiavel, Hobbes e até mesmo Tucídides. Nas ciências sociais, e também para os realistas, o Estado deve ser definido a partir de sua capacidade de monopolizar a força coercitiva, ou seja, o poder interno sem o qual não há ordem. No plano internacional, contudo, não há Estado e, portanto, não há monopólio do poder coercitivo, resultando disso os conflitos e guerras em que mergulha a humanidade frequentemente. Dessa forma, o âmbito internacional é perigoso, e os Estados devem pensar em estratégias de segurança para impedir que sua soberania (autoridade legítima de cada Estado sobre seu território e sua população) seja ameaçada, e para assegurar sua sobrevivência. Encontramos essa descrição dos fenômenos políticos em Hobbes, que caracteriza a sociedade sem Estados como uma disputa constante de todos contra todos. Muitas vezes os Estados são obrigados a cooperar e fazer alianças para sobreviverem, sobretudo em função de uma balança de poder, isto é, buscando manter um equilíbrio na distribuição de poder no plano internacional. Logo, se um estado se torna muito poderoso, os outros podem formar um bloco para neutralizar seu poder e reduzir seu perigo para a segurança de cada nação. No pensamento realista a ética ocupa espaço reduzido, uma vez que, buscando a sobrevivência, os Estados podem quebrar qualquer acordo e desobedecer qualquer regra moral. A Realpolitik, do alemão Política Real, prática da política externa definida como maquiavélica, é normalmente associada a esse pensamento de cunho realista. Autoajuda é, para os realistas, a noção de que os Estados só podem contar com a sua própria capacidade no que diz respeito às relações internacionais. Em suma, os realistas enxergam o sistema internacional como um espaço de disputa pelo poder, motivada por um tema saliente em suas exposições: a segurança." (BATISTA DO NASCIMENTO, 2012)

Renée Batista do Nascimento, em 2012, era estudante do terceiro semestre de RI. Acima, ele descreve os *conceitos realistas*, os saberes do início do curso. Em um ano e meio, ele aprendeu como a política externa é definida de maneira maquiavélica, compreendeu que maquiavelismo é um sinônimo para guerra, para atingir seus fins independentemente dos meios escolhidos. Percebeu que o Estado é uma unidade básica e seu tipo de regulação cria paz, uma paz que não é vista no sistema internacional. E seguindo as ementas dos cursos no Brasil, ele provavelmente não irá ter contato com alguma outra forma de percepção da realidade que possa pensar que política é

a guerra continuada por outros meios. Esta é a sociedade política que lhe foi ensinada, assim como a mim também: uma sociedade formada por Estados, nascidos em 1648, pautados em um contrato social, os quais possuem o uso legítimo da violência para assegurar a paz e a aplicação das normas e que perante outros Estados se comporta de maneira auto-interessada e beligerante.

Partindo para os contratualistas²⁰, em continuação a genealogia do curso de RI: a sociedade discursada por eles, feita para homens, esses leais, bravos, corretos e normatizados, deveria ser pautada em um contrato, em uma organização específica para que não caíssemos em um estado de natureza hobbesiano, pautado pelo caos, onde o homem é o lobo do próprio homem (HOBBS, 2003). Nos séculos XVII e XVIII, com a consolidação do sistema de Vestfália, escreve esse conjunto de autores denominados contratualistas, os quais serão servidos à mesa da disciplina de RI. Eles foram assim conceituados por pensarem a soberania assente no contrato social, cuja função seria garantir a segurança pública e/ou a felicidade dos cidadãos (-ãos, homens). Ele seria, então, esse dispositivo político que nos une e nos torna civilizados (-os, homens), projetos de um grande conhecimento iluminista. O conjunto de seus saberes expressa esta percepção de uma sociedade pautada na igualdade dos indivíduos que dela participam e que só existe porque eles consentiram em criá-la. Essa sociedade vista como um conjunto de iguais que dividem os mesmos interesses cria um dispositivo muito singular: uma identidade horizontal masculina. Ou uma identidade una sedimentada no alcance da felicidade, prosperidade e segurança dos homens cidadãos. Legitimação da unificação nacional através de nossa humanidade, humanidade dos homens, que daria nome a cada uma das sujeitas e sujeitos que de uma nação fazem parte. Fim de uma identidade ligada à família, à hierarquia de casta, de identificação com um governante monarca, para uma identidade horizontal, onde a ligação é entre iguais e sua lealdade pautada na norma, no contrato, nas regras de convívio e normalidade.

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus,

²⁰ Visto que neste capítulo busco evidenciar o silenciamento das mulheres por discursos onde o masculino no plural predomina, acabarei por deixar no masculino alguns dos plurais para reforçar a penetração desta relação de poder. Cabe reforçar que não tomo mulheres aqui como sendo um conceito homogêneo e biológico, falo aqui como mulher branca, de classe média-alta e privilegiada, com ensino superior e oportunidades e discursos diferentes do de diversas outras.

a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se **aos brasileiros e aos estrangeiros** residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;" (BRASIL, [s.d.]

Nós, representantes deste contrato, reunidos que estávamos na Assembleia Nacional Constituinte: gostaria de pausar aqui. Eu não estava presente neste momento, não era nascida. Poderia ter sido representada por homens escolhidos não por mim? Para me afirmar valores supremos, de uma sociedade fraterna? Fraternal, de etimologia do latim, *de irmãos, fraternal, de primo coirmão, de parentes*. Não vejo menção a mulheres? Ou a pessoas LGBTQTTIQ? Somos todos iguais perante o contrato, portanto, igualam-me a todos os homens? Eles me representariam? Todos iguais perante lei, identidade horizontal, lealdade às normas, preconceitos pautados na normalização: o que não é normal, não-regrado, não-normativo, não consta no contrato, e portanto deve ser disciplinado, fagocitado, execrado. Pois o que motiva a guerra é essa natureza humana não normatizada, fora da lei, fora do Estado.

Portanto, a natureza humana: essa natureza humana poderia ser vista como má, segundo Hobbes, e causar a guerra, ou seria a sociedade que deterioraria uma natureza boa, segundo Rousseau, aquele com a visão de que o homem é bom, a sociedade é que o corrompe:

“[...] e onde esse hábito agradável de ver-se e de conhecer-se transformasse o amor da pátria em amor dos cidadãos, mais do que em amor da terra. Teria desejado nascer num país no qual o soberano e o povo não pudessem alimentar senão um único e mesmo interesse, a fim de que todos os movimentos da máquina tendessem somente para a felicidade comum.” (ROUSSEAU, 2008)

Preocupação com o bem comum, com uma sociedade preocupada com o amor das cidadãs, tratando da pátria amada e o soberano. Tentando levar os homens de volta ao seu estado de natureza, onde há harmonia e provisão das necessidades. Seria através da sociedade organizada para o bem comum que se mitigaria a guerra, o problema das RI. É um amor pela pátria para garantir a felicidade, é uma unificação para um propósito maior, uno, indivisível, algo a que todos almejam. Ele demonstra sua pátria perfeita, o dever-ser de uma soberania - pensamento que será desenvolvido no livro *O Contrato Social*. Para Rousseau, o soberano é o povo em sua forma passiva, no sentido em que este elege quem irá reger e fazer as suas leis. Esse representante do povo nas constituições estatais. O povo soberano a partir do momento que escolhe quem irá reger sua sociedade política, conferindo poderes a um magistrado civil que irá administrar o país

segundo seus interesses. Sua concepção de soberano não é aquela do rei, de uma pessoa ou de um imperador. Soberano do Rousseau, o qual é transplantado inclusive atualmente no Brasil, é o povo em sua comunhão ao submeter-se voluntariamente às leis elaboradas por ele mesmo. Soberano e povo, portanto, faces da mesma moeda. Juntos, somos soberanos, pois escolhemos todos nossos administradores a partir de um mesmo fim. Para conservar a liberdade, precisaríamos de regras, essas regras que garantiriam que nós, sujeitas do contrato, iríamos almejar o mesmo fim: justiça e liberdade.

Desejar um interesse comum dentro de um país, nós cidadãos comungarmos dos mesmos objetivos: a felicidade comum. A uma identificação dos interesses do soberano com os das cidadão, os membros dessa cidadania, assim como a felicidade comum, dispositivos de igualdade, os quais nos assimilam enquanto um corpo social, únicos e perseverantes. Visão base da identificação do cidadão com o Estado, pois este seria nada mais do que a observação das leis criadas pelo povo. Esta identificação umbilical, de nascimento, política. A felicidade comum seria o comungar dos interesses entre cidadãos e soberano: desta forma aprendi o que era felicidade, ordem, progresso e igualdade. Virtuosiidade e a honra passam por se identificar com a *polis*, com a *civitas*, em um sentido mais amplo: o comungar da sua identidade com a soberania, a ponto de dedicar sua vida à esta causa.

Em relação à esta identificação, cabe ressaltar sua brevidade no tempo cronológico. A identidade nacional é um discurso e uma prática recentes. A sujeita pré-moderna tinha sua identidade, lealdade e sentimento de reconhecimento ligados à tribo, à religião, ao príncipe soberano ou às comunidades locais até a emergência do Estado-nação. O nacional, sua cultura e pertencimento, estão atrelados à modernidade, quando emerge uma cidadã patriota que defende sua nação por defender uma sociedade da qual ela se vê constituinte. Uma sujeita patriota, tal qual descrito por Matheus Augusto Soares (SOARES, 2017), seria a sujeita capaz de dedicar sua vida ao exército de seu estado para defender sua soberania perante o *outro* invasor. A sujeita capaz de reconhecer-se tão intensamente na comunidade imaginada de sua nação a ponto de dignar sua própria existência a ela. Identidade política relacionada ao Estado segura no saber que sua liberdade e satisfação, sua teleologia da felicidade como a rousseauniana, estão a salvo no contrato social soberano. As tecnologias para uma identificação com a soberania a partir da sujeita que posteriormente vai dar sua vida pela pátria já estão postas, por nela encontrar a teleologia da

segurança e da ordem. Este saber que introjeta a sujeita patriota que tudo fará para conservar sua vida preservando o estado:

“O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza que foram expostas nos capítulos décimo quarto e décimo quinto.” (HOBBS, 2003)

Um poder disciplinador, voltado para regradar paixões e anormalidades, trazer segurança, conservar a própria vida. O poder policial se deve exercer *sobre tudo*: é a massa dos acontecimentos, das ações, dos comportamentos, das opiniões - *tudo o que acontece*, e não a totalidade do Estado nem do reino como corpo visível e invisível do monarca. A *disciplina* não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvo; ela é uma *física* ou uma *anatomia* do poder, uma tecnologia. A polícia, ou o uso legítimo da força, é um aparelho estatal que tem por função fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade. (FOUCAULT, 2011) É uma sujeição voluntária às regras, sujeição essa necessária para que se alcance prosperidade. Pactos e leis merecem cumprimento, precisam ser respeitados para que a sociedade prospere e nós possamos garantir nossa liberdade. Fui compreendendo, pouco a pouco, como as sociedades estavam organizadas, como os homens eram competitivos e voltados a guerra, assim como interiorizei o valor das regras e a necessidade de organização. Essa organização meticulosa onde nos dizem os limites das nossas ações, uma organização que visa quebrar com todo esse estado caótico das coisas. Cada vez mais os noticiários e demonstrações de guerra tornaram-se para mim inteligíveis e necessários, garantir uma paz perpétua a partir das leis e dos dispositivos de organização, preservar minha liberdade e fugir da belicosidade através de um Estado era essencial, da regulação, das normas que trariam a *normalidade* para o centro da vida.

Por John Locke, outro contratualista, aprendi que a sociedade permite ao homem ser quem ele é e prosperar. Essa sociedade permitiria isso através da garantia dos bens civis, da propriedade privada, tudo isto através das leis criadas em um país. Legitimação das leis - dispositivo político - que nos acarretam sermos de um país. Esta identidade forjada de maneira que o pertencer a um

estado soberano garante ao sujeito tudo de que ele precisa. Mas, me foi ensinado, para tudo há um preço e um interesse, um poder por trás. Hobbes quando falou do contrato social, pensou um dispositivo de garantia legítima da ordem para organizar a sociedade. Garantir a satisfação das nossas necessidades e ter ordem requeriria a ação policial, o dispositivo de controle e vigia da moralidade com a qual se identificou o sujeito ao nascer em um determinado Estado, pois o contrato social é necessário e já viria conosco, sendo somente uma realidade posta que necessitamos aceitar e tomar contato quando no curso de RI, criado para estudo dos Estados. De John Locke (2011):

“É dever do magistrado civil, determinando imparcialmente leis uniformes, preservar e assegurar para o povo em geral e para cada súdito um particular a posse justa dessas coisas que pertencem a esta vida. Se alguém pretende violar tais leis, opondo-se à justiça e ao direito, tal pretensão deve ser reprimida pelo medo do castigo, que consiste na privação ou diminuição dos bens civis que de outro modo podia e devia usufruir. Mas vendo que ninguém se permite voluntariamente ser despojado de qualquer parte de seus bens, muito menos de sua liberdade ou de sua vida, o magistrado reveste-se de força, ou seja, com toda a força de seus súditos, afim de punir os que infringiram quaisquer- direitos de outros homens.”

Força, força, demasiada força. O magistrado, a administração pública, reveste-se desse manto de força para determinar o que é direito de um homem e o que é violação por parte de outro homem. E os bens civis, os quais devem ser preservados, invioláveis, perpassam a propriedade privada e a liberdade, essas duas preciosidades que devemos lutar para adquirir e nos sujeitar para preservar. E essa normalidade, essa regra, vai disciplinando quem deve estar sob controle da justiça, quem deve ser castigado e quem merece viver tranquilamente, em paz e segurança. Esses dois conceitos fundamentais de RI, para os quais temos disciplinas específicas, segurança internacional e direito internacional, nos ditam o que significam e quais as garantias já possuímos para salvaguardá-las.

Os contratualistas, destarte, possibilitaram no embasamento teórico de RI a horizontalização da identidade em direção a uma igualdade de cidadãos que procuram a sua preservação, felicidade ou conservação de seus bens comuns. As raízes de uma identificação nacional, de uma ontologia específica: do estado e dos homens. E os transgressores, infiéis, covardes e irracionais seriam como ameaça de todos esses preceitos, colocando-os como a prova de que a natureza humana é falha e precisa ser contornada, uma vez que eles são estas vidas, estas biografias que demonstram a necessidade da ordem. Eles são os dispositivos que permitem ativar a legitimidade da racionalidade e da ordem. Essa natureza desorganizada, transgressora das leis,

essa natureza ruim – do homem ou de uma sociedade - serão as principais fontes de ameaças externas para essas garantias que o Estado fornece. Pelas leis estatais ou sua organização o homem pode se desenvolver, sendo passível de perfeitibilidade, de encontrar a razão e as luzes, de se tornar sujeita racional e iluminista (HALL et al., 1985). Saberes da teoria política que, no âmbito dos estados, será chamada de política internacional, este dispositivo político de aplicação das leis e da normalidade para trazer paz ao sistema internacional²¹.

Estes saberes, como comentei, foram aplicados aos Estados e ao poder que eles teriam, esse conceito que daria margem para pensar em uma disciplina de RI. Estados, o principal objeto de estudo das RI: Hans Morgenthau (MORGENTHAU, 2003), realista ofensivo, teve seu livro Política entre as Nações descrito da seguinte maneira no site do Google atualmente:

"O texto clássico de Hans Morgenthau estabeleceu o realismo como a maneira fundamental de pensar sobre as relações internacionais. Embora tenha tido seus críticos, o fato de que continua sendo o texto mais antigo para cursos em relações internacionais atesta seu valor duradouro. Alguém disse que o estudo das relações internacionais durante meio século não foi nada além de um diálogo entre Morgenthau, aqueles que abraçam sua abordagem e aqueles que buscam outros caminhos para a iluminação. Após 50 anos, o diálogo entre Morgenthau e estudiosos de todo o mundo continua mais ou menos como no passado com mais intensidade, mesmo em uma 'era de terror'."

Em RI, o debate é dele e com ele, desde o século XX. E continuará com ele. Um ofensivo: aquele que precisa da guerra para garantir a estabilidade e o poderio de um país. Seu valor é duradouro e atestado constantemente. É o valor de sua obra, de sua palavra, de sua legitimidade. Nele temos o Estado como unidade principal, a anarquia sistêmica e o interesse estatal. A necessidade de se evitar a guerra a qualquer custo através do poder, do auto-interesse e dos objetivos estatais. Segundo ainda Morgenthau (ibid): "O principal indicador que ajuda o realismo político a encontrar o seu caminho através da paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder." Era a acumulação de meios e recursos de poder o objetivo final do comportamento dos Estados.

Uma ontologia pura do Estado e do sistema internacional. Junto com John Herz (HERZ, 1950):

"Sempre que tal sociedade anárquica existiu - e existiu na maioria dos períodos de história conhecida, em

²¹ Para uma perspectiva genealógica da paz na disciplina de RI ver Soares, M.A. (2017). Uma perspectiva arqueogenealógica e ética das Relações Internacionais : os saberes, os poderes e os sujeitos que orbitam os domínios da paz. Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília.

certo nível - surgiu o que pode ser chamado de 'dilema de segurança' de homens, grupos ou líderes. Grupos ou indivíduos que vivem em tal constelação devem estar, e geralmente estão, preocupados com a segurança de serem atacados, sujeitas, dominados ou aniquilados por outros grupos e indivíduos. Se esforçando para alcançar a segurança de tal ataque, eles são levados a adquirir cada vez mais poder para escapar do impacto do poder dos outros. Isso, por sua vez, torna os outros mais inseguros e obriga-os a se preparar para o pior. Uma vez que ninguém pode se sentir completamente seguro em um mundo tão famoso de unidades concorrentes, a competição de poder e o círculo vicioso de segurança e acumulação de energia estão ativados."

Essa sociedade anárquica sempre esteve presente, onipresente, em maior ou menor grau, sempre vivida. A disputa e a insegurança também. Como eu nunca havia lido ou escutado sobre ela? Eu não estava sob a luz, não sabia o suficiente, ainda não havia ganhado conhecimento de como o mundo funciona, sobre a realidade e a racionalidade do mundo. Os Estados, no qual eu vivo e vejo outros, entes ontológicos, tomados de vontades e desejo por poder, competitivos, inseguros, dotados de qualidades que me permitem perceber a irrelevância das sujeitas, dos discursos e das práticas. É a competição, a ameaça que o outro coloca, o poder que eles têm, os quais determinam a realidade do mundo.

Saberes que passaram a informação de que Estados eram existências ontológicas dotadas de vontade, poder e soberania.

A minha perplexidade diante dessas explicações era imensa. Primeiramente, eu vivia em uma cidade cunhada de Florianópolis e pensava o Brasil em termos somente da minha nacionalidade. Eu sabia que era brasileira. Porém, nunca pensei que Brasil poderia ser uma unidade tal qual bola de bilhar que pudesse existir ontologicamente. Nesse ínterim, esforcei-me para compreender que diplomatas, presidentes e outros funcionários públicos agiam em e de acordo com aquilo que era entendido como a vontade do Estado e seus objetivos. Nessas perspectivas, aprendi também a partir da teoria dos jogos que esses mesmos Estados se comportam como pessoas, as quais não colaborarão se puderem ter vantagens ou se não souberem o que o outro irá fazer.

Depois, com neo-realistas, aprendi que Waltz determinou configurações de poder (poder enquanto imanente, posse do agente Estado) dentro do sistema internacional anárquico, o qual poderia ser mais ou menos estável. Elaborando a partir de um estudo histórico, ele percebia como guerras apresentadas durante as disciplinas de história das relações internacionais poderiam ser mitigadas por arranjos bipolares, o mais estável dentre todos (multipolar ou unipolar).

Após aprender a concretude de um Estado e todas as suas vontades, de um sistema anárquico que não possuía uma entidade supra-nacional reguladora das relações estatais, passei para aprender como Robert Keohane e Joseph Nye (KEOHANE; NYE, 2011), encapsulados como liberais, voltam-se às (in)divíduas e pensam sua liberdade como ponto fundamental, pautados no que John Locke escreveria sobre o contrato social e Immanuel Kant sobre a paz perpétua. A garantia da ordem e do bom funcionamento do sistema internacional, o qual não mais seria anárquico, mas regulado por normas internacionais, dependeria deste Estado (ente ontológico) pautar-se por normas e regras que o regulassem ou trouxessem inteligibilidade para a vida em sociedade. Joseph Nye (Jr, 2011), pensando o poder dos estados, falou em “poder inteligente”, o qual seria um atributo do Estado para controlar outros Estados e assim alcançar seus objetivos. Além disto, ampliou o poder para redes transnacionais e outros agentes, indo assim um pouco além do Estado.

Dentre as percepções de poder destes homens, o realismo de Waltz, Morgenthau e Herz apresentam essa definição de capacidade de um Estado utilizar seus recursos materiais para obrigar outro Estado a agir desconforme sua vontade. O institucionalismo neoliberal justapos seus argumentos à ênfase realista, a exemplo de Keohane e Nye, advogando que as instituições são um contra-ponto ao poder, visto que permitiriam a cooperação em um mundo pautado por estados auto-interessados. Poder utilitarista e intencional, cujos efeitos são específicos e restritos ao nu dos olhos. Seus efeitos observáveis na capacidade dos atores de determinar a condição de sua própria existência. O pressuposto do poder, para ambas, diretamente relacionado à intenção e à escolha individual de cada ator, possíveis de serem exercidos por um agente, dominados, possuídos.

Poder como um atributo particular dos atores e suas interações. Ele opera nas relações sociais direta e indiretamente, em contextos sociais específicos ou difusos.

Ainda assim, o nível de abstração requerido para aceitar que um ser, a meu ver não existente, era dotado de vontade própria e personalidade foi desafiador. Porém, com o tempo, naturalizei o Estado. Inclusive, comecei a acompanhar mais de perto o que eles desejavam, suas guerras e contradições. Os discursos desses autores eram envolventes. As explicações encaixam muito com o cenário internacional, em momentos como quando escutava nos rádios as notícias sobre o que cada país realizou, quando estudava história das guerras, mas mais ainda quando via representantes diplomatas falarem sobre seus países, quando cantava o hino nacional, quando via

o exército marchar para defender fronteiras ou quando falava sobre terroristas, ameaçadores de países inteiros.

Com perspectivas depois marxistas, comecei a compreender que talvez o Estado não fosse a principal preocupação, mas sim a economia e o capitalismo. Esta estrutura pautada em mais-valia e concentração de capital. As estruturas reinantes a nível ontológico seriam aquelas econômicas, cujas relações de poder determinariam todos os resultados de quais Estados são ricos ou não, desenvolvidos ou não. O mundo, a partir de então, começou a se dividir pelo desenvolvimento econômico de cada país. Nesta fase, a inteligibilidade para mim começava a aumentar, uma vez que percebia o Brasil como fruto de desigualdades econômicas enfrentadas desde sua independência até os dias atuais. Os sistemas-mundo que ao longo do desenvolver histórico condicionaram o sistema internacional, partindo da quantidade de riquezas e desenvolvimento material de cada país, conferiam inteligibilidade para entender como os países estavam condicionados ou não pelo sistema internacional, pelas posições que ocupavam no desenvolvimento mundial. Subiam nas cadeias globais de valor, ou desciam. Como passavam de produtores primários para exportadores de conhecimento.

Para destrinchar de maneira mais inteligível o que todos esses saberes positivaram, passo agora para um conceito que perpassou todos eles com explicações diferentes: o poder.

Dentre as percepções de poder elaboradas nas RI, percebi que o realismo foi apresentado como a maneira absoluta de entender esse conceito, desfrutando de ampla aceitação e consolidação no meio acadêmico. Seu conceito de poder, como já mencionei, era definido mediante a capacidade de um estado utilizar seus recursos materiais para obrigar outro estado a agir desconforme sua vontade. As visões *mainstream* divergentes do realismo, como o institucionalismo neoliberal e o construtivismo, justapuseram seus argumentos à ênfase realista, a exemplo da visão neoliberal, substantivando instituições como um contraponto ao poder, visto que permitiriam a cooperação em um mundo pautado por estados auto-interessados. Seus efeitos observáveis na capacidade dos atores de determinar a condição de sua própria existência. Diferença ontológica para o realismo e o institucionalismo neoliberal relacionada aos atores: o primeiro se resigna aos estados unos indivisíveis tal qual bolas de bilhar, enquanto o segundo vê nas instituições internacionais outra categoria ontológica possível. Apesar de nisto elas diferirem, o pressuposto do poder, para ambas, está diretamente relacionado à intenção e à escolha individual de cada ator, tornando-as neste ponto

similares. É por meio dessa ontologia e desses atores que o poder se manifesta para cada uma destas lentes teóricas, cujos entremeios me foram colocados nas disciplinas teóricas do curso.

Poder como um atributo particular dos atores e suas interações, operando nas relações sociais direta e indiretamente, em contextos sociais específicos ou difusos. Barnett e Duvall (BARNETT; DUVALL, 2005), em seu artigo intitulado *Power in International Politics*, apresentam uma taxonomia quádrupla do poder: poder compulsório, poder institucional, poder estrutural e poder produtivo. Conceitos criados, saberes positivados, sujeitas objetivadas e subjetivadas. Os dois primeiros tipos prevalecem no cerne da conceituação elaborada pelas teorias *mainstream*, cujo foco são as capacidades dos atores materializadas em suas relações. Seus efeitos manifestam-se em relações sociais de interação, as quais são pautadas pela influência direta de um ator sobre o outro. Em contraste, os dois últimos poderes pautam-se em relações de constituição, nas quais o poder materializa-se ao constituir, ou modificar, o próprio entendimento do outro em relação a si mesmo, de forma a extinguir qualquer percepção dos mecanismo de poder operante.

Poder compulsório seriam as relações interativas onde ocorre controle direto de um ator sobre o outro. Essa concepção assemelha-se a de *hard power* - segundo Nye, “a capacidade de obter os resultados desejados através da coerção e do pagamento” (Jr, 2011). Esse poder coercitivo possui certa analogia com o poder material tal qual pensado pelos realistas, o qual é utilizado pelos Estado para atingirem seus objetivos. Portanto, poder compulsório diz respeito a uma influência unidimensional de cunho estratégico-utilitarista ou, para os realistas, em termos de capacidade dos atores de maximizar seu poder.

O poder institucional, por sua vez, teria como princípio o controle exercido indiretamente sobre os outros através de relações difusas de interação. Semelhança e verdade do *soft power* elaborado por Keohane e Nye (KEOHANE; NYE, 2011, tradução minha): “a capacidade de obter o que você quer pelo meio cooperativo de enquadrar a agenda, persuadir e suscitar atração positiva.” Ambos os poderes (institucional e *soft*) se assemelhando por pautarem-se em meios não coercivos e serem difusos, engendrando mediação entre atores. Essa mediação transcorre através de valores, regras e princípios (persuasão), cujo corolário constrange as ações e a condição de existência de outros a partir dos interesses do ator detentor do poder. Subjetivação e objetivação das normas, às quais doamos nossa lealdade, a qual é dotada de poder de constrangir as minhas ações e minha condição de existência. Fim da hospitalidade.

Em seguida, poder estrutural: difere-se por se pautar em relações de constituição. Estas relações estão baseadas na constituição prima da própria subjetividade do outro, de suas preferências e desejos. A característica crucial deste poder é moldar as preferências iniciais dos outros, suas vontades e desejos mais íntimos sem que haja, para isso, uma percepção desta co-optação. Uma forma de se pensar sobre esta característica é através da legitimidade. O poder estrutural confere a instituições e discursos sociais esta legitimidade para suas ações, permitindo dirimir a sensação de constrangimento pelo poder uma vez que não há assimilação clara de se estar sendo seduzido a mudar de posição/opinião. Ao aceitarmos e interiorizarmos como justificável o interesse de algum ator, absorvemos de maneira não perceptiva o poder que está sendo exercido.

Barnett e Duvall conceituam poder estrutural como a constituição das capacidades das sujeitas (ou atores) em relação estrutural direta umas às outras. A pergunta que se faz para guiar essa definição é: prejudica-se os interesses objetivos de quem? As capacidades dos atores estão em constituição mútua e direta nesse entremeio. Devido à essa mutualidade, esse poder está ligado às relações co-constitutivas das posições estruturais (contidas dentro das estruturas), as quais definem qual tipo de ente os atores são, em relação às suas capacidades sociais e interesses. Nestas posições estruturais, a relação é direta entre A e B e um não existe em dissociação ao outro. Esta visão está intrinsecamente ligada ao marxismo, às relações entre capital e trabalho, ou ainda à teoria do sistema-mundo de Wallerstein e construtivista de Wendt. O foco nessa definição de poder, aqueles autores afirmam, pressupõe as estruturas como uma relação interna - ou seja, uma relação constitutiva direta, de maneira que uma posição estrutural existe somente por virtude da sua relação com uma outra posição estrutural.

A estrutura molda (co-constitui, como citado) as condições de existência dos atores de duas maneiras cruciais. Primeiro, ela aloca capacidades e vantagens distintas para diferentes posições - elas constituem privilégios sociais desiguais. Segundo, a estrutura também molda o próprio auto-entendimento dos atores e seus interesses subjetivos. Importante notar que inclusive essa distribuição assimétrica dos privilégios afeta os interesses dos atores, levando-os a aceitar seu papel na ordem existente das coisas (pressupõe-se uma ordem existente em si mesma nessa conceituação). Na medida em que a estrutura constrange o ator de reconhecer sua própria dominação, o seu auto-entendimento e sua disposição acabam servindo para reproduzir, ao invés de resistir, as capacidades diferenciais e privilégios impostos por ela. Portanto, este esqueleto de

poder opera mesmo quando não haja instâncias em que A esteja agindo para exercer controle sobre B, uma vez que ele trabalha através dos interesses subjetivos do outro.

Algumas outras teorias que tomam a visão de poder estrutural como base são a teoria crítica da linha de Cox e a teoria dos Sistemas-Mundo de Wallerstein. Principalmente em relação à esta última, o poder estrutural é visto de maneira que gera um conjunto de identidades e interesses através dos quais os subordinados do sistema adotam essas concepções (ideologicamente geradas) de interesse e, com isso, dão suporte para sua auto-dominação e posição inferior na estrutura. Construtivistas como o Wendt baseiam-se na visão de que a estrutura dos papéis desempenhados pelos atores pode conter diferenciações funcionais e gerar privilégios e capacidades diferenciais para cada um deles. A visão é de que o principal aspecto de qualquer forma existencial é a estrutura dos papéis que exerce - é a ordem/composição das posições subjetivas que as ideias compartilhadas tornam disponíveis para seus titulares.

Wendt se considera um estruturalista sociológico. Para ele, a estrutura é feita de capacidades materiais e relações sociais, apresentando três elementos constitutivos: conhecimento compartilhado, recursos materiais e práticas. Estruturas sociais seriam definidas parte por este conhecimento compartilhado, parte por expectativas ou por conhecimento. Elas incluem recursos materiais, porém estes recursos só ganham significado através da estrutura de conhecimento compartilhado na qual estão inclusos. E, por fim, estas estruturas sociais só existem nas práticas, portanto, somente no processo - não nas capacidades materiais ou na mente dos atores. “A questão ontológica é se as estruturas sociais têm uma existência objetiva. As estruturas sociais são fenômenos coletivos que confrontam os indivíduos como fatos sociais externamente existentes” (WENDT, 1994). A identidade para ele diz quem os atores são e quais são seus interesses. Ela é mutuamente constitutiva com a estrutura e é formada de forma relacional, surgindo através da interação com os outros.

De início, o poder estrutural ainda passa por uma visão ontológica unitária, visto que a estrutura se torna algo em si mesma, assim como os atores inseridos nessa estrutura são entendidos como unidades integral, mesmo que subjetivas. Isso me retirou a possibilidade de ver o poder em sua introjeção nas sujeitas e em seus contextos de maneira complexa e conjunta. Outro ponto é a separação entre estrutura e agente. Nessa separação, entende-se o poder em suas invisibilidades, pois a estrutura torna-se existente em si mesma e retira a inteligibilidade da co-constituição diária

do poder que, em última instância, é exercido tanto na posição dominante como na dominada.

Além disso, separar ontologia de epistemologia acaba por deixar todo o problema depositado na ontologia da estrutura: esta estrutura deveria, para ser modificada, ser superada para emancipar seus subordinados e resolver este próprio “problema”. Por exemplo, para acabar com os privilégios de classe (a estrutura capitalista) seria necessária uma revolução completa, a fim de findar esta estrutura e instaurar outra que fosse igualitária ou ideal. Esta eterna transcendência de soluções alternativas (as quais depositam a saída para o problema em uma opção externa, futura e hipotética) enrijece qualquer possibilidade de mudança das práticas de maneira imanente, ou a partir da própria sujeita. Emancipar uma (in)divídua, anulando qualquer possibilidade de ver o poder em todas as suas constituições, se entrelaçando em todos, tanto no eu como no outro, de diversas formas. Ou ainda impedindo de perceber que estruturas são mecanismos fluídos - processos alimentados cotidianamente através de discursos e práticas - e que está em nossa responsabilidade mantê-lo vivo.

Todos somos conscientes da nossa própria realidade. Afirmar que estou inconscientemente sendo afetada pelo poder é dar poder a alguém e retirar a minha consciência. Porém, sou consciente o tempo inteiro. Porém, essa consciência é subjetivada e objetivada pelas minhas práticas, experiências, discursos, saberes-poderes nos quais estou imbuída. Ajo na consciência que me foi colocada pelo meu contexto. Dizer que um poder me atravessa sem eu perceber e me faz agir inconscientemente abre espaço para violências como afirmar que alguém ainda não é consciente o suficiente para fazer as coisas: para votar, para mudar a situação política de um país, para agir em determinado momento, para ir contra aquilo que eu acredito ser verdade; abre possibilidades de afirmar que o que eu acredito ser verdade precisa ser a verdade para outras pessoas, as quais ainda não perceberam isso por não serem conscientes do poder no mundo. Porém, esse poder se torna abstrato e posse de alguém, enquanto eu penso que todos estamos em relações de poder, porém ninguém detendo ele para si como posse ou capacidade sua. Somos todos dominantes e dominados.

Como já mencionei no começo deste texto, eu preferi perceber o poder de maneira diferente, a partir do que li de Foucault. Essa foi minha forma de resistência ao estabelecido no curso que fiz. Barnett e Duvall classificaram a forma que vou expor aqui de perceber o poder como poder produtivo. A definição do poder produtivo, segundo eles, é a produção socialmente difusa de subjetividade em sistemas de significado e significação. A diferença entre o poder produtivo e

o poder estrutural estaria no tipo de relações pelas quais se manifestam: um pauta-se em relações estruturais diretas, enquanto o outro trabalha com processos sociais mais difusos e generalizados. Eles afirmam que, conceitualmente, a diferença seria um movimento de distanciamento de estruturas *per se* para sistemas de significação e significado e para redes de forças sociais perpetuamente moldando-se umas às outras.

Este movimento de moldagem mútua, porém, culmina em uma essencialização da sujeita. Essas forças sociais podem pressupor uma essência existente nas (in)divíduas. Para mim, temos corpos que são atravessados pelo poder a partir de todos os ângulos: não podemos ser definidas por estruturas, tomadas como conceitos, como unas e indivisíveis. Barnett e Duvall, apesar de em sua abordagem da subjetividade compreenderem o poder produtivo como dissonando do poder estrutural, eles ainda apontam a fonte do poder como social. Contrapondo-se a esse movimento, li Foucault interpretando que o poder produtivo é primariamente uma tecnologia política, a qual se manifesta em um corpo social enquanto relações de poder. (FOUCAULT, 1983) Portanto, o poder produtivo é político, mas materializado nas relações sociais. E se este poder puder ser objeto de alguém, torna-se então força: quando sabemos onde o poder está, não é mais poder, é a força que se exerce sobre alguém e que podemos identificar claramente de quem está vindo, de que corpo está sendo exercido. Não mais consciência, mas materialidade da força.

Elaborar uma teoria do poder como foi mostrado até agora impõe a necessidade de vê-lo emergir local e temporalmente. Por consequência, deduzi-lo, reconstruir sua gênese e, no fim, objetivá-lo. Como alternativa então para pensar conceitos e problemas, uso a analítica e, neste caso, a analítica do poder de Foucault. Esta, ao contrário da teoria, não se pretende descolada da história (a-histórica), livre de contexto ou passível de aplicação generalizada ao longo de contextos memoriais. O poder, tal qual um aglomerado de relações - poder produtivo e relacional -, traz consigo a necessidade de fornecer não uma teoria, mas sim uma rede de análises que torna possível a analítica das relações de poder.

Foucault propõe então uma outra maneira de investigar a conexão entre racionalização e poder, analisando as racionalidades específicas. Dessa forma, cria-se uma abordagem mais empírica e diretamente relacionada com nossa situação presente, implicando relações mais densas entre teoria e prática ao trabalhar o poder. Esta analítica:

"Consiste em assumir as formas de resistência contra diferentes formas de poder como ponto de partida. Para usar outra metáfora, consiste em usar esta resistência como um catalisador químico para trazer à luz as relações de poder, localizar sua posição, descobrir o ponto de aplicação e os métodos utilizados. Em vez de analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias." (FOUCAULT, 1983)

Poder como operação de tecnologias políticas ao longo do corpo social, objetivando e subjetivando. Poder enquanto movimento, penetrando todos os tipos de práticas e discursos no dia-a-dia, não em um momento ou a partir de algo espaço-temporalmente distante. Dessa forma, a análise do poder somente sob as questões de *O que é o poder?* e *De onde ele vem?* oblitera configurações complexas de realidades a partir do uso desse termo *all-embrancing* e *reifying*, como o faz os poderes expostos anteriormente. Para Foucault, a pergunta para o poder produtivo torna-se não *Como o poder se manifesta?*, mas sim *Através de quais meios ele é exercido?* e *O que acontece quando (in)divíduas exercem poder sobre os outros?*.

Compreensão, estudos, entendimento, luz, conhecimento: Estados são agentes e precisam ser estudados, defendidos e resguardados da guerra. Ao fabricar o estado, esses saberes deram à disciplina de relações internacionais um campo unitário de objetos, autenticado por *ciências* e que assim lhe permitiu funcionar num horizonte geral de *verdade*. A diferença está no foco para além da questão da capacidade dos atores, re-configurando a forma como analisamos a dinâmica de poder ao partir das relações entre as (in)divíduas ou grupos. As poses físicas ou ideacionais de cada sujeita permeiam uma rigidez ludibriante, uma rigidez, por assim dizer, inexistente. Sujeitas são complexas, multifacetadas, não somente uma unidade definível por um nome social, pelas suas capacidades materiais ou pela sua capacidade de influência. Poder, então, designa relações entre sujeitas labirínticas e multifárias, não à maneira de um jogo de soma zero, mas sim como um conjunto de ações que induz outros e derivam uns dos outros.

Poder relacional e dinâmico, analisá-lo requer pensar suas expressões, a maneira como opera. Para Foucault, o exercício do poder é uma relação na qual certas sujeitas modificam outras. Isso significa dizer que algo chamado poder (ou Poder) que se assume existir universalmente em uma forma difusa ou concentrada, não existe. Poder só existe quando colocado em prática, mesmo que esteja implicado em estruturas perenes. O que define uma relação de poder, para Foucault, é ser um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre outros. Essa relação age sobre as ações do outro implicado dentro dela. Poder, por consequência, é exercer uma ação sobre outra ação. A relação está pautada, dessa forma, em gerir o campo de possibilidade de ações de uma

outra (in)divídua. É possuir influência ativa (no sentido de ação) sobre a gama disponível de práticas da sujeita. Poder, portanto, é governar a ação do outro. Consequentemente, governo (segundo o significado conferido a partir do século XVI) não se refere somente a estruturas políticas ou à administração dos estados, mas sim à maneira como a condução de (in)divídua ou grupos pode ser direcionada.

"Basicamente, o poder é menos um confronto entre dois adversários ou a ligação de um a outro do que uma questão de governo. [o governo] Não só cobriu as formas legitimamente constituídas de sujeição política ou econômica, mas também modos de ação, mais ou menos considerados e calculados, que estavam destinados a agir sobre as possibilidades de ações de outras pessoas ". (FOUCAULT, 1983)

O governo do homem por outro homem: este é o exercício do poder. Essa relação tem uma ligação direta e crucial com a liberdade. "O poder é exercido somente em sujeitas livres, e somente na medida em que são livres. Com isso nós queremos sujeitas individuais ou coletivos que enfrentam um campo de possibilidades em que várias formas de comportamento, várias reações e comportamentos diversos podem ser realizadas" (*ibid*) Poder, portanto, está ligado à liberdade de maneira colossal, pois somente sobre sujeitas livres pode-se governar ações. Somente com a perspectiva de possibilidade de escolha se torna factível agir influentemente. Portanto, é perante um campo amplo de possibilidades que se viabiliza exercer poder, visto que as relações pedem a ação sobre a possível ação das outras. Se não houver oportunidades de ação, não há relação de poder, pois não há relação em si mesma. Torna-se um caminho unilateral onde um dos lados já venceu e o outro já foi completamente subjugado (uma relação de força, onde se sabe quem tem força e quem não tem). "Onde os fatores determinantes saturam o todo, não há relação de poder; A escravidão não é uma relação de poder quando o homem está encadeado. (Neste caso, trata-se de uma relação física de restrição.)" (*ibid*). Relação de poder não é uma confrontação cara a cara que paralisa ambos os lados, mas sim uma provocação permanente. Não é uma liberdade essencial, é um *agonism* (palavra que vem do grego *contestant*, que no cerne seria *contest*, ou debater), pois se tem a sensação de liberdade, mas se percebe os constrangimentos existentes de uma maneira ou de outra - uma constante provocação. Uma vitória sobre o adversário substitui o exercício do poder. Reduzi-lo à sua impotência ultrapassa os limites do poder. Em relação ao governo, confrontos com aqueles que são governados e sua transformação em adversários marca esse limite e a vitória do estado.

Enquanto há uma luta, ou um confronto, é possível ver as partes conflitantes e a vitória é transparente. Quando cessa o conflito perceptível, entra em ação a relação de poder, pautada na dominação silenciosa, a qual se torna uma estratégia bem sucedida por ser fruto de manipulação e indução de ações de maneira calculada. Porém, relações de poder não conseguem existir sem pontos de insubordinação, ou meios de escape, os quais são os limites do poder, pois findam a manipulação - é o poder ocult[ad]o. A dominação e suas resistências e revoltas tornam-se um fenômeno central na história das sociedades porque se manifestam de forma maciça e universalizante, no nível de todo o corpo social, ligando relações de poder, relações de estratégia e os resultados de sua interação de forma inseparável. Analisar o poder de forma cuidadosa perpassa destrinchar instituições. Na visão de Foucault, elas são um ponto privilegiado de observação, devido à sua diversificação, concentração e ordem. Nelas, as relações de poder são levadas até o ponto mais alto de sua eficácia. É nas instituições que se pode observar o aparecimento das formas e lógicas dos mecanismos elementares do poder.

Este movimento, portanto, é observar as instituições através da visão das relações de poder, não as relações de poder através das instituições. Isso é crucial, pois permite perceber que as relações de poder se manifestam nas instituições. Portanto, elas não possuem interesses próprios, mas sim são penetradas por lutas de manutenção de privilégios, diferenças e etc. Quebro aqui a possibilidade da lealdade à instituição: ela não é um ente ontológico ao qual posso me ligar como me ligo às pessoas. A importância de analisar a formação histórica das relações de poder, sua fonte de força e fragilidade, as condições que são necessárias para transformar algumas e abolir outras, permitindo compreender e modificar estas relações de maneira mais realista.

Algumas reflexões disto emerge para mim. Primeiro, não há uma teoria de poder produtivo, somente sua analítica. Teorias demandam objetivações ou rigidez ao enquadrar conceitos - por si só problemáticos - em origens pontuais no espaço-tempo, tecendo uma narrativa própria e, por ser narrativa, torna-se em si mesma saber-poder. Segundo, ontologicamente não pressuponho o Estado em uma existência uniforme, encapsulada (ao mesmo tempo oca). Eu não o observo como um ponto fixo na subsistência fenomenológica, abstenho-me assim de conferir essência a um processo. Faço a mesma inferência às estruturas em geral, inclusive ao poder estrutural. Terceiro, e por fim, o poder produtivo não parte de capacidades intrínsecas aos atores, como se houvesse atributos inerentes/permanentes às sujeitas. Tal qual objetos nas ciências exatas são vistos como um

composto de moléculas que, mesmo estáveis, estão ainda em movimento, as sujeitas - independente de quão perenes - estão em constante cinese, desprovidas de essência ou propriedades específicas a si. Este poder, portanto, é relacional, é relação de poder, de constituição política e materializada no corpo social através do encadeamento social.

Eu, ao colocar uma questão que desafia toda a *logos*, toda a lógica e a razão estabelecidas e paternalizadas na sociedade, acabarei sendo taxada de louca (*manikós*), a maníaca, aquela que revira tudo de ponta cabeça e mete os pés pelas mãos. É ao chamar-nos de louco que a autoridade acadêmica, paternal, racional nos coloca em posição temida, diminuta, inferior ou não-legítima. É o deslegitimar do discurso do outro a partir da legitimidade da autoridade em questão, do autorizar o discurso a partir de sua autoridade racional e comprovada nos fatos da realidade. “A instância paterna do *logos* se prepara para desarmá-lo, a tratá-lo como louco, e justo no momento em que sua questão [...] parece apenas contestar o que deveria ser evidente mesmo aos cegos!” (DERRIDA; DUFOURMANTELLE; ROMANE, 2003)

"A indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a 'disciplina'. [...] A 'disciplina' não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvo; ela é uma 'física' ou uma 'anatomia' do poder, uma tecnologia." (FOUCAULT, 2011)

Foram níveis de aplicação da verdade através de diversos dispositivos. Primeiro, a da especialização em RI. Neste curso, eu tive disciplinas obrigatórias que me fizeram apreender estes conhecimentos expostos até o momento. Eu poderia ter me alongado muito expondo cada teoria, cada pensamento, cada entendimento que me foi colocado. A fim de não me estender demais, quis mostrar o que me foi obrigatório aprender, pelo que eu me recordo mais fortemente. E nestas disciplinas nunca me foi exposto Derrida, Deleuze, Foucault, Levinas, R.B.J. Walker, Shapiro, Cinthia Enloe, Bell Hooks, outras pessoas que escreveram saberes diversos. A especialização determinada por um programa de leituras específicos foi uma técnica da disciplina de RI, do curso na Universidade Federal de Santa Catarina, para objetivar em mim Estados, Sistema Internacional, Anarquia, Soberania, Poder. Para mim, o que se teve, ao contrário de uma soberania estatal, foi uma soberania intelectual, a soberania internacionalista, não somente a soberania estatal. Teve uma soberania disciplinar, uma soberania da disciplina de relações internacionais que me disse o que pensar, o que saber, o que é a realidade, como ela deve ser apreendida, a que horas, em que local,

de que forma física. Desde a sala de aula, onde devemos nos sentar em cadeiras para estarmos estáticos perante o professor, durante um período de tempo determinado, em geral duas horas com intervalos de 20 minutos, com mais duas horas, e para o qual devemos dedicar mais tempo em reclusão estudando o que é o conhecimento desta área acadêmica. Tive determinados os textos pelos quais deveria me interessar, os livros pelos quais deveria absorver conhecimento e o conhecimento específico que devia entender que é o mais racional, neutro e imparcial possível. Inclusive, entre os métodos, aprendi que não pode haver interferência, ou viés: *biased research*, o crime acadêmico. E assim que me tornei, com estes textos, sujeita internacionalista, sujeita formada e diplomada do que é o conhecimento de relações internacionais. Mas é assim também que pretendo resistir: expondo o saber-poder de contextos e visualizando as resistências, as possibilidades de outras formas de vida, de estética, de comportamentos, os quais possam me mostrar que uma verdade não precisa ser verdade única, mas verdade dividida, quebrada, impossível de ser aplicada a todas e todos sem enrijecê-las.

A subjetivação em todos os âmbitos, portanto, passa a vir da sociedade contratual, fonte da soberania estatal. A identidade começa a ser forjada através da instituição²² política, através do direito, das leis, das instituições, as quais vão determinar o que se é, qual identidade se possui: nacional de determinado país (dispositivo institucional-nacional), em qual cidade se nasceu (dispositivo institucional-civil), de qual família (dispositivo institucional-familiar), em que data e horário (dispositivo institucional-temporal), com qual cor (dispositivo institucional-racial) e com que sexo (dispositivo institucional-sexual).

Cabe aqui fazer uma diferenciação entre sujeita e identidade. Primeiro, a escolha pelo uso do gênero feminino nas palavras (in)divídua e sujeita daqui para frente é uma decisão minha, a fim de ser coerente com a minha perspectiva de que a quebra da normalização de padrões nas sociedades começa já pelo discurso, pela escrita. Este movimento somente não será feito quando eu estiver evidenciando os discursos colocados inquestionadamente nos cursos de RI. Porém, quando eu estiver colocando meu próprio discurso histórico, sujeita e (in)divídua serão tomadas como representanda sujeita, sujeitas, sujeitas, a universalidade escrita de possibilidades de se falar

²² Por instituição, quero utilizar a de Foucault (FOUCAULT, 1982): "Geralmente se chama instituição todo o comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição."

a palavra sujeita(o). A sujeita, para Foucault, está colocada em relações de poder complexas. Ele identifica dois significados para a palavra sujeita. A primeira é a sujeição, o estar sujeita a outro através do controle da dependência. O segundo significado é ligado à sua própria identidade pela sua consciência e auto-conhecimento. Ambos os significados sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita a algo. Penso sujeita nesta escrita como um movimento duplo: de sujeição - a partir de objetivação dos discursos e práticas contextuais - e resistência - conformação de sua existência a partir de seu cuidado com si mesma.²³ Em relação ao parênteses para (in)divídua, torna-se um entendimento meu de que definir é limitar: indivíduas não são indivisíveis, estão sempre em processo, sempre sendo subjetivadas, objetivadas e resistindo. Portanto, tratar das pessoas como indivíduas é conceituá-las, torná-las inteligíveis a partir de uma identidade individual, visão que eu não adoto aqui. Entendo que a sujeita está em processo, em julgamento (in)constante²⁴, assim como afirma Julia Kristeva (KRISTEVA; ROUDIEZ, 1991), tornando problemático definir a (in)divídua moderna através de uma só lente, de um substantivo fixo que impeça sua dinâmica espaço-temporal e simbólica. Esta forma de análise da sujeita me pauta em meu entendimento de (in)divíduas enquanto *sujet en procès*, enquanto (in)divídua que

²³ Judith Revel (REVEL; PIOVEZANI FILHO; MILANEZ, 2005) em seu dicionário de conceitos explicita esse movimento de Foucault: “Os 'modos de subjetivação' ou 'processos de subjetivação' do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se coma sujeita de sua própria existência”

²⁴ A concepção de identidade nacional que cria fronteiras de alteridade em relação a uma outra (in)divídua é para Julia Kristeva uma categoria política. No cerne, nós mesmos somos tão complexos que não há como separar-nos em normal e anormal, pois somos ambos. Em um contexto em que posso ser considerada normal, outra pessoa pode não o ser, e da mesma forma, haverão contextos em que eu serei identificada como anormal, não-pertencente. Em relação ao estudo da sujeita sob essa perspectiva, Kristeva parte das ideias de Lacan e Freud. Porém, ela se separa parcialmente deles ao adotar uma abordagem crítica, rejeitando a afirmação de uma essência do ser. É uma vez que não há essa essência que defina a (in)divídua uniformemente, ela se torna um processo ou julgamento que ela vai chamar de *le sujet en procès*. O processo que constitui o *sujet en procès* deriva da linguagem, da forma como o semiótico (o inconsciente, a expressão da sujeita ligada à sua energia e a seus afetos) e o simbólico (o consciente, o uso de sistema de sinais estáveis, rígidos e organizados para se expressar, análogo à linguagem acadêmica) se combinam para mostrar a falta de unidade e estabilidade das (in)divíduas. Estas possuem várias facetas não organizadas que no simbólico se apresentam congruentes, mas que através do semiótico impulsivo/afetivo, perdem sua perfeita coerência. (MCAFEE, 2004) O semiótico, portanto, exerce a ruptura da unicidade representada pelo sistema de sinais do universo simbólico. Este processo de interação entre o simbólico e o semiótico dá vida à sujeita não estável e unificada, como afirma Noëlle Macafee (2004) a partir da obra de Julia Kristeva: “Em vez de um modelo do self que é estável e unificado, Kristeva nos oferece um de um self que está sempre em processo e heterogêneo. As energias afetivas do eu continuam a desestabilizar qualquer auto-compreensão dada. Além disso, também somos afetados pelas pessoas que nos rodeiam, especialmente as pessoas que amamos.”

constantemente se expressa através do semiótico, mas que, ao mesmo tempo, usa o universo simbólico para conferir inteligibilidade a sua expressão no mundo, e que está sempre em processo, impossível de ser definida, coloca sob a rigidez dos conceitos, dos julgamentos, das interpretações morais.

Em questão à identidade, pensarei ela, a partir de reflexões minhas, derivadas de minhas vivências e leituras como um dispositivo de objetivação que define corpos a partir de tecnologias político-institucionais. Essas já mencionadas antes: dispositivo institucional-(...). Todos eles advêm de instituições políticas: a maternidade, o hospital, o departamento de emissão de documentos (DETRAN, no caso do Brasil), o consulado, os institutos de pesquisa geográfica (com suas classificações de raça, população). Portanto, a identidade seria esse dispositivo que objetiva sujeitas a partir de uma classificação determinada, congruente, una, com vontade de verdade, de dizer o que se é.

Já em relação ao Estado, Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2014) apresenta um importante contraponto, pensando como essa realidade (o Estado como categoria ontológica) torna-se existente pelo fato de falar-se dele ou a partir da palavra do oficial representante de suas instituições. Ele confere importância crucial à linguagem, como forma de trazer à vida categorias, ao conferirem ampla legitimidade discursiva a conceitos, como é o caso do Estado. Destaco ainda como a filosofia política da língua deixa conhecer o discurso de autoridade que se cria, como o fazem os autores dentro da área acadêmica das R.I., permitindo que saberes específicos sejam introjetados nos enunciados históricos. A reflexão de Bourdieu (*idem*) sobre a unicidade criada pela linguagem me jorra interesse: “Portanto, tentarei refletir sobre esses agentes sociais que falam em nome do tudo social, o que Max Weber chama em algum lugar de 'profetas éticos' ou 'profetas jurídicos', isto é, os fundadores de um discurso destinado a ser unanimemente reconhecido como a expressão unânime do grupo unânime.” Esse discurso de unanimidade é tecnologia da possibilidade de se pensar uma identidade nacional e um Estado como categoria ontológica com o qual a sujeita se identifica: *recurso prosopopeico*, segundo ele, para se pensar o coletivo, o substituir da parte pelo todo, como numa frase que se fala nos noticiários: *o Brasil decidiu criminalizar o porte de armas* - dá-se uma coletividade a um conjunto de sujeitas que homogeneamente não existe, criando uma população de cidadãos como idênticos ao Estado.

Prosopopeia, como pensado por Bordieu (*idem*, tradução minha), é um recurso indispensável para este trabalho e pode ser entendido como:

“[...] a prosopopeia, figura de retórica que consiste em falar no lugar de uma realidade ausente em nome de alguma coisa: isso pode ser uma pessoa, os ancestrais, a linhagem, o povo, a opinião pública. Fala-se, portanto, em nome de um conjunto que se faz existir pelo fato de se falar em seu nome. A prosopopeia pode ser institucionalizada quando o porta-voz é mandatado para levar essa palavra transpessoal. É, por exemplo, De Gaulle, que diz “A França”, para dizer “eu penso”... Alguém que se tomaria por De Gaulle e diria “A França pensa...” para dizer “eu penso” seria, evidentemente, considerado um louco, ao passo que alguém que fala *ex officio* em nome da França é considerado normal, mesmo se achamos que é um pouquinho excessivo. Os profetas éticos são interessantes porque fazem ressurgir o que parece óbvio no caso do porta-voz legítimo rotineiro.”

Teóricos consagrados de Relações Internacionais, estes profetas éticos que possibilitam a personificação de uma população em torno de um Estado, dando-lhe vida ontológica. Identificação tão direta: objetivação e subjetivação da sujeita patriota representante e defensora dele. Estas sujeitas patriotas enquanto povo e nação, quando pensam e se imaginam um conjunto, dão a si mesmo uma representação pública, inclusive uma representação de Estado oficial: “uma ideia do que o grupo é e do que quer ser permitindo uma teatralização da identidade nacional através da criação de atores, como o Estado”. (*idem*)

Há outros dispositivos de lealdade, apresentados durante meu mestrado pelas palavras de Benedict Anderson no livro *Comunidades Imaginadas*. Quebrando com a ontologia da nação e do Estado, ele me abriu uma nova percepção sobre o Estado-nação: *uma comunidade política imaginada – e imaginada tnato interentemente limitada como soberana* (ANDERSON; BOTTMAN, 2011). Para ele, as nações são comunidades políticas imaginadas porque são idealizadas a partir de um estilo específico, o qual apresenta características como: (i) o fato de os seus membros nunca chegarem a conhecer todos entre si em sua totalidade, sendo a comunhão real existente somente em suas mentes, (ii) pela forma como a nação é imaginada de maneira limitada, apresentando fronteiras e territórios demarcados, (iii) por ser concebida como soberana, cuja ideia está assentada no discurso de liberdade emergido a partir da época iluminista, (iv) e, por fim, por ser imaginada como uma comunidade em si mesma, como uma confraternização, ou uma *identidade* densa e horizontal. Dispositivos políticos como censos, mapas, museus e línguas oficiais dariam ao corpo social os saberes-poderes necessários para sua constituição. “Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra)mundano, então todas eram, em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus novos donos, os

falantes - e leitores - nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus.” (ANDERSON; BOTTMAN, 2011) Lugares vazios são preenchidos pela imaginação nacional, a (in)dividualidade se perde em generalizações, como em tumbas vazias em memoriais (cenotáfios) que se supõe terem alemães, argentinos, ou outros de alguma nacionalidade, sem sabermos porém quem foram, seus nomes ou outras identidades. Nacionalismo pautado na língua, no idioma, no mapa que me mostra o território delimitado, no censo que me fala da população na qual estou inserida, da qual faço parte, nos museus que falam da história do meu país ou do meu povo.

Identidades nacionais - dispositivos políticos - pautadas na coesão, unicidade, orgulho e segurança: sentimento de identificação real a ponto de precisarmos nos assegurar e salvaguardar das ameaças externas, uma vez que esta sociedade com a qual nos identificamos é a garantia de nossa felicidade e de nossa boa-vida, ou bens civis. O *outro*, o estrangeiro, se torna portanto alguém que pode abalar nossos valores, nossa identidade, assim como os bens que nos mantêm. Destarte, pensar no estrangeiro e no *outro* é pensar no externo a nós - que somos iguais - e que possivelmente pode vir a nos dismantelar. Por consequência, os *outros* se tornam uma ameaça a partir do momento que nos identificamos com a nossa nação, com nossa pátria. A nacionalidade se torna uma fonte de violência. Jacques Derrida (2003), em uma entrevista concedida para Anne Dufourmantelle, dismantela o estrangeiro e demonstra como sua existência jurídica e societal gera violências, a primeira dela sendo a necessidade deste *outro* ter que traduzir seus documentos ou ainda sua linguagem para a nossa, não só em termos idiomáticos, como também em relação a nossa práticas culturais.

“[...] o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós?” (DERRIDA; DUFOURMANTELLE; ROMANE, 2003)

As línguas impressas, possibilitadas pelo capitalismo e reproduzidas mecanicamente através do mercado, lançaram as bases para um saber-poder da consciência nacional de três maneiras diferentes: (i) através do entendimento comum escrito, o qual criou consciência sobre a quantidade de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, gerando um pertencimento; (ii) a fixidez da língua impressa construiu uma imagem de antiguidade essencial à ideia subjetiva de

nação; (iii) criação de línguas oficiais que legitimam o idioma. As línguas impressas ganharam sua fixação e seu estatuto diferenciado a partir da interação entre capitalismo, tecnologia e diversidade linguística humana. (ANDERSON; BOTTMAN, 2011)

Seguindo esta linha de pensamento de Derrida e Anderson, ao nos identificarmos com um conjunto de leis - a base do contrato social -, com uma língua e uma cultura, estamos afirmando uma realidade que as (in)divíduas não participantes dela devam se adaptar ou se subjugar para que, por exemplo, recebam asilo em nosso território. Este entrave para o acolhimento do *outro* é uma das diversas violências geradas pela identidade nacional. Esta identificação e o conteúdo destes enunciados apresentados até o momento nos atravessam de forma que nos tornamos juízas da pátria - as cidadãs que podem falar em nome da sua cidadania, que a defendem e a prezam como fonte de sua essência e de sua definição enquanto ser. “Eles falam como (os) juízes, os cidadãos que falam em nome de sua cidadania.” (*idem*)

São essas violências que quero resistir neste texto, às subjetivações e objetivações que me foram colocadas durante o curso disciplinar de RI. E é este debate que continuo agora apresentando um breve comentário sobre identidade e uma introdução para os próximos capítulos.

3.3 Identidade

Consolidando toda a massa informativa exposta até o momento, situo minha pesquisa como crítica ao logocentrismo²⁵ dominante nos estudos estatais dentro das Relações Internacionais, os quais advogam pela proeminência do estado e a defesa dos seus interesses como categorias ontológicas que permitem criar na sujeita uma identidade nacional. Olhando criticamente, eu percebo a defesa destes interesses só através, a partir e pelas sujeitas, uma vez que elas sim existem de fato e, portanto, praticam e discursam estas vontades soberanas: a realidade materializada no corpo. Além disto, esses discursos materializam a identidade nacional de forma a criar categorias

²⁵ Entende-se logocentrismo aqui como a busca pela verdade que afirma noções únicas que devem ser encontradas. O logos, a verdade, tem pretensão de universalidade e traz consigo diversas consequências de enrijecimento de práticas como únicas válidas. Logocentrismo, partindo de Jacques Derrida, é o pensamento metafísico tradicional com legitimação universal, o qual identifica e trabalha com pares de oposição: razão e sensação, identidade e diferença, entre outros. (VASCONCELOS, 2003)

de *outras* que podem ser rechaçadas ou oprimidas somente por não serem da mesma nacionalidade que eu. Isto posto, eu entendo minha percepção, texto e pesquisa como crítica à identidade nacional não como uma identificação natural da sujeita, mas sim como um discurso e prática que cria uma *outra*, e a partir disso, cria condições de possibilidade diversas.

A identidade nacional, como saber-poder, começou a ser estudada oficialmente nos meios acadêmicos dentro da visão psico-analítica de identificação e diferenciação do outro, por autores como Freud, Lacan e Jung. Stuart Hall problematiza esta categoria de identidade demonstrando como Michel Foucault, Althusser e outros autores tomaram este debate e o continuaram retirando o fator psicológico de sua compreensão de identificação, a fim de evidenciar as introjeções políticas nos discursos e práticas da modernidade. (DU GAY; HALL, 2011) Este autor, em sua introdução escrita para o livro *Questions of Cultural Identity*, questionando a importância de se estudar identidade, debate como a identidade pode ser forjada a partir de práticas do eu perante os mecanismos de subjetivação e objetivação políticos. Após apresentar visões conflitantes desde teorias psicanalíticas até visões político-filosóficas, ele nos fala sobre a importância de estudar a prática de reconhecimento e identificação e as formas como a sujeita resiste e conforma-se aos dispositivos e discursos subjetivadores. Como afirma:

“A questão que resta é se também exigimos, por assim dizer, fechar o fosso entre os dois: isto é, uma teoria sobre quais são os mecanismos pelos quais indivíduos como sujeitas se identificam (ou não se identificam) com as 'posições' ao qual são convocados; bem como a forma como eles moldam, estilizam, produzem e 'performam' essas posições, e por que eles nunca fazem isso tão completamente, de uma vez por todas e para sempre, e por que algumas nunca chegam sequer a fazer, ou estão em um processo constante e agonístico de lutar, resistir, negociando e acomodando as regras normativas ou regulatórias com as quais eles se confrontam e se regulam.” (*idem*, tradução minha)

Não entendo identidades como hierarquias, como estruturas, mas sim como feixes de relações de poder que nos subjetivam e objetivam. Vejo a política - considero aqui política nacional e estatal somente como formas de discursar a política, as quais se confundem, uma vez que é a política em si que gera instituições e normas do estado, portanto sendo sempre estatal - como o que permeia essas identidades e as compõe. Tal é a motivação minha de pensar a identidade nacional como identidade que se forma a partir do saber-poder do Estado e, conseqüentemente, dentro do político, por derivar de relações de poder normatizadas e normalizadas por instituições, dispositivos e técnicas estatais, sustentadas pelos discursos de RI já apresentados. Neste fluxo que as relações de poder se compõe - discursos e leis se materializam em práticas violentas que serão

posteriormente resistidas através de discursos novos de identidade que refletem práticas de ética do cuidado de si (de resistência) -, as identidades estão imbuídas do imperialismo cultural e há violências geradas pela transnacionalidade. Tecnologias políticas que viajam espaço-temporalmente, fora de seu contexto, como a afirmação de uma solução que funcionou em um outro contexto sendo levada como verdade-melhor para uma outra gama de relações de poder gera violências (BOURDIEU; WACQUANT, 1999). Observei isto nos discursos do Fundo Monetário Internacional para salvar países falidos, em discursos sobre as brasileiras e brasileiros como pessoas do futebol, do carnaval e do churrasco, em discursos sobre países subdesenvolvidos que deveriam aprender com desenvolvidos, em discursos em Florianópolis sobre como os alemães, dentro da Europa, são exemplos que deveriam ser seguidos, assim como os ingleses. Os dispositivos da identidade nacional funcionam na localidade. O contexto que foi criado pelas fronteiras, pelas regras e pelas leis de um Estado são dispositivos que objetivam e subjetivam. Fala-se atualmente de cultura, de lugar de fala, de contexto não sem propósito. É uma língua, é um contexto, é um conjunto de morais específicos em que nos inserem e que nos constitui. São diferentes discursos e práticas de vida.

Qual a introjeção política da identidade nacional nas sujeitas patriotas²⁶ e a resistência à esta introjeção? São estes discursos de saber-poder identitários que quero me debruçar sobre na vida e obra de Frida Kahlo: perceber esse imperialismo identitário a objetivou e subjetivou, e como ela constituiu sua ética do cuidado de si, sua resistência perante as relações de poder no México pós-revolução. Estes dispositivos da identidade nacional que procurarei evidenciar neste trabalho, mais especificamente os dispositivos mexicanos no pós-revolução de 1910. Seus quadros, seus diários e relatos serão para mim uma materialização da luta entre identificar-se com uma nação e encontrar outras práticas de identidade política que não a nacionalmente reproduzida, assim como uma luta contra a heteronormatividade da sociedade na qual viveu, ao mesmo tempo que uma reprodução desta. Suas obras serão compreendidas por mim, neste texto, como práticas e discursos imagéticos dela. A arte dela seria uma forma de dismantelamento dos princípios rígidos, dos modos de significação e representação visual normalizados. “A arte permite a erupção de

²⁶ A sujeita patriota tem duas facetas. Uma interna, identificando-se com o Estado-nação; e uma externa, aceitando entregar sua vida para defesa deste soberano. Ele é um ser político, cultural e igual entre seus pares; ele maximiza-se em seu sacrifício.

movimentos, que ameaçam dismantelar a idéia de um sujeita coeso e a ordem totalizadora, uma vez que tem a capacidade de revelar o que é reprimido pelos códigos sociais.” (PÉREZ ALONSO, 2014) A arte de Frida permite reativar o dinamismo e a turbulência do corpo, as identidades não-consistentes da sujeita. O contexto em que ela viveu será o recorte histórico, sua constituiu enquanto sujeita patriota, ao mesmo tempo enquanto sujeita resistente, dando espaço a outras formas de viver divergentes da norma.

Frida cresceu durante o pós-revolução mexicana, a qual trouxe como consequência o surgimento de um discurso de unificação nacional pautado na identidade indigenista, a fim de retomar a coesão interna do país. No primeiro quadro que estudarei, “Allá cuelga mi vestido”, de 1933, ela pinta diversos elementos associados com a identidade norte-americana de maneira crítica, criando uma imagem deletéria dos norte-americanos em geral e de seu país. Nesta época, o discurso comunista estava ganhando relevância no México e já se tornara dispositivo político, ao dar vida a um partido comunista. Frida, então, empodera através desta arte o discurso do *Outro* norte-americano capitalista que deve ser combatido, aliando os enunciados políticos de seu partido assim como suas relações de poder, reproduzindo saberes-poderes em relação aos norte-americanos, tomando-os todos como idênticos dentro deste Estado-nação.

Em outro quadro de 1932, “Autorretrato en la frontera entre Mexico y los Estados Unidos”, ela empodera este discurso e prática de identidade nacional ao pintar bandeiras do México - esta bandeira segurada em sua própria mão, fazendo-nos identificá-la como mexicana - e dos Estados Unidos - esta pintada em meio a uma fumaça, criando uma imaginação de identidade pueril, fraca e dispersante -, reafirmando as fronteiras²⁷ existentes entre eles. Outrossim, pinta ela também neste quadro elementos da identidade indigenista, a qual estava se consolidando²⁸ como projeto político na época. Percebo uma mescla de identidades nacionais trabalhadas nesta pintura, porém todas fundamentadas na visão totalizante de um eu nacional e um *outro* não-nacional.

²⁷ Fronteiras aqui possuem dois sentidos. Um de alteridade, proveniente da ação de identificar-se e excluir os que não estão na sua categoria de identificação. Outro de fronteira territorial, neste trabalho entendida como uma instituição política construída a partir das relações de poder estado-soberanas.

²⁸ Entendemos como ‘consolidar ideias ou discursos’ o processo que Foucault descreve de relação entre saberes até o ponto em que um conjunto amalgamado deles se destaca e normaliza-se no discurso e enunciados de determinada época. O mesmo aplica-se para os poderes, porém em relação a consolidação de práticas e instituições políticas.

Destarte, levanto a questão: não há como se pensar que ela resista a estas práticas e enunciados? Como essas identidades excluem-se e relacionam-se? Quais violências elas inflamam? Neste ponto, o excerto supracitado de Stuart Hall toma relevância quando eu procuro maneiras de reconhecimento e reflexão sobre identidade nacional consubstanciados em Frida que se diferem das maneiras dominantes na época em que ela viveu. Ao pesquisar sua biografia, captei sua resistência ao pensamento identitário em um ponto minucioso desta última obra: o momento em que ela pensa o indigenismo mexicano por entre elementos de uma tribo indígena matriarcal. Estes elementos, apesar de ela se considerar indigenista, permitiram-me mostra-la desafiando o saber-poder consolidado. Neste sinal a ética do cuidado de si²⁹ surge - uma forma de perceber como ela, ao identificar-se com uma tribo indígena matriarcal e diferente daquela proposta oficialmente para unificação de seu país, resiste a este saber-poder objetivante. Portanto, verifiquei inicialmente a materialização das relações de poder entre nacionalidades conflituantes em suas obras, ao mesmo tempo que percebi sua produção de si como objeto no mundo ao pensar identidades diferentes daquela proposta pelo projeto estatal. Meu recorte histórico, seguindo o que foi exposto até agora sobre o que estudarei, será o da vida de Frida Kahlo - a qual viveu durante a primeira metade do século XX.

²⁹ O cuidado de si é uma expressão que Foucault usa e que é descrita por Revel (2005) como “[...] uma retomada do *epimeleia beoutou* que se encontra, em particular, no *Primeiro Acebíades*, de Platão, [e que] indica, na verdade, o conjunto das experiências e das técnicas que a sujeita elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo.” O cuidado de si está ligado à resistência à governamentalidade, a qual é o agir sobre a ação dos outros a partir dos dispositivos políticos do estado, é o governo das populações. Portanto, o projeto de conhecimento da sujeita é uma ética pessoal visando resistir às introduções políticas em seus limites possíveis.

4. SABER-PODER: MÉXICO NOS SÉCULOS XIX E XX

4.1 Contexto

Neste capítulo, busco compor um retrato dos principais assuntos e discursos da época em que Frida Kahlo nasceu e viveu. Início falando sobre o mandato e as opiniões sobre Porfirio Díaz, o qual estava na presidência quando ela nasceu. Em seguida, tratarei da Revolução Mexicana, momento em que ela atingiu a adolescência. Por ela ter crescido escutando e vivendo esta história, busquei fazer um retrato dos principais acontecimentos que encontrei, assim como dos documentos oficiais produzidos. Ainda que de maneira resumida, faço meu maior esforço para dar conta de um período tão complexo. Em seguida, trato dos saberes-poderes da identidade mexicana que se tentava construir nesta fase, a partir de homens que estavam à frente da política. Alcançando três obras principais, *Ariel*, *Forjando Patria e Raza Cósmica*, lanço os trâmites de ideias destas correntes. No tempo de publicação desta última obra, Frida já adentrada sua fase adulta e começa sua vida nas artes. Exponho, desta forma, um pouco do que as mulheres da época passavam nesta área profissional. Por fim, comento sobre a criação do Partido Comunista Mexicano (PCM), seu desmembramento, a vinda de Trotsky para a casa de Frida e Diego, e o rompimento entre o casal e ele. Termino com algumas notas sobre o feminismo no país e sua ligação com o partido, assim como a luta políticas das mulheres nesta época. Este último panorama já se dá durante a vida adulta de Frida.

Sobre as viagens de Frida aos Estados Unidos e Paris, acabei não trazendo menções aos discursos destes países. Porém, cito os comentários de Trotsky sobre o primeiro e sua relação com o México, visto que ele possui uma visão alinhada com a esquerda da qual ela participava. Meu argumento para esta forma de capítulo está em mostrar o discurso da época em que ela viveu, para depois pensar como ela reproduziu e resistiu a isto em seus escritos e obras, analisando sua subjetivação e materialização enquanto sujeita, assim como sua ética de cuidado de si.

Importante para mim aqui é notar um duplo jogo de dispositivos. Um referente a forma como o Estado é discursado, assim como o poder, a partir de uma heteronormatividade masculina e específica, a qual reflete os próprios discursos expostos no primeiro capítulo. O outro é referente a como esse discurso impregnado no México sobre a pátria, honra, luta, moral, justiça, igualdade e cidadão a partir dos escritos de homens que participaram do governo e das lutas políticas da

época expõe a invisibilidade da mulher, assim como mostram a materialidade no corpo social das relações de poder, assim como a visão ontológica do México. Estas representações são o material principal que vejo aqui como tecnologias de saber-poder que introjetaram Frida, permitindo-me no terceiro capítulo realizar uma analítica do poder de como ela reproduziu e resistiu tudo isto.

4.2 Porfiriato

"Se uma parte da imprensa e da produção satírica se esforçou para construir a imagem épica de Diaz, outra parte, por outro lado, a desconstruiu usando os mesmos referentes e os mesmos elementos propostos pela primeira, mas usando-os na direção oposta." (GANTÚS, 2016). Este é o tom do artigo de Fausta Gantús, o qual faz um movimento, para mim, do que Jacques Derrida chama de dupla leitura³⁰, a qual interpreto como resistência e desconstrução de normatividades colocadas. Vejo fortemente aqui a interpretação de poder através de *relações de poder*, em que todo *locus* de legitimação de discursos oficiais possui um *locus* de resistência silenciado, e que não há poder emanado por ninguém, mas sim saberes que subjetivam e objetivam sujeitas de maneiras diferentes e que, se contrastados, mostram as tecnologias de poder de uma determinada época. Inclusive considero uma das principais tecnologias de poder a historiografia que conta somente uma narrativa, a partir de um espectro específico, porém considerando-a como a verdade final de fatos históricos.

Paralelamente ao artigo dela, encontrei o de Fernando Ayala Blanco (2010), o qual mostra também caricaturas de diferentes jornais de oposição e de governo da época, porém tomando-os como " [...] herança de uma tradição gráfica rica e importante [do México]. Demonstrou-se que as imagens podem ser uma poderosa arma política que ataca qualquer pessoa ou instituição sem distinção de classe ou ideologia." Com uma lógica de poder diferente da de Gantús, a qual vejo mais como relações de poder, ainda considero ambos os artigos como fontes de saber-poder em

³⁰ Pelo que entendo de dupla leitura de Derrida, considero-a um método de desconstrução de discursos em que primeiro evidencio os discursos legitimados na sociedade, os discursos prevalecentes, dominantes, utilizando-os da maneira como são colocados, levando-os ao exagero e à exaustão. Esta seria a primeira leitura. A segunda consistiria em dismantelar as certezas e as verdades destes mesmos discursos, expondo suas fraturas, suas inconsistências, seus silenciamentos.

que pude ver a legitimação dos discursos sobre Porfírio Díaz, assim como resistência a ele. Por este motivo decidi utilizar ambos para retratar aqui brevemente o saber-poder da identidade mexicana pré-revolução e as normatividades da época em que Frida Kahlo nasceu, um período entre o século XIX e 1911.

Com traje militar, espada na cintura, com pose firme e se apoiando em ambos os pés, com feição séria, cheio de convicção: assim aparecia Porfírio Díaz nas caricaturas feitas através de fotos na época de seu governo, entre 1884 a 1911, com mandato anterior de 1877 a 1880, todos pelo Partido Liberal. Díaz buscou desde os primeiros anos de sua vida político militar, sob a Constituição decretada em 1857, chegar ao cargo de presidente, principalmente na conjuntura político eleitoral de 1876. Seus partidários tomaram a tarefa de construir e projetar nas páginas dos jornais como *El Ahuizote*, *El Padre Cobos*, *La Patria Ilustrada*, entre outros, sua imagem de "líder político, defensor do povo e da pátria" (GANTÚS, 2016). Ele foi também estandarte do princípio da não reeleição, tema que havia sido muito comentado próximo ao fim do mandato de Sebastián Lerdo de Tejada, presidente de 1872 a 1876 também pelo Partido Liberal. Apesar de a reeleição ter sido expressa na Constituição sob a qual governou Porfírio, ele se colocou como protetor dos princípios constitucionais, combatendo a reeleição, e como salvador da pátria. Em suma, ele se colocou como esperança de um futuro melhor para o México a partir de seus discursos e dos discursos dos jornais apoiadores da época.

Ele foi visto, nestes meios, pela relação positiva que se criou entre o militar e o povo, Porfírio, o "Soldado do Povo" (GANTÚS, 2016). O cidadão da época exaltado pelas caricaturas do jornal *El Ahuizote* era o cidadão convertido em soldado, o miliciano, no qual Porfírio havia se apoiado como parte das guardas nacionais na luta contra a intervenção francesa e o império de Maximiliano I, cujas batalhas levaram a discursos sobre ele como *O Herói de 2 de Abril*.

Por esses pontos de vista, o governo do presidente anterior a ele, Sebastián Lerdo de Tejada, foi visto como tirânico e despótico, e Díaz visto como garantidor futuro da igualdade e fraternidade. A materialização destes discursos nas sujeitas da época permitiu sua eleição. Ele foi aos poucos sendo visto como "homem disposto a sacrificar-se pela causa comum, pela República e pelo povo." (GANTÚS, 2016)

Desde seus tempos como militar e candidato a presidente até seus últimos dias de mandato, quando sua queda era discursada como eminente, esses jornais trataram-no como herói da nação, como o estadista que havia conseguido posicionar o México no ambiente internacional, como amigo do povo e como presidente das classes populares.³¹ Foi também tido como enaltecido do país no ambiente internacional, reatou relações desgastadas por Lerdo com Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha, aproximou o México dos Estados Unidos, entre outras práticas mencionáveis.

Como relata Fausta, Porfírio era retratado nos jornais sempre com sua espada, "interessante signo/sinal que valida o uso das armas como instrumento imprescindível para lograr as condições de paz que a nação exigiu e quiçá exigia." (GANTÚS, 2016). Elisa Guerra (2008, tradução minha) também o descreve através das seguintes palavras:

"Apesar de dom Porfirio ter recorrido ao uso da força, conseguiu obter e manter o poder graças aos seus laços pessoais e clientelistas, a sua capacidade de negociação, e a sua habilidade para conciliar e fazer que os atores políticos dependessem de sua intervenção."

Nesses discursos, observo fortemente a normatividade colocada a mim enquanto internacionalista, tratada no capítulo um desta minha dissertação. A materialização dos discursos da Paz de Vestfália, do Iluminismo, do Leviatã, do Príncipe, parece-me correlata, através dos valores pregados pelos *patriotas, homens da nação, leais e honrosos; habilidosos em conseguir o que almejam, capacidade de negociação*, entre outros adjetivos. O poder poderia ser detido e concentrado por ele, como capacidade própria e algo valorativo-positivo. *Conseguir obter e manter o poder* é tido como algo a ser reverenciado, um discurso muito presente nos jornais que o apoiavam e na historiografia que o retrata. Além dos jornais, outras formas de representação da autoridade presidencial se fizeram por meio da pintura, fotografia, celebração de desfiles e realização de festas cívicas. Todos elementos de saber-poder que legitimaram o Estado, o homem, o cidadão, os discursos já apresentados por mim relacionados ao século XXI. Neste ponto, gostaria de frisar como as relações de poder se apresentam, para mim, como uma análise extremamente realista, a ponto de ser mais real e mais observável do ponto de vista material (materialização dos corpos) do que qualquer teoria realista de relações internacionais. Os saberes-poderes se

³¹ No artigo de Fausta Gantús (2016) há uma série de caricaturas de Porfírio Díaz nos jornais mencionados acima, desde a década de 1870 até 1910, os quais compõem um retrato interessante do saber-poder relacionado à figura dele e aos adjetivos atrelados à sua imagem, desde os defensores de sua pessoa até os seus críticos diametrais.

materializam, não são fatos dados, verdades sempre-existentes. São jogos de poder sustentados por tecnologias de poder, como estes jornais e os discursos da época. Portanto, esses discursos valorativos sobre a imagem do presidente à época são saberes-poderes capilarizados na sociedade que gestam normatividades a serem alcançadas por quem é atravessada por eles e que as materializam enquanto sujeitas desta época e local geográfico.

Mas, para além das tecnologias de poder, havia resistência, a qual materializavam sujeitas de maneira diferente. Fernando, assim como Fausta, mostram jornais que retratavam Porfírio de maneira negativa, criticando-o, como era o caso de *La Linterna*, *La Orquesta*, *El Hijo del Ahuizote*, entre outros. As críticas perpassavam o uso da força como meio que ele utilizara para alcançar o cargo de presidente, seu governo como caudilhisto, como uma ameaça para os habitantes do México, uma etapa de governo que dirimia toda a esperança de paz, desenvolvimento, progresso e independências, nas palavras de Gantús. Caudilho, a partir desta época, toma então um rumo discursivo diferente, trazendo-o para o espectro deletério. Isto é importante para mim, uma vez que relações de poder não são só dominantes: posso encontrar resistência em outras formas de vida e de discursos em todas elas:

“Princípios constitucionais, direitos legais e individuais, liberdade de pensamento e de ação, honra, moral e um largo etcetera, parecem ter sido pisoteados por um regime que só conhece o poder da força armada e por alguns homens que são capazes de cometer as piores ações se isso lhes permite alcançar seus objetivos e concretizar suas ambições [...]” (GANTÚS, 2016, tradução minha)

Seu gabinete era composto de homens cuja idade média era sessenta e sete anos, todos homens brancos. Inclusive, há um retrato intitulado *Porfirio Díaz y su estado mayor* de cerca de 1904 que mostra os governantes do país junto a ele. O retrato é claro: homens de feição espanhola, com uniforme militar, espada na mão e bigode. Estes homens permaneciam nos mandatos estaduais por mais de dez anos, em geral. Por decreto dele, ainda, a reeleição única e o mandato de seis anos foram aprovados, as reeleições ou eleições democráticas nos estados não aconteceram, e ele terminou por representar o militar espanhol que concentrava o poder em suas mãos: um ditador³² (PABLO ESCALANTE GONZALBO et al., 2008). Para mim, foi interessante notar,

³² Elisa Speckman Guerra aponta que Teodoro Dehesa governou Veracruz por dezoito anos, Mucio P. Martínez governou Puebla por dezessete anos, o mesmo tempo que Francisco Cañedo e Joaquín Obregón González estiveram no comeando de Sinaloa e Guanajuato, respectivamente. (PABLO ESCALANTE GONZALBO et al., 2008)

inclusive, uma menção de Gantús sobre a definição de ditador no dicionário da Real Academia Española, mostrando que a mesma não muda muito ao longo do tempo. Sua definição aparece como uma alusão ao magistrado supremo na Roma Antiga ou como a dignidade e cargo de um ditador, assim como seu exercício e duração. É com o tempo de regime de Díaz, aliado à insatisfação das sujeitas que escreviam nos jornais supramencionados, que a definição a nível das práticas e saberes não-oficiais (de dicionários, neste caso) tornou-se pejorativa, chegando ao ponto de afirmar-se que “[...] o governo, um governo caudilhisto, não era outra coisa se não uma ditadura.” (GANTÚS, 2016, tradução minha).

Em 1908, no fim de seu último mandato, ele concedeu uma entrevista ao jornalista James Creelman, nascido nos Estados Unidos. Nesta ocasião, ele declarou que não participaria das eleições que iriam acontecer. Porém, esta foi a retórica para jornais internacionais. No México, ele acabou sendo eleito de novo através de uma manipulação dos votos, desencadeando a Revolução Mexicana logo após.

Juntando-se a esse movimento retórico de negatividade da imagem de Porfírio está a questão da religião. No México, havia uma sociedade profundamente católica. Apesar de haver a presença de outras religiões, a maior parte se professava adepta dos princípios morais dessa religião, os quais estavam difundidos nas mais finas capilaridades da sociedade. Nos jornais, Díaz é apresentado

“[...] como um dos piores pecadores, pois falhou nada menos que com um dos mandamentos fundamentais, o quarto, que dita a obrigação de honrar ao pai e à mãe. O general traiu ao povo e à pátria, assimilados como progenitores em sentido cívico, portanto não se poderia esperar nada de quem não respeita aqueles a quem se deveria amar, procurar e defender acima de todas as coisas depois de Deus.” (GANTÚS, 2016, tradução minha)

Aqui, a partir dos dois artigos que mencionei, apresentei visões contrastantes em relação ao governo de Porfírio Díaz a partir de jornais da época, mostrando as diferentes caricaturas feitas dele, de oposição e a favor de seu governo. Esta análise das relações de poder da época, da *parole* do período, permitiu a mim encontrar processos de legitimação e de resistência política que abrem escopo para compreender também as resistências de outras sujeitas no México.

Outrossim, estas caricaturas opostas de Porfírio Díaz me trouxeram uma reflexão relacionada à identidade nacional mexicana que decidi ser mais importante à minha dissertação. O discurso pré-governo dele era marcado pela valorização da imagem caudilhisto, de Hidalgo: o

general espanhol, similar ao fhrer, ou a Francisco Franco na Espanha, que no México permitiu a independência do país. Ele, inclusive, estava imbuído nesta normatividade identitária. Quando chega próximo  queda de seu mandato, os jornais começam a retratá-lo como ditador e problema  pátria. Neste discurso que vai sendo construído e ganhando força, desponta um outro em valorizao da figura do *mestiço*, daquele que luta pela pátria mexicana, a qual eu atrelei fortemente  figura de Pancho Villa e Emiliano Zapata a partir das leituras que fiz sobre a Revoluo Mexicana, em grande parte dominadas pelos documentos que eles produziram e por discursos dos homens que participaram deste acontecimento. Ainda tentarei tratar de outros documentos que mostrem a participao das mulheres, baseando-me em livros que têm sido publicados nos últimos anos sob um viés de gênero.

Antes de passar  Revoluo Mexicana, cujo discurso de início está atrelado  destituio de Porfírio, quero mencionar que há uma caricatura mencionada por Gantús do jornal *El Hijo del Ahuizote*, chamada *Entre a espada e a parede. Quadro sinptico dos progressos humanos em tempos de Tuxtepec*, no qual, segundo ela, o sangue agrega um sentido dramático  cena, *dramático e pouco comum* na caricatura da época. Para ela, o detalhe de mostrar a espada ensanguentada se traduzia em um impacto importante sobre a leitura da audiência do jornal, uma estratégia visual de grande potência. Este tipo de estratégia, pelo que ela observou, não era muito utilizada na caricatura mexicana da época, a qual era marcada por *certo pudor*. Se evitava a alusão ao sexo ou ao uso de elementos que poderiam ser muito agressivos aos olhos do público. Havia uma moral que não se transgredia, muito pautada pelo Código Penal de então, o qual colocava como crime *delitos contra a reputao, contra a ordem das famílias, a moral pública e os bons costumes, ou atentados contra as garantias constitucionais*. Inclusive, o jornal supracitado, por transgredir essas regras, foi fechado em 1902 por Díaz. (AYALA BLANCO, 2010) Ressalto este ponto uma vez que as obras de Frida, como analiso no último capítulo desta dissertao, são marcadas pelo abjeto, pelo sangue, pelas entranhas de corpos e suas dilaceraes, de maneira mais acentuada que na época destes jornais. A legislao mexicana do tempo em que ela viveu era diferente, marcada pela Constituio de 1917, diferente da de 1857, porém a normatividade sob práticas e saberes da época ainda tinham marcas dos discursos históricos dos tempos de porfirismo, porém advindas agora da sociedade e não do próprio governo, uma vez que os governantes da época de Kahlo são de orientao política em grande parte opostas  de Porfírio. Resistências ocorrem, estão presentes,

a questão está em seus silenciamentos e nos julgamentos que sofrem: Frida viveu em um tempo em que mostrar o abjeto era visto com desagrado aos olhos de leitoras, assim como aos olhos oficiais e legitimados da época. E isso me chamou a atenção para sua resistência.

Vale ressaltar que para mim não coube neste trecho dar um juízo de valor sobre o governo de Porfírio. Não busquei classifica-lo, assim como não farei com o trecho seguinte sobre a Revolução Mexicana. Minha proposta é expor saberes-poderes de caricaturas de jornais da época, a fim de buscar um breve olhar sobre a normatividade do momento de nascimento de Frida. Ademais, parto agora para analisar sob essa mesma proposta a Revolução Mexicana, pautando-me em documentos escritos na época que são mais difundidos nas historiografias do país e, por fim, busco alguns documentos que retratam a participação de mulheres neste mesmo íterim. Meu intento é relacionar trazer à tona os discursos da época, os quais conformavam práticas, e que lapidavam a normatividade do momento em que Frida nasceu e viveu seus primeiros anos de vida.

4.3 Revolução Mexicana

Vejo o início em livros do que se chama de Revolução Mexicana como em 20 de novembro de 1910, estendendo-se até 1920, apesar de Sérgio Florencio mencionar que há quem acredite que a revolução não acabou mesmo até a metade do século XX (FLORENCIO, 2014), ou Javier Garciadiego afirmar que ela foi o processo definidor do México de boa parte do século XX (PABLO ESCALANTE GONZALBO et al., 2008).

Os anos mencionados tiveram dez homens na presidência com a destituição de Porfírio, alguns homens lutando e sendo consagrados enquanto ícones desta história e mulheres silenciadas. Nos relatos históricos dos livros oficiais não se encontram menções sobre mulheres habitualmente. A normatividade era masculina, de homens fortes, honrosos e corajosos, traidores ou ditadores. Segundo Garciadiego (2008, tradução minha), este foi um processo no qual "[...] foi destruído o Estado oligárquico e neocolonial de fins do século XIX. [A Revolução] marcou o início de outra etapa histórica, com a consolidação de um novo tipo de Estado.". Novamente citando o capítulo um desta dissertação, vejo os saberes-poderes de uma internacionalista sendo derivados de afirmações oficiais já antes de a universidade ou o curso de relações internacionais serem

instituídas, com base em ontologias de Estado como a Garciadiego: um agente, um ente vivo que possui adjetivação própria, uma metonímia. Inclusive, ele menciona que com a Revolução se consolidou um novo tipo de Estado, não mais oligárquico e neocolonial, mas institucionalizado. Nas imagens de seu artigo aparecem homens portando armas nos trens militares revolucionários, a mesma imagem do gabinete de Porfírio que figura nos artigos supramencionados, entre várias outras imagens dos homens que faziam política e guerra dentro do país, um México onde só existiam homens segundo os discursos oficiais, visto que não encontrei menção alguma de mulheres.

Dando continuidade ao construto da segunda década do século XX, surge como oposição ao governo de Díaz um movimento cujo título era *reyista*, baseado em Bernardo Reyes, o qual era próximo ao presidente, porém passou a criticá-lo depois de aproximar-se de maneira mais aprofundada dos *científicos*³³. Por estes quererem sucedê-lo, isto gerava um conflito de interesses com os *reyistas*, uma vez que eles pediam Bernardo como vice-presidente. Devido à insatisfação de Francisco I. Madero, também um *reyista*, com a política econômica incentivada pelos *científicos*, ele decide criar em 1910 o Partido Nacional Antireelecionista. Para as eleições presidenciais, apresentaram a sua candidatura. Porém, por ser acusado por Díaz de incitar uma rebelião, ele foi encarcerado no momento em que houveram as eleições. Por sua ausência, o presidente de então foi reeleito, junto a Ramón Corral como vice. Exilado no Texas, ele escreve, junto a outros *colaboradores*, o plano San Luis Potosí (FRANCISCO I. MADERO, 1910, tradução minha). Neste pude observar a forma de Estado e o discurso de quem viria a ser presidente da primeira fase da Revolução. Entre os trechos, destaco um:

"Os povos, em seu esforço constante para que triunfem os ideais de liberdade e justiça, se vem obrigados, em determinados momentos históricos, a realizar os maiores sacrifícios. Nossa querida pátria chegou a um destes momentos: a tirania que os mexicanos não estavam acostumados a sofrer, desde que conquistamos nossa independência, nos oprime de tal maneira, que chegou ao ponto de ser intolerável. Em troca desta tirania, nos oferecem a paz, porém é uma paz vergonhosa para o povo mexicano, porque não tem por base o direito, mas sim a força; porque não tem por objetivo de engrandecimento e prosperidade da pátria, se não enriquecer a um pequeno grupo que, abusando de sua influência, converteu os postos públicos em fonte de benefícios exclusivamente pessoais, explorando sem escrúpulos as concessões e contratos lucrativos." (FRANCISCO I. MADERO, 1910, tradução minha)

³³ As *científicas* ("cientistas"), grupo ligado ao porfiriato, foram influenciadas pelo positivismo francês de Augusto Comte e pelo darwinismo social. Elas buscavam na Europa "moderna" modelos de cultura e economia, além de terem colocado em mãos estrangeiras (norte-americanas e europeias) a exploração dos recursos naturais do país.

Em um discurso de defesa da liberdade e da justiça, logocentrismos cuja definição única representa somente uma visão entre várias, Madero fala sobre os momentos históricos e o México como partes de si e parte de todas pessoas que haviam nascido naquele país. E por estes momentos, por esse sentimento de comunidade imaginado, o sacrifício de todas era necessário para salvar a sua *querida pátria*. A opressão pela qual ele luta contra não era do povo inteiro mexicano, não era igual a todos eles, mas era abarcado na mesma cesta do patriotismo, de uma sujeita patriota. A paz que ele almejava não incluía, por exemplo, a possibilidade de mulheres votarem ou estarem em cargos de governança política. A prosperidade da pátria não mencionava mulheres, seu foco eram os mexican-*os*. A tirania que eles sofriam poderia ser prejudicial, mas não da mesma forma para todas as pessoas. Além disto, a tirania era defendida por uma parte da população. Sua declaração, documento relevante para contar esta história, deixa as marcas de uma paz única aplicável a todas. Para reforçar esta reflexão, ele aponta que os direitos e as liberdades dos cidadãos só existem na Magna Carta, não na prática. Alguns direitos eles homens já possuíam, ao menos nela garantidos, porém estavam sendo abandonados na época pela investidura sem transparência de Díaz. Para isto, ele os exorta a partir para a luta, buscando reestabelecer a soberania deste povo em seu ver *coeso e unido em prol de uma causa*:

"[...] a divisão dos poderes, a soberania dos Estados, a liberdade dos *Ayuntamientos*, e os direitos do cidadão, só existem escritos na Magna Carta [...]. Os Governadores dos Estados são designados por ele [o Ditador, menção à Porfírio], e eles, por sua vez, designam e impõe de igual maneira as autoridades municipais. [...] O mal se agravava constantemente, e o empenho decidido do General Díaz, de impor à Nação um sucessor e sendo este o senhor Corral, levou esse mal ao seu máximo e determinou que muitos mexicanos, ainda que carentes da reconhecida personalidade política, posto que havia sido impossível trabalhá-la durante os 34 anos de ditadura, nos lançássemos à luta, tentando reconquistar a soberania do povo e seus direitos em um terreno claramente democrático." (*ibid*, tradução minha)

A fim de lutar pelo que ele acreditava ser a paz, liberdade e direitos que todas as pessoas naquele pedaço de terra delimitado por fronteiras, ele organizou o Partido Nacional Antireelecionista, como já mencionado, com os princípios de sufrágio universal. Não ficou claro a mim, porém, para quem seria essa universalidade ou quais seriam seus critérios de escolha. Fato é que Frida nasceu em um momento em que a mulher não era nem mencionada em declaração, muito menos nos livros sobre a época e que o sufrágio universal pensado pelo partido, como citado no trecho abaixo, não é claro se incluía mulheres:

"Entre outros partidos que tendiam ao mesmo fim, organizou-se o Partido Nacional Antireelecionista, proclamando os princípios do Sufrágio Universal e a não Reeleição, como únicos capazes de salvar a

República, do iminente perigo com que a ameaça da prolongação de uma ditadura cada dia mais onerosa, mais despótica e mais imoral." (*ibid*, tradução minha)

Além de eu observar a evocação de uma comunidade imaginada, vejo o que Pierre Bourdieu (2014) apresenta como um importante contraponto ao recuar além do Estado e pensar como essa realidade (o Estado enquanto categoria ontológica) torna-se existente pelo fato de falar-se dele ou a partir da palavra do oficial representante de suas instituições. Ou, neste caso mexicano, a partir da fala de quem seria futuro presidente, mas já mencionava pegar em armas para conseguir as eleições.

Bourdieu confere importância crucial à linguagem como forma de trazer à vida categorias, ao conferirem ampla legitimidade discursiva a conceitos, como é o caso do Estado. Destaco ainda como a filosofia política da língua idiomática deixa conhecer o discurso de autoridade que se cria, como o fazem os autores dentro da área acadêmica das R.I. ou Madeiro, neste contexto, permitindo que saberes específicos sejam introjetados nos enunciados históricos, assim como em Frida Kahlo, pensando no âmbito desta minha dissertação. A sua reflexão sobre a unicidade criada pela linguagem me jorra interesse: “Portanto, tentarei refletir sobre esses agentes sociais que falam em nome do tudo social, o que Max Weber chama em algum lugar de 'profetas éticos' ou 'profetas jurídicos', isto é, os fundadores de um discurso destinado a ser unanimemente reconhecido como a expressão unânime do grupo unânime.” (*ibid*) Esse discurso de unanimidade, ao meu ver, constitui-se como a base principal da possibilidade de se pensar uma identidade nacional e um Estado como categoria ontológica com o qual a sujeita se identifica. Cria-se o que esse autor vai chamar de recurso prosopopeico para se pensar o coletivo, o substituir da parte pelo todo, como na frase “únicos capazes de salvar a República” - dá-se uma coletividade a um conjunto de sujeitas que homogeneamente não existe, criando uma população de cidadãs (ou neste caso, pelos discursos vistos até agora, somente de cidadãos homens que peguem em armas e sejam corajosos) como idênticos ao Estado. Prosopopeia, como pensado por Bordieu (*ibid*), é um recurso indispensável para minha reflexão e pode ser entendido como:

“[prosopopeia] figura de retórica que consiste em falar no lugar de uma realidade ausente em nome de alguma coisa: isso pode ser uma pessoa, os ancestrais, a linhagem, o povo, a opinião pública. Fala-se, portanto, em nome de um conjunto que se faz existir pelo fato de se falar em seu nome. A prosopopeia pode ser institucionalizada quando o porta-voz é mandatado para levar essa palavra transpessoal. É, por exemplo, De Gaulle, que diz “A França”, para dizer “eu penso”... Alguém que se tomaria por De Gaulle e diria “A França pensa...” para dizer “eu penso” seria, evidentemente, considerado um louco, ao passo que alguém que fala ex officio em nome da França é considerado normal, mesmo se achamos que é um pouquinho excessivo. Os

profetas éticos são interessantes porque fazem ressurgir o que parece óbvio no caso do porta-voz legítimo rotineiro.”

Madeiro (1910, tradução minha) não necessariamente utiliza as mesmas formas de construção vocabular que De Gaulle, porém fala sim a partir do Povo, ainda criticando que Díaz não conseguisse fazer o mesmo, neste caso, representar o povo e ter uma origem legítima para falar por ele.

"[...] o Povo Mexicano protestou contra a ilegalidade das últimas eleições, e querendo empregar sucessivamente todos os recursos que oferecem as leis da República, na devida forma, pediu a nulidade das eleições ante a Câmara dos Deputados, apesar de que não reconhecia no dito corpo uma origem legítima e que sabia de antemão que não sendo seus membros representantes do povo, somente acatariam a vontade do General Díaz, a quem exclusivamente devem sua investidura. Em tal estado de coisas, o povo, que é o único soberano, também protestou de modo energético contra as eleições, em imponentes manifestações levadas à cabo em diversos pontos da República, e se estas não se generalizaram em todo o território nacional, foi devido à terrível pressão exercida pelo governo, que sempre afoga em sangue qualquer manifestação democrática, como aconteceu em Puebla, Veracruz, Tlaxcala, México e outros pontos."

Para além de profeta ético, Madeiro (*ibid*) também coloca uma normatividade muito específica de quem o povo apreciava e gostaria como de presidente: um homem viril, patriota, capaz de sacrificar sua própria vida, a personificação de uma sujeita patriota.

"Compreendi muito bem que se o povo me designou como seu candidato para a Presidência, não é porque teve a oportunidade de descobrir meus dotes de estadista ou governante, se não a virilidade do patriota resoluto a sacrificar-se se for preciso, com objetivo de conquistar a liberdade e ajudar o povo a se livrar da odiosa tirania que o oprime.

[...] fazendo-me eco da vontade nacional, declaro ilegais as eleições passadas, e ficando por tal motivo a República sem governantes legítimos, assumo provisionalmente a Presidência da República, enquanto o povo designa, conforme a lei, seus governantes.

No dia 20 do mês de novembro, das seis da tarde em diante, todos os cidadãos da República tomarão as armas para expulsar do Poder as autoridades que atualmente governam.

[...] Também chama-se a atenção para o dever de todo mexicano respeitar aos estrangeiros em suas pessoas e interesses."

O poder disciplinar, o qual Foucault explica em seu livro *Vigiar e Punir*, aparece em seu discurso com corpo e forma. É a conformidade com as leis, com as autoridades, com o modelo de organização dos corpos dóceis que era valorizado pelos revolucionários. Esta organização era ainda pautada pelos métodos militares de disciplina, assim como o sistema educacional da época moderna. Madeiro (*ibid*) fala: "Todos os chefes, tanto civis como militares, guardarão às tropas a mais estrita disciplina; [...]". Não sendo ironia, ele utiliza as mesmas palavras que Foucault utilizou

para adjetivar o poder que eu digo não é posse de ninguém, mas característica das relações de poder. Um poder difuso, o qual perpassa corpos e os materializa.

Em 25 de maio de 1911, Díaz renuncia com um discurso de respeito ao povo e incredulidade de sua culpa para que eles pedissem sua saída. Citando a Constituição, ele se demite do cargo de Presidente, destituindo também, nos Tratados de Ciudad Juarez, seu vice-presidente, entrando como presidente interino Francisco León de la Barra, seu secretário de Relações Exteriores. Acreditando que a vontade de todos os habitantes do México eram honrá-lo enquanto *chefe da nação*, seu discurso ficou perpassado de *honra às leis e honra democrática*:

"Em tal conceito, respeitando, como sempre respeitei a vontade do povo, e em conformidade com o artigo 82 da Constituição Federal tenho ante a Suprema Representação da Nação a demissão sem reserva do encargo de Presidente Constitucional da República, com o qual me honrou o povo nacional; [...]" (PORFIRIO DÍAZ, 1911, tradução minha)

Neste ponto, gostaria de ressaltar como me chama a atenção a entrevista de Jacques Derrida, transformada em livro, intitulada *Da Hospitalidade*. Do que eu depreendi de seu saber, há uma crítica à lealdade das pessoas com as regras, em detrimento de outras pessoas. As regras ofuscariam a possibilidade de outras formas de vida, de outras possibilidades, ou simplesmente de abrir a sua intimidade-casa para hospedar aquelas que não se encaixam na normatividade estipulada. A compreensão estaria com as leis democráticas e não com a história de cada pessoa. A história torna-se para mim muito interessante, percebendo como este saber-poder normativo nos introjeta inclusive atualmente.

Em continuação, ao fim daquele mesmo ano regressa Madero para o México, fortalecendo o movimento que criara. A partir deste ensejo, ele maneja atacar populações maiores e enfrentar combates formais. O aumento do número de pessoas lutando dificultou a sua repressão. Novos líderes então surgiram, muitos vindos da população rural e com menos recursos econômicos. Tornou-se uma revolta popular e campesina. Nesta época apareceram Pancho Villa e Emiliano Zapata, as figuras mais conhecidas nos livros de história sobre a época. Diferente das demandas de Madero relacionadas ao político, estes novos revolucionários pautam-se em reclamações sociais, basicamente agrárias. (FLORES RANGEL, 2005; HERZOG, 1972; JOSEPH; HENDERSON, 2002; KRAUZE; HEIFETZ, 1998; PABLO ESCALANTE GONZALBO et al., 2008; PÉREZ LÓPEZ-PORTILLO, 2002)

Em outubro ainda deste ano Madero foi eleito presidente. Em seu gabinete, ele convidou jovens pertencentes a classes inferiores à dos homens mais velhos de Díaz. Em seu mandato, o qual durou até 1913, a classe média irrompeu no governo e na tomada de decisão, enquanto proletárias e camponesas aumentaram seu capital político. Porém, ele era a favor da propriedade privada da terra, não confiando em contraste na propriedade comunal, o que ia contra o desejo de muitas das revolucionárias surgidas nesta época. Apareceram muitos sindicatos sob seu governo, assim como muitas greves. (*ibid*)

Emiliano Zapata (1911) redige neste íterim o Plano de Ayala, denunciando a tirania de ambos governos de Díaz e de Madero. Este, a seu ver, não havia cumprido suas promessas e não estava honrando a Pátria, uma vez que manteve as estruturas governamentais da maneira como as entregou seu antecessor e não havia interferido na questão agrária. Neste âmbito, ele exigia a resolução dos problemas agrários e propunha uma comunidade camponesa como a unidade rural fundamental do país. Mais um profeta ético da Nação, ele se coloca como porta-voz da Revolução: "[...] declaramos solenemente perante ao mundo civilizado que nos julga e ante a Nação a que pertencemos e amamos, os propósitos que temos formulado para com a tirania que nos oprime e redimir a Pátria das ditaduras que nos são impostas [...]" (Emiliano Zapata, 1911, tradução minha). Madero havia falhado com a *Revolução de Libertação do México*, a qual havia iniciado com o *apoio de Deus e do povo*. Neste ponto, reservo a ligação de um saber-poder religioso em seu discurso evocando uma entidade superior. Inclusive, este era um ponto de enclive na revolução: os revolucionários e a igreja. Houve uma mudança de relações de poder entre o clero e o Estado em período posterior a Huerta. Durante seu governo, ele era apoiado pelo exército do general Félix Díaz (sobrinho de Porfírio), pelo clero e por grande parte da burguesia nacional de classe média, enquanto Carranza, Zapata e os demais constitucionalistas eram apoiados pela classe média popular e alguns intelectuais. Cabe ressaltar que a igreja perde nos anos seguintes a sua proeminência, deteriorando alguns de seus direitos e privilégios, enquanto os homens à presidência traziam a laicidade ao governo. Porém, como relações de poder são fluidas entre dominantes e dominados, Zapata continuou com os discursos envolvendo Deus e a religião.

Em continuação ao discurso de descontento deste último, ele incluiu em sua fala a renúncia por parte de Díaz do sufrágio efetivo e não-reeleição, garantindo para si a permanência na presidência, como um ultraje à “[...] fé, a causa, a justiça e liberdade do povo;”. Da mesma forma,

ele afirma que Madero, quando toma o poder, *impôs por normas sua vontade e influência ao Governo Provisional de Francisco Barra*. Ele causou, ao seu ver, “[...] desgraças à Pátria de uma maneira solapada e ridícula, não tendo outro objetivo que satisfazer suas ambições pessoais, seus instintos desmedidos de tirano e seu profundo desacato ao cumprimento das leis pré-existentes emanadas do imortal Código de 57 [...]” (EMILIANO ZAPATA, 1911, tradução minha) O Código do qual ele fala é a Constituição Mexicana de 1857, a qual havia norteado a normatividade oficial de até então.

Após manifestações de diversos lados contra o governo maderista, o mesmo é deposto e Victoriano Huerta assume. General durante o período anterior, agora tomava a presidência. Considerando a quantidade de presidentes durante o período revolucionário, assumo aqui somente breves palavras sobre cada um, deixando expor discursos que considero mais relevantes deles e da oposição. Huerta, quando assume, dissolve o poder legislativo, e o próprio senado se dissolve por conta própria como forma de protesto. Com falta de controle sobre a população e mãos de ferro, assassinando inclusive o ex-presidente Madero, Huerta recebeu forte oposição. Zapata reforma o Plano de Ayala a fim expressar o fim de seu apoio ao general enquanto presidente. Ele adiciona-o ao plano conferindo-lhe o mesmo *status* que havia conferido a Díaz. Nesta época que Venustiano Carranza (figura 1), um reysta e velho político, presente fortemente desde 1909, decide criar o exército constitucionalista para derrotar o atual presidente. Com Emiliano Zapata ao Sul e Pancho Villa ao Norte, neste ponto o exército revolucionário toma forma sob sua liderança. (HERZOG, 2011, tradução minha) Seu discurso em 1913, feito em Sonora lança um saber-poder de origem da Revolução:

“Seja-me permitido dar uma olhada retrospectiva a nossa história, e se verá que a origem de nossa Revolução foi uma tirania de trinta anos, um quartelazo e um duplo assassinato. A tirania foi uma consequência da imoralidade levada ao extremo no Exército e esses assassinatos resultantes da mesma imoralidade. Era meu dever como governador constitucional do Estado Livre e Soberano de Coahuila, protestar imediatamente contra os acontecimentos criminosos do quartelazo consumado por Victoriano Huerta e os que o secundaram, e protestar por meio das armas, fazendo por vez um chamamento a todos os cidadãos da República para que se colocassem a altura de suas obrigações cívicas. E vi com satisfação e orgulho que todos os mexicanos conscientes responderam ao meu chamado, surgindo por todas as partes exércitos de cidadão que se converteram em verdadeiros soldados todavia não com a instrução militar requerida pelos quartéis, mas sim com o coração bem posto e com o entusiasmo bélico transbordando para construir uma pátria melhor; pois não é a luta armada e o triunfo sobre o exército contrário ao principal desta grande contenda nacional; há algo mais fundo nela e é o desequilíbrio de quatro séculos: três de opressão e um de lutas internas que vieram a nós precipitando a um abismo.”



Figura 1 Elena Huerta, "Venustiano Carranza", fragmento do mural 400 años de la historia de Saltillo. Foto: Acervo Centro Cultural Vito Alessio Robles, Saltillo, Coahuila. (Guillermina Guadarrama Peña, 2010)

Novamente aqui vejo a consonância da importância conferida à religião, às normas e à normatividade vista nos discursos apresentados em meu primeiro capítulo, assim como neste segundo. Ficou claro para mim mais uma vez a unificação que se fazia do *povo mexicano*, afirmando que todos aqueles mexicanos conscientes responderam ao chamado de suas obrigações cívicas, pegar em armas para derrotar o presidente. Venustiano Carranza estava, neste ensejo, encabeçando o Exército Constitucionalista, sendo seu Comandante em Chefe. Em 21 de abril de 1914, o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson mandava invadir Veracruz para levar apoio a ele, buscando a derrota de Huerta. Esta interferência, no fim das contas, não foi bem vista

por nenhum dos olhos dos participantes da Revolução até agora mencionados. (FLORES RANGEL, 2005; HERZOG, 1972; JOSEPH; HENDERSON, 2002; KRAUZE; HEIFETZ, 1998; PABLO ESCALANTE GONZALBO et al., 2008; PÉREZ LÓPEZ-PORTILLO, 2002) Carranza escreve que “mas a invasão de nosso território a permanência de vossas forças no porto de Veracruz, ou a violação dos direitos que informam nossa existência como Estado soberano, livre e independente, nos arrastariam a uma guerra desigual, porém digna, que até hoje queremos evitar.” (HERZOG, 2011, tradução minha) Este sentimento de repúdio à ação americana, misturado com um reconhecimento deste país ser uma *nação formidável*, informou-me sobre o sentimento relacionado àquele país. Durante Huerta, a relação era mais amigável, o que vai mudando ao longo da Revolução, principalmente depois do episódio de Veracruz.

Há uma mudança considerável destes discursos a partir da renúncia de Victoriano, a qual ocorreu dia 15 de julho de 1914, quando o exército constitucionalista de Carranza e Obregón ganha projeção nacional, saindo de seu núcleo estritamente nortenho. Ambos representavam a classe média do país, enquanto Zapata e Villa representavam as camponesas e as proletárias, apoiando os Convencionistas. Pelo avanço de suas investidas, desta feita, ganharam proeminência a mudança na estrutura da propriedade privada, a distribuição de terras e medidas trabalhistas. Por exemplo, dia 23 de agosto daquele ano Alberto Fuentes, governador e comandante militar do Estado de Aguascalientes, por decreto em vigor estabelece o descanso semanas e a jornada máxima de oito horas. Em 3 de setembro o general Pablo González perdoa as dívidas dos trabalhadores camponeses e urbanos nos Estados de Puebla e Tlaxcala. O mesmo passo tomou Luis F. Domínguez, governador e comandante militar do Estado de Tabasco. (*ibid*)

Entre 1914 e 1915, foram presidentes do grupo Convencionista, respectivamente, Eulalio Gutiérrez, Roque González Garza e Francisco Lagos Cházaro. Porém, foram considerados, segundo o discurso histórico sobre o período, muito fracos, sendo enfrentados pela oposição de ambas as partes Constitucionalistas. Esta administração envolveu uma incapacidade governamental e uma falta de coesão política, segundo homens que escreveram sobre a época como Herzog, Garciadiego e Flores. Fato é que os documentos mais notados desta época são de Zapata ou dos Constitucionalistas. Havia uma diferença entre o exército villista ao Norte e o zapatista ao Sul. Enquanto os primeiros buscavam primeiramente o triunfo militar para depois fazer reformas, os segundos estavam convencidos em seus discursos que a prioridade era reorganizar a região em

termos políticos e de estrutura da propriedade agrária, para depois levar este modelo ao resto do país. Suas diferenças os enfraqueceram, assim como a questão econômica, deixando espaço para que Carranza ganhasse espaço com seu exército. Assim, ao final de 1915, seu governo foi reconhecido pelo norte-americano.

Ele foi o presidente até 1920, quando se diz o fim da Revolução Mexicana. Seus primeiros anos foram marcados pela luta com os exércitos acima mencionados, enquanto a partir de 1917 foi marcado pela redação da Constituição de 1917. Ela pode ser vista como a representante da consumação ideológica da Revolução e o fundamento normativo do novo Estado, estruturando e regulando o que havia sido deixado do processo revolucionário. Porém, isto é uma das formas de se falar sobre este novo fato. Ao mesmo tempo, apesar de a luta armada ter-se feito a partir do mundo rural, quem prevaleceu como deputados para elaborar a nova Constituição haviam sido homens da parte urbana do país, deixando aos camponeses uma baixa representatividade. Francisco L. Urquiza (URQUIZO, 2015, tradução minha), general próximo de Carranza, escreve um livro sobre sua biografia intitulado "O Homem. O Político. O Caudilho. O Patriota.". Em seu último capítulo, destaca como o projeto deste presidente foi levar a cabo a Constituição e organizar o país, muito por ser o homem que era:

"Nós que chegamos a conhece-lo na intimidade, apreciamos em todo o seu valor os múltiplos detalhes de sua política, de sua pública e privada, o que nos deu o conhecimento do homem forte e puro, justiceiro e patriota, honrado e leal, valente e repousado, enérgico e tenaz, sóbrio e estoico, calado e firme, progressista e culto, paternal e respeitável."

Já a Constituição em si mesma buscava fincar a base da organização política do sistema mexicano, sendo dividida em sete partes: a soberania popular, as garantias individuais e sociais, a divisão dos poderes, o sistema representativo, o regime federal, o controle da constitucionalidade das leis e os atos dos três poderes, a separação do Estado e das Igrejas. A primeira parte, da soberania popular, estava de acordo com a filosofia de Rousseau, descrito no livro do Instituto Nacional de Estudos Históricos da Revolução Mexicana (RABASA MISHKIN; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA, 1990) como "escritor e pensador suíço que participou da Revolução Francesa, em sua obra *O Contrato Social*, se explica que a soberania é o exercício da vontade geral do povo, indivisível e inalienável.". Como eu já havia notado anteriormente nesta dissertação, saber é relação de poder e atravessa mares. A

sua materialização, ao meu ver, é tão ontológica, quanto pude ver na redação constitucional mexicana, ou nos valores nas práticas das pessoas.

Em relação aos trechos da mesma, cabe notar a livre educação, sem estar ligada à religião, tornando-a laica, gratuita e obrigação estatal. Em adição, afirmou-se que "Nos Estados Unidos Mexicanos toda indivíduo gozará das garantias que outorga esta Constituição, as quais não se poderão restringir nem suspender, salvo nos casos e nas condições que ela mesma estabelece." (GOBIERNO PROVISIONAL DE LA REPUBLICA MEXICANA, 1917, tradução minha). Constituição enquanto ente vivo, a qual toma forma corporal materializada a ponto de ser vida própria, ordenando outras pessoas que viriam a manuseá-la ou aplica-la. O caso, no meu ponto de vista, da lealdade às leis de Derrida. Ainda noto que a escrita é de indivíduo, sem menção ao gênero feminino da linguagem. Entre as outras garantias sociais ligadas à posse da terra, garantias trabalhistas, direito à greve e à associação aos sindicatos, fico na brevidade de somente mencioná-los, uma vez que em discursos mais a frente irei me reportar a isso sob o saber-poder dos trotskistas. Por fim, ressalto aqui o artigo sexto: "a manifestação das ideias não será objeto de nenhuma inquisição judicial ou administrativa, salvo no caso de ataque à moral, aos direitos de terceiros, provoque algum delito, ou perturbe a ordem pública.". Considerando que a moral da época estava pautada parte na religiosidade, parte em uma normatividade masculina, de honra, fico instigada a entender como esta garantia iria depender de cada governante, assim como dos padrões mais aceitos em cada época. Ainda mais, surge meu interesse em perceber como Frida resistiu às ideias da época e como possam ter outras mulheres transgredido esses últimos elementos da Constituição.

Em relação a este último ponto, ressalto que o feminismo já havia começado a se tornar discurso de resistência nesta época revolucionária. A partir de 1910, este movimento ganha um caráter político. O vocabulário feminista adentrou a linguagem política mexicana a partir da facção revolucionária constitucionalista. Em 1915, sob direção de Hermila Galindo, começaram alguns jornais a ganhar corpo, como *La mujer moderna* e *Semanario ilustrado*. Apesar de a Constituição de 1917 não ter aberto direito de voto às mulheres, mais para frente irei comentar sobre as mulheres que se pronunciaram contra este ponto já nesta época através dos grupos socialistas ou comunistas.(BACA OLAMENDI, 2000)

Por fim, gostaria de terminar esta parte sobre a Revolução Mexicana ressaltando que havia mulheres lutando, escrevendo e participando do processo revolucionário. Visto que meu objetivo

aqui era expor a normatividade, aquilo que era mais aceito em questão de discursos e práticas e expor seus silenciamentos e violências, para posteriormente entender como Frida reproduzia ou resistia a isto, acabei por não me focar nas obras que mostram a presença das mulheres neste contexto. Porém, deixo na bibliografia textos que tratam do tema. (CARBALLIDO, 2011; FOWLER-SALAMINI, 2003; MEXICO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA, 1992; VALADÉS, 1990)

4.4 Identidade e Pós-Revolução

Em continuação cronológica, porém refutando uma possibilidade de pensar cronologia como evolução, Carranza é assassinado em 1920 e entra na presidência Adolfo de la Huerta, ainda Liberal Constitucionalista, o qual somente ocupou o cargo por poucos meses, quando o toma então Álvaro Obregón. Sucederam-no mais oito presidentes até 1954, quando Frida morre. Com o fim da Revolução Mexicana, busco agora trazer discursos sobre mais três pontos que vejo fortes na historiografia da época de Frida: a identidade mexicana, a arte mexicana e a consolidação do comunismo.

Primeiro, ressalto que identidade, ao meu ver, não é atributo nem posse das indivíduos, mas sim uma materialização das subjetivações e objetivações das sujeitas. Isto posto, eu pretendo analisar alguns poucos discursos da época que são citados quando vi falarem de identidade mexicana. Como os discursos eram apresentados?

Algumas das historiografias que li do México Pós-Revolução trazem o tema da mudança do discurso identitário no país. Até 1910, como pude perceber nos jornais da época, havia a presença de uma forte valorização da cultura europeia, ligada à identidade hispânica do país ex-colônia através dos caudilhos: homens brancos, nascidos no México, de origem espanhola, que haviam feito a revolução de independência e que garantiram a estabilidade governamental. Observei isto através das fotos da época.

Este momento foi marcado pela presidência de Porfirio Diaz, o qual segundo Hayden Herrera (2002, tradução minha), "passava pó compacto em sua pele bronzeada para esconder o fato de que ele era um Índio Mixtec com apenas um pouco de sangue espanhol.", visto que a

sociedade da época desvalorizava a cultura indígena mexicana. Um pouco antes da Revolução, em 1907, José Enrique Rodó escreve o livro *Ariel*. O saber explicitado no livro, o qual eu não tenho um grande estudo sobre, porém li interpretações, diz respeito à necessidade de se proteger da “nordomania”, ou da valorização do estrangeiro americano. Confiando nos jovens para afirmar a identidade Mexicana, na democracia e na modernidade, Rodó traz um saber (pelo que vi, o primeiro a ser citado nos documentos que li) sobre a necessidade de consolidar a pátria, a nação Mexicana.

Nestes anos seguintes, a partir da data de nascimento de Frida, este discurso ganha expansão, possibilitando a normatização da visão identitária ligada ao arielismo. A narrativa para o arielismo está, como supra-mencionado, no livro de Rodó. Nesta obra ele discursava a partir de uma visão crítica do *utilitarismo americano*³⁴, acreditando na valorização da cultura e da estética como forma de educação *a priori* de todas as outras faculdades humanas. Avelar (2011, tradução minha) explica que “[...]Rodó mantém uma relação de profunda suspeita com a democracia.” A democracia:

“[...]reforçaria o 'desconhecimento das desigualdades humanas' e a 'substituição da fé no heroísmo', em troca de uma 'concepção mecânica de governo'. A crítica ao utilitarismo norte-americano passa também por aí: a 'desorganização' e 'caos' da democracia utilitarista nos levaria à 'brutalidade abominável do número'. A importação dos padrões estadunidenses representaria, para Rodó, uma ameaça aos povos, à 'originalidade insubstituível do seu espírito'.” (*ibid*)

O arielismo, portanto, posa uma forma de ligação identitária entre os países latino-americanos e de enclave com os Estados Unidos: uma forma de afirmar a independência e superioridade latina. Era também, no caso mexicano, uma crítica à ideologia porfirista de “ordem e progresso científicas” e ao positivismo ligados a Durkheim e ao *vizinho do norte*. O arielismo nos EUA ganhou corpo junto aos descrentes do capitalismo, ligados ao discurso romântico que acusava a cidade industrial moderna de causar alienação e crise identitária. (LINDAUER, 2011)

³⁴ Utilitarismo é uma corrente econômico-filosófica segundo a qual o bem-estar geral pode ser definido e alcançado através da utilidade tanto das coisas como das nossas atitudes. Se algo é útil, então é também bom e belo. Defendida principalmente por Jeremy Bentham e John Stuart Mill, esta doutrina filosófica afirma serem boas as ações quando promovessem a felicidade.

Reforço esta última linha devido a uma das obras de Frida que a representará na fronteira entre os dois países e que será trabalhada no último capítulo.

O arielismo, destarte, vem como uma forma de construção cultural para além do porfirismo e o passado europeu. Uma das bases para essa reconstrução estava no passado indígena, *reencontrar* as raízes mais antigas da cultura Mexicana. Lindauer (*ibid*) fala sobre como o passado indígena pautou parte da visão arielista e foi ganhando corpo como signo da reconstrução cultural no pós-Revolução:

“A reconstrução pós-revolucionária tinha dois objetivos, lutar contra séculos de dominação cultural, social e econômica européia do país (que veio de dentro das próprias administrações do México e além delas) e superar as diferenças geográficas, étnicas e de classe que o dividiram. Tal como acontece com a filosofia arielista do virar do século, o passado indígena continuou a ser considerado uma base para delinear o patrimônio cultural único do México. Esta visão cresceu mais generalizada após a revolução, pois proporcionou um meio para distinguir o México simbolicamente e representacionalmente de seu passado europeu, como simbolizado pela era Porfiriana. A reconstrução cultural geralmente foi apoiada por todos os pontos do espectro político.”

Na década seguinte à publicação de Rodó, Manuel Gamio (GAMIO; ARMSTRONG-FUMERO, 2010), um antropologista e arqueologista mexicano, escreve o livro *Forjando Patria*. Muito rechaçada na época de publicação e encontrando dificuldades para publicar em primeiro lugar, sua obra traz a ideia de valorização do indígena como fonte cultural Mexicana, refutando as opiniões deste ser fonte de atraso no desenvolvimento do país, de o positivismo ser a epistemologia mais eficaz, assim como o evolucionismo. De fato, o livro é um posicionamento contra a ideia liberal de que a assimilação dos indígenas iria lhes trazer benefícios sociais, econômicos e políticos. Desta forma, Gamio critica o preconceito direcionado aos *ancestrais mexicanos*, mostrando que seu passado era riquíssimo de arte e cultura, de organização, os quais deveriam ser valorizados. Segundo ele, a história do país não “[...] começa quando os conquistadores Espanhois apareceram em nossas praias, como foi proclamado até hoje, mas sim em períodos anteriores e posteriores a estes eventos.” (*ibid*). Sobre o preconceito, ele escreve:

“Nós damos preferência para a história das classes sociais cuja civilização derivou da Europa, como se as classes indígenas que são a base da população não tivessem importância. [...] A história escrita em nosso país tende a ser personalista, ao invés de generalista – presidents, emperadores, magnatas. As multidões, cujas ações foram de importância primordial para se chegar ao desenvolvimento do fenômeno sociológico, foram raramente mencionadas.” (*ibid*)

Ele menciona que os indígenas tinham uma arte original e muito nova para a sensibilidade estética da época, a qual ele categoriza como uma organização complexa, forte e sábia; sua religião

consistia de rituais nos quais sangue fresco, copal cristalino e borracha escurecida eram as mais altas oferendas; e a força de suas instituições militares surpreendia os capitães espanhóis. Já, ao mencionar Cortés, *o conquistador espanhol*, ele considera sua chegada como a vinda de calúnias, intrigas, acusações. Enquanto os indígenas sabiam morrer e ter honra na luta, os espanhóis tiveram sua vitória através de um *mar de sangue*, e sempre *sangue indígena*. Uma grande resistência que vejo ao discurso da época está em sua afirmação que é injustificado chamar de *aculturados* os Mexicanos somente porque sua civilização não é do mesmo tipo que a dos países europeus ao aos EUA, chegando a reflexão que cultura é relativa, assim como tudo que é humano, tornando inadequado para nós avaliar as pessoas enquanto cultas ou incultas, uma vez que não há uma definição absoluta para o termo "cultura" ou "civilização".

Por fim, ele menciona o *mestizo* como o tipo que "emerge de uma pureza primitiva, uma vez que ele representa o primeiro produto harmonioso de duas raças." (*ibid*) O objetivo final dos Mexicanos, portanto, deveria ser construir uma raça homogênea, unificar a língua, e tornar as diferentes culturas que existem no país convergentes em uma só. Esta visão será muito refletida no projeto do Secretário de Educação de Obregón, o qual será tratado em seguida.

Porém, como analisarei as reproduções e resistências de uma mulher, cabe aqui antes mencionar um dos capítulos do livro intitulado *Nossas Mulheres*. Como resistência aos discursos da época que analisei nesta dissertação, os quais não vi menções às mulheres, ele faz um capítulo inteiro analisando-as. Primeiro, ele afirma ter três tipos de mulheres: as serventes, as feministas e as femininas. Em relação à primeira, ele relata a posição respeitável e importante das mulheres astecas na hierarquia social. Desde deidades das mais relevantes até papéis organizativos, elas tinham proeminência social nesta cultura. Apesar de a proeminência descrita por ele perpassar papéis considerados femininos e subordinados por mim, a frase final de sua descrição mostra um sinal de resistência ao discurso da época: "Volumes podem ser escritos sobre as mulheres Astecas, porém nós pensamos que isto será suficiente para demonstrar a importância dos nossos antecedentes femininos pré-coloniais, as quais tiveram grande influência no caráter e natureza de nossas mulheres contemporâneas." (*ibid*). Como uma resistência minha, aponto aqui que as mulheres eram tratadas em seu discurso como posse, como um objeto deles, além das propulsoras da cultura (como objeto cultural). As autoras feministas de Relações Internacionais já fizeram um extenso trabalho mostrando como as mulheres eram utilizadas como objetos culturais. Ressalto

aqui, principalmente, a obra de Nira Yuval-Davis (YUVAL-DAVIS, 1997), chamada *Gender and Nation*, assim como a obra de Cynthia Enloe (ENLOE, 2014) *Bananas, Beaches and Bases*, em especial seu capítulo sobre nacionalismo, o qual trata especificamente do tópico das mulheres como protetorado masculino e como portadoras da reprodução cultural e nacional de um país (CORNEA, 2014; GAGOSHASHVILI, 2008; GOODMAN, 2014; HJERM, 2001; KAWAI, 2009; KEATING, 2001; KIRMANI, 2011; MARTIN, 2014; SEDDIGHI, 2014; SILIUS, 2010; SUTTON, 1999; VIRANKABUTRA; KUSAKABE, 2014; YUVAL-DAVIS, 1993). Por fim, em nenhum momento ele coloca no pronome possessivo os homens da época, “nossos homens”, enquanto isso se faz com as mulheres. Apesar de eu reconhecer o fato de ele ir contra, na época, à falta de menção das mulheres na hierarquia social, ainda assim me saltou aos olhos a forma como ele as menciona e a forma como elas são materializadas enquanto posse dos homens, assim como são valorizadas por atributos algumas vezes diferentes deles, como quando ele as menciona como atenciosas, carinhosas, emotivas; e algumas vezes por atributos semelhantes, mas com uma normatividade e expectativas condizentes diferentes para cada atributo, como é o caso ao mencionar elas enquanto honradas, leais, perspicazes.

Isto posto, apesar da categorização que cria uma extensa relação de poder e, ao meu ver, cria diversas violências às mulheres, ele menciona as feministas da época, como as sufragistas de Londres; menciona que não há problema algum em as mulheres almejarem ser doutoras, advogadas, dentistas ou comerciantes, ou ainda tomarem a frente do sustento de suas famílias. Afirma também que o problema das mulheres não é fruto da sua raça, classe social, ou analfabetismo, mas sim de suas relações com os homens, os quais as espancam bêbados, as colocam como serventes, entre outros motivos. Além disso, ele cita que a maior parte das mulheres no país eram indígenas e com falta de acesso à formação educacional formal. Porém, para ele, isto não era um problema. Não ter tantas feministas ou mulheres femininas no país não o fazia degenerado, ou menos desenvolvido. As mulheres indígenas, ao seu ver classificadas como serventes, deveriam ser valorizadas, assim como sua cultura. De fato, ele vai contra na época um pouco à valorização da mulher culta e pioneira feminista europeia, cujos discursos diminuiriam as mulheres indígenas, ou mexicanas. Como ele fala, as mulheres tropicais não deveriam ser vistas

como voluptuosas ou serventes, ou qualquer outra definição: "Isto seria somente uma propaganda para o *Grande Turco* ir ao México explorar seus haréns"³⁵.

Como toda relação de poder envolve dominantes e dominados em uma mesma pessoa, acredito que ele resiste aos discursos degradantes sobre mulheres na época, mas eu ainda me incomodo de ter um homem falando por elas em sua obra, portanto, deixo aqui meu pedaço de resistência dizendo que mulheres também tinham voz e produziam. Como me foquei nos discursos que eram mais dominantes ou na época ou na historiografia atual do México, a fim de mostrar suas relações de poder, acabei por trazer poucas menções às suas produções. Intencionalmente, busquei primeiro aqui fazer uma leitura expondo os silenciamentos dos discursos que são tomados como os principais da época, a fim de entender como Frida reproduzia e resistia à normatividade reinante. Ainda assim, é importante notar que havia já muitas menções ao feminismo e que as mulheres estavam ganhando espaço com seus discursos, o que me possibilita ver depois como Frida os reproduziu ou até mesmo resistiu ao patriarcado da época através de escritos próprios.

Passo agora para a obra *A Raça Cósmica*, de Vasconcelos, uma das que vi mais citadas sobre identidade mexicana, sendo produzida quando Frida já era adolescente. Cabe ressaltar aqui que esta obra diferente da de Manuel Gamio neste último ponto, uma vez que não faz alusão às mulheres, nem pensa sobre este tópico e não menciona o feminismo. Este projeto acontece no pós-revolução, período que Hayden Herrera (2002, tradução minha) descreve da seguinte maneira em relação à identidade mexicana:

"Levou uma década de revolução para retornar o México às Mexicanas, porém a partir da década de 1920 os ganhos da longa batalha estavam sendo consolidados. Houveram reformas agrária e trabalhista, o poder da Igreja Católica foi severamente cerceado, leis foram aprovadas decretando o retorno dos recursos naturais à nação. Como as Mexicanas começaram a forjar uma nova identidade com orgulho, elas passaram a rejeitar ideias e costumes emprestados da França e da Espanha dantes valorizados, e elas adotaram a cultura nativa."

Saindo dos anos 1910 para o pós-revolução, as diferentes questões sociais ligadas ao campesinato, aos indígenas e populações rurais foram reconhecidas até pelas camadas mais conservadoras como causa do problema de unidade cultural e nacionais que prejudicava a reconstrução política e econômica da nação. Foi sob a presidência de Álvaro Obregón, então, que a educação tomou como base o símbolo unificador do *mestizo* como ponto de partida para uma

³⁵ Para uma crítica ao trabalho de Gamio, defendendo uma visão indigenista e mostrando as violências dos discursos liberais deste autor, ver (BRADING, 1988).

raça universal, a qual permitiria findar a desigualdade sócio-educacional e erradicar a pobreza, assim como resolver esse problema de unidade cultural e nacional. (LINDAUER, 1999, p. 125)

José Vasconcelos, sob jugo de Obregón, criou a Secretaria de Educação Pública (SEP), sendo nomeado primeiro titular do cargo. Ele desenvolveu um projeto educacional extenso, logo após a decisão de tornar a educação pública gratuita (Constituição de 1917). Além disto, publicou diversos livros. Entre eles, vi muito destacado o intitulado *A Raça Cósmica*. Trago aqui um trecho do livro de Marilyn Grace Miller (2004, tradução minha) sobre a *Raça Cósmica*, ou a mestiçagem na América Latina³⁶, a fim de deixar claro o porquê de eu não ter voltado a Ariel, de José Enrique Rodó, para falar do assunto (além de ela demonstrar a importância de Vasconcelos, não haveria possibilidade para mim de ler a obra e trata-la adequadamente no tempo que foi me concedido no mestrado):

"Em seu papel como uma das figuras mais proeminentes do começo do século vinte, o 'Professor da América' então tentou uma renovação do entendimento de 'raça' no contexto latino-americano, re-conceituando mestiçagem como providencial, progresso e benéfico para o México e a América Espanhola. Apesar de um quarto de século antes, José Enrique Rodó ter, em Ariel, avançado a noção de um corpo regional na América Latina e de identidade face às pressões comerciais e culturais da América do Norte, ele se desviou todos os descritores somáticos."

No mesmo, ele começa ressaltando como até então havia sido muito valorizado no nacionalismo dos países a pureza racial, ou a pureza de sangue. Em contraste a isso, ele comenta a visão dos indígenas de falta de estima de sua própria cultura. Porém, refutando o evolucionismo da pureza sanguínea, ele começa a defender a mestiçagem, ou o *mestizo*. Como eu já mencionei nesta dissertação, a representação da identidade mexicana cuja normatividade era mais valorizada estava no caudilho espanhol, tal como as fotos de Díaz e Madero. Porém, com a relevância que ganham Pancho Villa e Zapata, percebi que o discurso começara a mudar a partir do governo de Obregón. Muitos relatos da identidade mexicana em estudos antropológicos trazem este seu livro, portanto, decidi aportar trechos seus em seguida: "As circunstâncias atuais favorecem, em consequência, o desenvolvimento das relações sexuais inter-raciais, o que confere apoio

³⁶ Para um debate mais detalhado sobre a mestiçagem no México e os discursos da época, ver o capítulo 1 da obra citada de Marilyn Grace Miller, publicada em 2004.

inesperado à tese que, na falta de nome melhor, intitulei: a Raça Cósmica futura." (VASCONCELOS; JAÉN, 1997)

Cabe aqui, a mim, algumas reflexões. Primeiro, uma crítica de gênero: o tratar da sexualidade como objeto para construir uma identidade, como se a reprodução coubesse ao Estado como parte de seu desenvolvimento. Discursos se materializam. Foi na valorização do mestiço, não da mestiça, que se encontraria a verdadeira raça mexicana. Claro, como toda relação de poder, há nesse discurso também resistência. Na época, considerando a valorização do homem espanhol, foi uma guinada em outra direção esta percepção de Vasconcelos. Não em direção oposta, porém. Ele toma o homem branco como o homem mais forte e diferente, em suas próprias palavras, ainda o valorizando. Porém, afirma que a civilização conquistada pelos brancos e organizada em sua época pela mistura com os indígenas colocou as bases materiais e morais para a união de *todos os homens em uma quinta raça universal*, fruto das anteriores e da superação de todo o passado.

O mestiço seria, portanto, a evolução final das raças, a mistura que permitiria chegar ao ápice da evolução humana. Esta evolução, contudo, só foi permitida pela espiritualização dos índios, segundo Gamio. Ele afirma que se buscou integrar indígenas na educação formal mexicana buscando sua miscigenação, tentando absorvê-los através da educação religiosa, em especial através do cristianismo, apesar da laicidade estatal na educação. Portanto, era valorizado não somente um *mestizo*, mas o *mestizo* partindo do indígena, educado pelos católicos e miscigenado com os espanhóis.

"Retorna, então, a doutrina política reinante a reconhecer a legitimidade das *mestizajes* e com isso assentar as bases de uma fusão inter-racial reconhecida pelo Direito. Se a isto se adiciona as comunicações modernas que tendem a suprimir as barreiras geográficas e que a educação generalizada contribuirá para elevar o nível econômico de todos os homens, se compreenderá que lentamente irão desaparecendo os obstáculos para a fusão acelerada das estirpes. [...] De fato, a decadência dos povos asiáticos é atribuída a seu isolamento, porém também, sem dúvida, em primeiro lugar, ao fato de que não haviam sido cristianizados. Uma religião como a cristã fez os índios americanos avançarem, em poucos séculos, desde o canibalismo até a relativa civilização." (VASCONCELOS; JAÉN, 1997; tradução minha)

Por fim, ressalto que ele afirma no livro se basear em "[...] dados da história e da ciência.". A legitimidade epistemológica que somente a ciência positivista poderia trazer. Ele busca embasar seu trabalho no positivismo científico a fim de ganhar voz na época, cujo discurso dominante perpassava a história e a ciência.

Após anos da publicação deste livro, um outro discurso ganhou força: o do indigenismo, em uma valorização pura das raízes e origens indígenas no México, sem intervenção da miscigenação. Como um outro passo, a valorização surgiu primeiro a partir da descendente espanhola, após da espanhola com mistura indígena, para finalmente a indígena por si só. Não que haja uma linearidade específica aqui, ou um desenvolvimento positivo/evolutivo. Mas os discursos se solaparam, pelo que eu depredendi dos documentos, alcançando a normatividade mais ou menos nesta ordem.

Apesar de os discursos se solaparem e haver resistências desde antes do século XX, somente a partir dos anos 1930 com Lázaro Cárdenas que este último discurso de valorização da indígena ganha elementos de normatividade, ou seja, que este discurso vai entrar nas instituições e vai pautar algumas políticas da época. No início das discussões sobre indigenismo, este discurso não se consolida a partir das próprias indígenas. O que era valorizada era a cultura, não as índias que viviam no país. Por exemplo, a Casa do Estudante Indígena, criada na capital da república, foi um experimento desenvolvido por Moisés Sáenz que serviu de Subsecretário de Educação. O objetivo era mostrar que as indígenas tinham as mesmas faculdades mentais que as mestiças ou espanholas, buscando assimilá-las. Da mesma forma, as muralistas como Diego Rivera pintaram temas indígenas, porém eram pessoas não-indígenas pintando estes temas, ao invés de trazer as obras das índias para exposição, como porta-vozes de sua cultura. Porém, a partir do presidente Cárdenas, o qual esteve no governo de 1934 a 1940, foram criadas escolas rurais onde as estudantes indígenas poderiam permanecer perto de sua cultura. Sob seu governo também foi criado o Departamento de Assuntos Indígenas e e os Congressos Regionais das Raças Indígenas, assim com o Instituto Indígena Inter-Americano, cujo presidente era Gamio, do livro *Forjando Patria*. Cárdenas reconhece o potencial revolucionário da indígenas e facilita sua organização como fator de progresso para integrar a nação mexicana, e nesta época começa a se consolidar o indigenismo como discurso e prática valorizadas no México. (BRADING, 1988; GIRAUDO, 2012; MUÑOZ, 2009; SILVA, 1985)³⁷ Ressalto aqui como a analítica de poder tem uma dicção de realidade muito

³⁷ As obras citadas neste parágrafo trazem uma extensa discussão e um panorama interessante sobre o indigenismo mexicano. Recomendo-as para quem deseja saber mais sobre o assunto, seus entraves e para uma discussão crítica, principalmente. Como meu objetivo não é entrar neste ponto, faço-me breve aqui, deixando claro que meu propósito foi mencionar que o indigenismo estava aparecendo nos discursos da época quando Frida viveu, porém somente vai

forte para mim. O que havia sido livros e discursos da época, tornaram-se práticas e instituições, inclusive com as autoras das obras à frente do processo, como é o caso de Gamio e Vasconcelos.

Em finalização sobre o tema do indigenismo, deixo aqui exposto que Rosário Castellanos, mexicana e escritora, tem um grupo de obras consagradas sobre o assunto, apesar de não ser citada frequentemente quando se fala sobre esta identidade mexicana. Suas obras foram produzidas na fase adulta de Frida Kahlo, o que demonstra para mim que havia mulheres artistas, porém com pouco espaço tanto na época quanto na historiografia atual. (CASTELLANOS, 2007, 2010, 2013; CULTURA, 2015) Visto que meu empenho aqui é delinear os discursos normativos dominantes no espaço acadêmico, me restringi a trabalhar as obras supramencionadas de Rodó, Vasconcelos e Gamio.

4.5 Muralismo

Na esteira do indigenismo, nos movimentos artísticos, vi muitas citações do muralismo mexicano, do qual o marido de Frida Kahlo fazia parte e com cujas artistas ela conviveu. Este movimento artístico trouxe à tona o discurso indigenista através das pinturas. Utilizando de elementos ligados a esta identidade, as muralistas desenvolveram um amplo número de obras.

Há uma série de artigos da Universidade Autónoma do México sobre o tema, três volumes específicos para ser mais precisa, nos quais há diversos artigos endereçando este assunto (AGUILAR URBÁN, 2010; BURCIAGA; RUGO, 2015; CÁCERES; FELISA, 2010; CANTÚ, 2015; CARPITA, 2015; FIGUEROA; JESÚS, 2015; GAITÁN ROJO, 2015; GUADARRAMA PEÑA, 2011, 2015a, 2015b; GUILLERMINA U. GUADARRAMA PEÑA, 2010; HERNÁNDEZ JIMÉNEZ, 2015; HERNÁNDEZ MONTIEL, 2015; HÍJAR, 2011, 2015; HÍJAR GONZÁLEZ, 2015; JIMÉNEZ; LILIA, 2010; JOLLY, 2015; LAZO, 2015; LÓPEZ OROZCO, 2010, 2011; PRIGNITZ-PODA, 2010; QUIJANO, 2010; RAMÍREZ OROPEZA, 2015; ROBLES

ganhar escopo de normatividade após sua morte. Além disto, ela fazia parte desta elite mexicana que falava e reproduzia a cultura indígena, porém não era de alguma comunidade.

GONZÁLEZ, 2015; RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, 2010). Em um breve apanhado geral, trago os meandros das pinturas e dos discursos deste.

Dominado por artistas homens, a Fundação da Universidade Autônoma do México cita David Alfaro Siqueiros, José Clemente Orozco, Diego Rivera, a tríade muralista ou "os três grandes", além de Roberto Montenegro, Javier Guerrero, Dr. Atl, Fernando Leal, Fermín Revueltas, Alva de la Canal, Juan O'Gorman e o francês Jean Charlot. Em relação ao indigenismo, Siqueiros falava que "[...] nossa fisionomia natural racial e local aparecerá em nossa obra, inevitavelmente. Aproximemo-nos das obras dos antigos povoadores dos nossos vales, dos pintores e escultores índios.". Os índios lhes dariam "[...] a assimilação do vigor construtivo de suas obras." (FUNDACION UNAM, 2015) De fato, os murais destes homens tinham muitas representações de elementos indígenas, muitas vezes de maneira romantizada. Em especial, citando Diego Rivera, ele tinha muito dessas expressões em suas obras. Analisando sua vida, ele havia sido educado em Paris, onde estudou arte com uma bolsa do governo mexicano de incentivo a artistas. Ele, porém, nunca havia estudado em uma escola indígena, mas retratava os elementos desta cultura. Sobre os três grandes, Patricia Quijano (2010, tradução minha) fala:

"Em 1943, Frida Kahlo, aos 33 anos, dirigiu uma pintura a óleo no apartamento na polia La Rosita em Coyoacán, com seus alunos da Escola de Pintura, Escultura e Gravura La Esmeralda. Fanny Rabel participa aos 21 anos de idade. Em 1944, Siqueiros fundou o Centro de Arte Realista e publica sua tese *Não há outra rota além da nossa*. Em 1945, Angelina Beloff, aos 66 anos, pintou um trabalho de encenação em um hospital e, em 1949, Rina Lazo, aos 21 anos, fez um mural em templo na Loja maçônica. Em 1945, aos 44 anos, María Izquierdo foi contratada para pintar um mural de mais de 200 metros na sede do Governo do Distrito Federal e já pronta para começar a pintar recebe a notícia da rescisão do contrato. Ela denuncia publicamente que os grandes projetos de mural estavam reservados para '**os três grandes**'. O crítico Luis Islas afirma em uma carta que entrevistou Orozco, José Chávez Morado, Manuel Rodríguez Lozano e Antonio Ruiz, que concordaram unanimemente que o artista não tinha capacidade para realizar uma obra de tal magnitude. Margarita Michelena foi a única que denunciou a desapropriação. Em 1947, Rivera anunciou a criação de um Comitê para a Defesa da Pintura Mural e antes deste Tamayo declara que a pintura mexicana está em declínio. María Izquierdo realizou dois afrescos com as figuras metafóricas de La Angustia e La música para verificar se ela conseguiu realizar o trabalho em uma área do governo da capital."

Considerando este contraponto aos três grandes, continuo a falar sobre o muralismo. No artigo *Diego Rivera ilustrador de la Historia Patria*, Ida Prampolini (RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, 2010) afirma que a formação patriótica foi uma das preocupações centrais dos políticos, intelectuais, professoras e artistas até meandros da Revolução Mexicana. Devido ao projeto nacionalista do Estado, Diego começa a estudar e adequar seus conhecimentos estéticos à busca da "nova beleza, do novo realismo já não classista, mas inspirado no passado mexicano e na

arte popular” (RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, 2010). Ele estereotipa uma nova estética do *mexicano*, que vai servir para interpretar, difundir e desenvolver sua concepção de história. Segundo ela, no processo de reestruturação histórica do México, a inclusão e exaltação do passado indígena tornou-se o fato fundador da História da Pátria. Incluir o índio e sua cultura como parte essencial desta história foi produto de uma longa luta ideológica que duraria até hoje, cujo mote era uma revisão do passado visando a incorporação do período pré-hispânico. Diego, o qual se desponta no movimento muralista, opta pela valorização do indígena, apesar de haver grupos contrários a isto. Como eu mencionei anteriormente, o *porfirismo* e a *mestizagem* eram os dois discursos que haviam ganhando espaço como norma identitária da época, não o *indigenismo* puro. Desta forma, o muralismo se apresentou na arte, ao meu ver, como resistência ao discurso da época, com um dos representantes sendo Rivera. Grande parte da sua obra tem como tema central "o índio", o esplendor das construções pré-colombianas, suas lutas contra os invasores espanhóis e sua participação nas guerras revolucionárias.

Ressalto aqui que eu concebo a obra artística como um saber-poder, como um saber que materializa relações de poder. Neste caso, vejo uma materialização de resistência à forma de vida da época. Assim comenta também Prampolini (2010, tradução minha) sobre Rivera: "Seus murais eram concebidos como livro de texto através dos quais ele começou a pintar uma nova história mexicana." Uma das formas de materialização das obras de Diego foi seu acesso à equipe de Vasconcelos, da qual ele foi membro a partir de 1921, sendo nomeado assessor artístico do Departamento de Publicações da SEP. Adentrar em uma instituição, imbuída de tecnologia de poder estatal, concedeu a legitimidade ao pintor e ao movimento que era necessária para se normatizar na sociedade da época. Por fim, sobre Diego, gostaria de comentar que ele realiza 17 ilustrações do *Popol Vuh*, livro sagrado dos Maias, no qual se propôs a reinterpretar somente o mundo antigo, sem aportar visões de sua época. Nas ilustrações pude ver muitos elementos indígenas de tradição mexicana que aportam base para compreender depois o contexto em que Frida estava pintando. Ressalto duas obras de Diego:

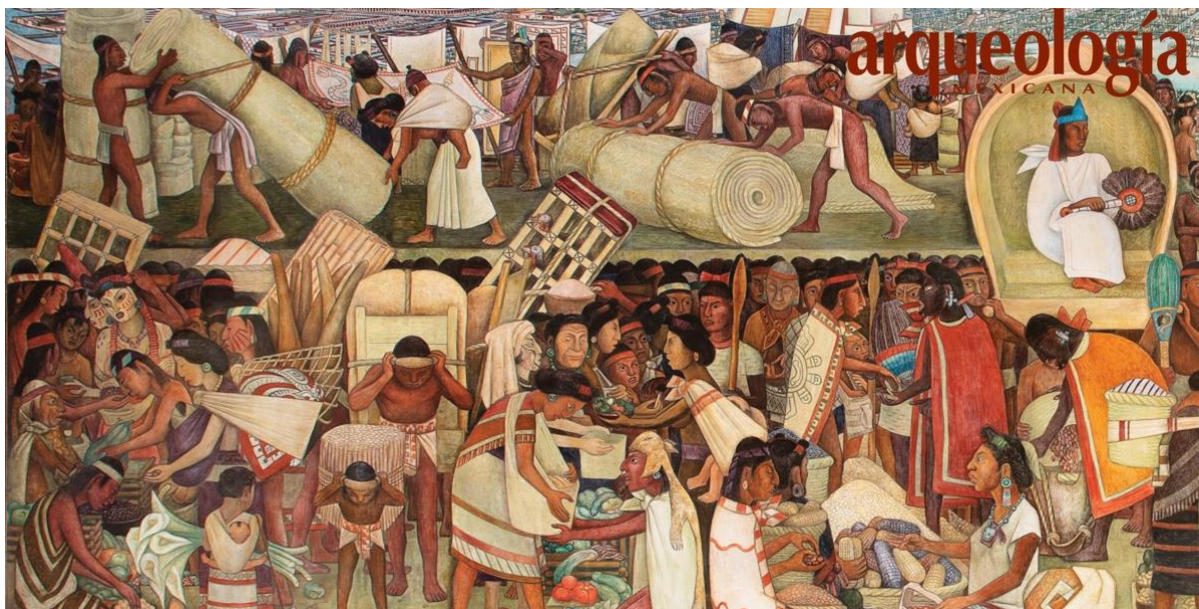


Figura 2 Diego Rivera, "El tianguis de Tlatelolco". Palacio Nacional. Ciudad de México. Foto: Oliver Santana / Raíces (INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES, MÉXICO, 1986)



Figura 3 Diego Rivera, "La creación del universo", 1931, aquarela sobre papel. Digitalização: Raíces. (INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES, MÉXICO, 1986)

Em relação às mulheres muralistas, com as quais Frida conviveu inclusive, faço um aporte de Aurora Reyes, uma vez que ambas possuem relação próxima, e por ela ter sido grande expoente deste movimento artístico. De família prestigiada do porfirismo, seu avô Bernardo Reyes e seu pai León Reyes perderam tudo com a Revolução. O primeiro morreu em 1913 durante o *cuartelazo*, enquanto o segundo levou a família para a Cidade do México. Neste contexto, Aurora entra na Academia de San Carlos, de 1921 a 1924, quando tem contato com o muralismo. Após esta

formação, durante os anos 30, ela se focou no desenvolvimento da arte, docência e da luta social e política. Uniu-se a Tribuna do México, iniciou-se no sindicalismo, militou no Partido Comunista Mexicano, do qual Frida também fez parte e ingressou na Liga de Escritores e Artistas Revolucionários (LEAR). Pintou sete murais na Cidade do México. Um deles tinha 12 metros quadrados, pintado em 1945, abordava o uso do rebozo³⁸, e outro, em 1936, chamado *Atentado a las maestras rurales* (ver figura 3), mostram ambos o caráter político de suas pinturas. A figura da professora rural, nesta última obra, traz a união de um novo culto, segundo Margarita Urbán (AGUILAR URBÁN, 2010, tradução minha): "o da escola, do campesino e da figura maternal da pátria". Seus murais tinham temas como repressão, injustiça, educação laica, os quais estavam na pauta dos grupos de esquerda da época, principalmente a reforma do artigo 3 da Constituição. Este artigo propunha a educação laica e socialista nas escolas públicas. Sua implementação e repressão pelos grupos religiosos foi o tema desta última obra. Esta artista retratou muito ainda o valor do papel da mulher nas lutas sociais do México, sendo muito próxima de Frida Kahlo (ver figura 4). Por fim, ressalto que ela foi precursora e entusiasta do movimento sufragista feminino no México. (PILAR TURU, 2015) Patricia Quijano (QUIJANO, 2010, tradução minha) explicita um pouco como era o cenário da época para as mulheres artistas:

"Muitas artistas desde então começaram um trabalho silencioso na promoção da cultura, no ensino das artes e muitas outras se aproximaram da experiência da pintura mural como assistentes dos muralistas. Deve-se notar que muitas delas que conseguiram consolidar um nome como criadoras, não o teriam alcançado se não fossem esposas, amantes ou amigas de homens reconhecidos no meio cultural. Esta circunstância não implica que a qualidade de seu trabalho não merece reconhecimento por si só, mas ilustra que até os dias de hoje, a forma como a sociedade está organizada, não permite que as mulheres se desenvolvam e obtenham reconhecimento, divulgação e oportunidades de trabalho iguais como indivíduos assexuados."

³⁸ De tradição mexicana, o rebozo é um Xale ou manto de algodão, lã ou seda de várias cores, usado por pessoas para cobrir a cabeça, os ombros, o peito e as costas como um casaco. Também é usado para embrulhar uma criança e levá-la.



Figura 4 Aurora Reyes - Atentado a las maestras rurales (PILAR TURU, 2015)



Figura 5 Frida Kahlo y Aurora Reyes (“Hombre, la pintora Aurora Reyes y Frida Kahlo”, [s.d.])

Outra mulher da época da Academia de San Carlos e também muralista foi Elena Huerta. Ela não teve seus trabalhos contratados para serem comissionados, impedindo-a de garantir seu sustento através de sua arte, uma vez que a preferência era por “[...] artistas varões.”

(GUILLERMINA U. GUADARRAMA PEÑA, 2010) Sua história foi de busca de espaços para conseguir pintar seus murais. Há um aspecto interessante desta luta que me permite fazer uma reflexão sobre as relações de poder nas quais Frida estava imbuída também. Em 1952, Elena contactou Ramón Cepeda, governador interino de Saltillo, para pintar um dos pequenos muros do Instituto de Ciências e Artes de Saltillo. Apesar de ter sido concedida a possibilidade de fazê-lo, ela foi interrompida pelo diretor do centro educativo por ele não concordar com as ideias da artista, a qual se assumia comunista. Frida também era parte deste último movimento, o que me faz pensar na resistência que pode ter sido à época ser parte do Partido Comunista e conviver neste meio. Como afirma Guillermina Peña (*ibid*, tradução minha), “Elena Huerta demonstrou ser uma lutadora social incansável e uma artista que alcançou seus propósitos, entre eles... ser pintora muralista.”. Por fim, ressalto ainda os trabalhos de Leonora Carrington (INGARAO, 2010), as irmãs Grace e Marion Greenwood (LÓPEZ OROZCO, 2010), Olga Costa (FIGUEROA; JESÚS, 2015), entre outras. Gostaria de deixar registrado aqui que as obras de Olga Costa e Elena Huerta que eu trouxe nesta dissertação não foram encontradas no google imagens ou em algum site na internet. Tive acesso a elas somente através de artigos escritos sobre as pintoras. Este não foi o caso com as obras de Diego, de Siqueiros, ou dos outros muralistas que citei aqui. Eu admiro suas obras e a qualidade de seus trabalhos, porém me salta aos olhos não encontrar a mesma atenção direcionada às mulheres. Ressalto, portanto, o artigo de Patricia Quijano Ferrer (QUIJANO, 2010) intitulado *Evolución histórica de la mujer en el arte público en México*, no qual ela faz um panorama muito completo do século XX em relação às artes no México sob a perspectiva da produção e do local das mulheres. Isto posto, passo agora para a consolidação do Partido Comunista no México, com um breve relato e alguns escritos de comunistas compilados em um livro de Trotsky.



Figura 6 Olga Costa, "El danzante", óleo/masonite, coleção permanente: Mano con mano. Museu de Arte Olha Costa-José Chávez Morado .(FIGUEROA; JESÚS, 2015)

4.6 Partido Comunista e Feminismo

Em 24 de novembro de 1919, seis homens reunidos se propuseram a apresentar o novo Partido Comunista Mexicano (PCM) perante a Internacional Comunista (IC) e perante o país. De tendência marxista-leninista, existiu oficialmente entre 1919 e 1981. Foi criado com o objetivo de apoiar e de se alinhar à III Internacional Comunista, trocando o nome do partido naquele dia de novembro de Socialista para Comunista. Para formalizar esta troca, aqueles homens enviaram uma carta à Angélica Balabanov, a secretária-geral da IC. Nesta carta, eles declaram a adesão do continente latino-americano à III IC, e o surgimento do Bureau Comunista Latino-americano. Este partido tinha poucos membros, a afiliação estava entre 20 e 40 pessoas; não possuía nenhuma presença no movimento trabalhista; não tinha uma estrutura nacional; a dedicação central era correspondência com o exterior; e na imprensa criaram o jornal *Libertario*, e publicavam algumas páginas no *El Heraldo* e no *El Soviet*. (TAIBO, 2008) Em alguns momentos da história, as dirigentes do PCM tomaram posições específicas que contrastaram posteriormente com as ideias de algumas de suas membras, como por exemplo: defesa da política trabalhistas de Cárdenas, apoio à candidatura de Manuel Ávia Camacho para a Presidência e o reconhecimento do Partido da Revolução Mexicana

como frente antifascista. Pese a isto a trajetória de clandestinidade e as condições adversas na qual vivia o Partido. Muitos militantes morreram entre 1929 e 1934. Além disto, o PCM sofreu diversas divisões e fraturas, principalmente derivadas da acusação de Lombardo Toledano, grande figura do partido, ter sido acusado de ser stalinista e de estar ligado à União Soviética. Em 1929 foram expulsos do partido Diego Rivera e Úrsulo Galván, líder campesino. Em 1930, sai David Alfaro Siqueiros. Além disto, houve a separação dos sindicatos comunistas, além de 1940 serem expulsos os principais dirigentes do partido, Hernán Laborde e Valentín Campa. Isto se deu pelo fato de haver diversas correntes dentro do partido, principalmente duas que se opunham: a marxista-leninista, depois acusada de stalinista e ligada à III IC e a trotskista, ligada à IV IC.

Apesar de Diego Rivera e Frida Kahlo terem feito parte do PC por algum tempo, logo deixaram-no para fazer parte da linha apoiada pela IV IC, o Partido Obrero Internacionalista, uma corrente posterior da Liga Comunista Internacional. Esta Liga era trotskista e se posicionava contra o lombardismo, contra o PCM e contra o cardenismo. Ela teve apoio de Diego Rivera e era parte da IV Internacional e tinha sua base proletária, com jovens e militantes. A seção do México da IV IC era uma das mais antigas do continente americano: se formou em 1930. Nesta época, Trotsky estava sendo perseguido por Stálin e decide pedir asilo no México, visto que possuía pessoas daquele partido para recepcioná-lo. Cárdenas concede asilo, apesar de o Partido Obrero ter divergências com o presidente. León leva sua família e é recebido por Rivera (TROTSKY, 2013, tradução minha). Ele comenta:

"Tenha o governo mexicano segurança de que não violarei as condições que me foram impostas e que estas condições coincidem com meus próprios desejos: não intervir na política mexicana e total abstenção de todo ato que puder prejudicar as relações entre México e outros países. [...] Frida Rivera, esposa do famoso artista, o qual não pode nos receber por estar doente em um hospital [...] Diego Rivera [...] A ele, mas que a ninguém devíamos nossa liberação do cativeiro norueguês. Ao meio-dia chegamos à Coyoacán, subúrbio da Cidade do México, onde nos alojamos na 'Casa Azul' de Frida Rivera, que tem uma laranjeira no pátio.

Na luta por sua 'reputação' e seu poder a camada dominante de Moscou não se deterá diante de nada. Muito menos ante o gasto de alguns milhões de dólares para a compra de almas humanas.

Não sei se Stálin vacilou diante de um novo processo. Creio que sim. Porém, minha partida para o México deve ter colocado fim a suas vacilações.

Como convencer a humanidade de que a aparente impossibilidade é uma monstruosa realidade? As forças são desiguais. Por um lado: a GPU (policia stalinista), o tribunal, a imprensa, os diplomatas, os assalariados, os jornalistas da Duranty, os advogados da Pritt. Por outro lado: os exilados acusados, quem, apenas saído de um cárcere socialista, se encontra em um país estranho e longínquo, sem imprensa nem recursos próprios."

Entre as ideias de Trotsky, trago alguns trechos somente para ilustrar a sua visão sobre o governo Cárdenas e sobre os Estados Unidos. Em suas palavras, o México, durante a revolução, estava em um momento de imperialismo estadunidense, onde no mundo se falava sobre a Doutrina Monroe, com a qual "[...] os Estados Unidos proibiram a intervenção europeia no hemisfério ocidental sob o pretexto de proteger a América Latina da dominação política e militar da Europa. A essência desta doutrina era a 'América para os americanos'" (TROTSKY, 2013, tradução minha). Ou ainda vista como "[...] o direito do imperialismo norte-americano de dominar os países latino-americanos, como uma etapa rumo ao papel de explorador exclusivo." (*ibid*) A política do bom-vizinho seria “nada mais que a tentativa de unificar o hemisfério ocidental sob a hegemonia de Washington, como um bloco sólido para fechar a porta dos continentes americanos a todas as outras potências imperialistas" (*ibid*). Esta política havia sido criada e apresentada pelo governo dos Estados Unidos, enquanto presidido por Franklin D. Roosevelt, durante a Conferência Panamericana de Montevideo, em dezembro de 1933.

Em relação à visão de Trotsky sobre o México, ele publica um artigo se reportando ao assunto, principalmente comentando sobre a Revolução Mexicana e seus desdobramentos. Em relação a isto, ele cita que o Congresso Mexicano votou seu Primeiro Plano Sexenal em 1934, quando Cárdenas entra no poder. Este plano estabelecia um programa de obras públicas, distribuição de terras e ajuda a cooperativas locais para a compra de maquinário e estoques. A discussão do Segundo Plano começa em fevereiro de 1939. O plano foi redigido pelo partido governante, o PRM, e se considerava uma plataforma do candidato do partido para as eleições presidenciais de setembro de 1940, Manuel Ávila Camacho. Pretendia também futuras expropriações e nacionalizações, o sufrágio feminino, o serviço militar obrigatório e a melhora do nível de vida das massas. O PRM adotou o plano em novembro, ao mesmo tempo que designava formalmente Camacho. Segundo Trotsky em fevereiro de 1940, quando se publicou o projeto final, ele estava muito modificado, incluindo garantias aos investidores privados e a intenção de cooperar com outros países que apoiavam uma forma democrática de governo.

Ainda sob suas palavras, ele afirmava que desde a Revolução Mexicana se tentava fazer a reforma agrária. Mas era 1940 e eles ainda estavam tentando implementá-la a partir do Plano Sexenal, o qual ainda levaria 6 anos para começar a ter efetividade. Trotsky queria que a obra de Emiliano Zapata fosse completada, não sobreposta pelos métodos de Stalin de coletivização

completa da terra. A terra deveria ser devolvida aos camponeses de maneira individual, deixando a cada um escolher a tecnologia que melhor lhes servisse para tornar a terra produtiva. O México sofria com problemas como grandes latifundiários, dominação econômica e política de proprietários de terra sobre os camponeses, o trabalho agrícola forçado, o arrendamento de terra quase patriarcal. Essas eram visões com as quais Rivera e Kahlo conviviam, principalmente nos primeiros tempos de Trotsky vivendo com eles. Porém, por divergências surgidas ao longo deste tempo, elas rompem com ele e com o Secretariado Internacional da IC. Diego então cria o Partido Revolucionário Trabalhista Camponês.

Para continuar esta parte sobre o PCM, gostaria de fazer um breve relato sobre o feminismo no México. Na época de criação deste partido houve o surgimento do feminismo vermelho. Este movimento foi marcado pela presença de textos anarquistas de ampla circulação, da reivindicação da mulher como companheira e igual ao homem e pela influência do feminismo sufragista anglo-saxão que chegou ao México encabeçado pelas *slackers*. Os antecedentes deste movimento estão na crescente sindicalização das mulheres desde os anos 15 e 16 do século XX, como por exemplo a história do Grupo Feminino Ácrata da Casa del Obrero Mundial, a participação de Esther Torres no comitê de greve de 1916. Além disto, houve a criação do jornal *O Iconoclasta* em 1918 por duas professoras em Guadalajara, María Trinidad Hernández Cambre e Ana Berta Romero; o surgimento dos grupos Alma Roja e o Centro Feminino de Estudos Sociais; o primeiro Congresso Trabalhista de Yucatán de 1918, entre outros que cito nos próximos parágrafos.

O feminismo surgiu como resistência. Como exemplo, o jornal *La Lucha* publica uma nota em 28 de novembro de 1918 afirmando: “Acreditava que as velhas radicais que escrevem no periódico protestante e socialista Iconoclasta eram pelo menos de classe média. Eu as vi outro dia em um congresso. São puras *peladas*, pretas e feias como caramba, o puro *sesinaje*.” (*ibid*, tradução minha) Apesar das críticas, neste mesmo ano as mulheres do Congresso de Yucatán estavam atentando para diversas pautas, como a dupla exploração da mulher pelas mãos do capital e do pai ou marido; pedindo o direito de intervenção eleitoral; e a provada capacidade de participar das organizações sindicais e do governo:

"A aceitação das trabalhadoras nas Ligas da Resistência, cobrando metade da cota estabelecida para homens e com a possibilidade de votar nelas nos assentos do conselho depois de um ano neste lugar [...]. É estipulado que, embora a Constituição de 1917 não decreta o direito de voto das mulheres, ela não especifica que lhe é proibido votar e consequentemente mulheres podem votar e serem votadas nas eleições populares. Deve-se

realizar uma vigorosa campanha de propaganda entre os diferentes sindicatos de mulheres para convencê-los a se juntarem às Ligas da Resistência Feminista e, para isso, deve-se coordenar com o governo para que Líderes das ligas possam ter acesso a fábricas e oficinas de maneira que possam exercer seu trabalho de propaganda. Nenhuma mulher que não pertence à Liga pode ser empregada pelo governo do estado". (*ibid*)

Em maio de 1919, a greve das professoras deu a base social para amalgamar os movimentos até então isolados, criando um importante centro organizador das professoras da capital, lançando seu enfrentamento frontal com a repressão carrancista. Juana B. Gutiérrez de Mendoza, magonista e zapatista, participante da revolução, em 1919 começou a editar *El Desmonte*, e Evelyn Trent Roy, a qual utilizou as páginas do *El Herald* e *Socialista* para difundir demandas feministas. Elas atacavam a religião, o carrancismo, assim como apoiaram os grupos radicais da época. Mencionavam as leis protecionistas da Constituição (já citada anteriormente) e sua absoluta falta de vigência e chamando ao verdadeiro espírito feminista. Em 1919 nasce o Conselho Nacional de Mulheres, impulsionado por elas. Logo este movimento se tornou parte do Partido Comunista Mexicano. Mais ainda, em 1923 foi realizado o Congresso Feminista Panamericano, reunido na Cidade do México, o qual expressou a diversidade de assuntos que o feminismo abarcava, mas também a sua força.

Estes eram momentos complicados para as mulheres, as quais estavam buscando seu lugar na política, na arte, na economia, em todos os âmbitos da sociedade. Algumas mulheres alcançaram projeção pública no país, entrando em âmbitos do governo: "Elvia Carrillo Puerto foi uma incansável lutadora socialista: afirma-se que esteve na organização de mais de cinquenta ligas feministas. Também foi a primeira deputada eleita em 1923 quando ainda não se havia conquistado o sufrágio feminino." (ELI BARTRA, 2011, tradução minha) Porém, esta participação dependia da classe social e da origem da mulher. Ainda assim, as poucas que alçaram este caminho tiveram uma representação particular:

"A fama de algumas dessas mulheres públicas da virada do século veio até nós em muitos casos, mais por atributos como sua beleza física, anedotas pessoais de suas relações íntimas com os artistas do momento ou pelos escândalos que elas causaram ao violar a sociedade com suas tentativas libertárias, o que levou a mais de um suicídio. Em muitos casos, as mulheres eram aceitas como patrocinadoras de projetos culturais ou políticos, mas não lhes foi permitido entrar nos círculos masculinos fechados coma indivíduo com direito de voz e voto e, claro, as críticas femininas em áreas como a academia eram inaceitáveis."(QUIJANO, 2010, tradução minha)

Ressalto aqui que o direito ao voto somente seria reconhecido a âmbito nacional em 1953, sendo exercido somente a partir de 1955, quando Frida Kahlo já havia morrido. Ainda assim, o

direito de votar e ser votada foi alcançado a nível municipal em 1947, através da reforma do artigo 115 da Constituição, publicada no *Diário Oficial*.

4.7 Palavras finais sobre Saber-Poder: México nos séculos XIX e XX

Meu objetivo neste capítulo foi apresentar algumas das principais discussões que compunham o pano de fundo da época que Frida viveu. Sem pretensão de esgotar o assunto ou de trazer um panorama muito detalhado, quis tratar da normatividade de época, assim como das resistências que estavam surgindo. Por ser um período muito longo de tempo, permiti-me ficar na superficialidade dos discursos e práticas. Porém, entendi como o suficiente para analisar então os discursos e obras da artista, a fim de compreender as relações de poder que ela estava imbuída, assim como as resistências.

Na primeira parte, ressalté as visões do porfiriato, sob cujo regime ela nasceu. Trouxe visões de apoio e de crítica ao governo de Porfírio Díaz, buscando compreender que não havia somente um lado da história, mas sim discursos normatizados, de apoio a ele, e depois discursos resistentes de desafio. Estes últimos ganharam escopo e as pessoas que nestes se baseavam chegaram ao centro decisório do país. Saber-poder se materializaram em práticas institucionais a partir do momento ganharam a presidência e cargos políticos.

Em seguida, tratei da Revolução Mexicana. Trouxe um panorama dos Tratados da época, do retrato que os livros de história trazem das envolvidas neste processo, assim como uma breve exposição da Constituição de 1917. Chamou-me a atenção o envolvimento de homens na tomada do poder pelos diferentes presidentes, as mortes e as disputas, assim como o retrato dos saberes-poderes que eu aprendi em RI nos discursos e práticas da época. Era um outro contexto, um outro país, porém as tecnologias de poder que embasaram a Constituição eram semelhantes, saídas dos mesmos autores.

Após isto, retratei o mosaico do que se considerava a identidade mexicana, indo desde os discursos do *ariélismo* de Rodó, passando por *Forjando Patria* de Gamio, pela *raza cósmica* de Vasconcelos, até chegar no muralismo. Neste movimento, expus como o indigenismo ganhou força para se alçar como discurso a partir da década de 30, com o governo de Lázaro Cárdenas. Ressaltei também a resistência das mulheres neste movimento, assim como suas dificuldades, as quais perpassavam todas as artistas da época.

Como finalização, comentei um pouco sobre a criação do Partido Comunista Mexicano, seus desmembramentos por discordâncias entre as membras, a vinda de Trotsky para a casa de Frida e Diego, assim como o rompimento entre elas enquanto este ainda estava por lá. Não cheguei aos meandros do assassinato dele no México, nem aos desdobramentos deste desentendimento a fim de me fazer breve. Arrematei esta parte comentando sobre o surgimento do feminismo mexicano e sua tomada de espaço junto aos movimentos de esquerda.

Apesar de um panorama muito geral, abordei diversos assuntos relevantes para compreender o contexto da época de Frida, o qual me apoiará agora para compreender suas materialização enquanto sujeita.

5. SUJEITA MATERIALIZADA: FRIDA KAHLO

5.1 Contexto

Ser mulher é uma experiência e um ato político. Definir-se enquanto mulher é ser subjetivada a partir de uma categoria não-biológica que a sociedade define, sem saber que se está fazendo isso. É um ato político pelo simples fato de ser definido politicamente desde a certidão de nascimento que informa qual o nosso gênero. É um ato político se tornar uma mulher, com todas as práticas e discursos que isso leva consigo. É uma materialização enquanto mulher um ato político:

"A arte de Kahlo lida com a concepção, gravidez, aborto espontâneo, e a sua resposta para as tragédias da vida de uma maneira incomumente franca e aberta. Desta feita, seu trabalho se torna uma declaração política porque mulheres, geralmente, não se sentem livres para lidar tão intimamente com seu processo natural em sua arte. Uma discussão de seu trabalho se encaixa na esfera do diálogo feminista atual para criar pontes entre nossas vidas públicas e privadas. Kahlo, ao registrar sua realidade pessoal com grande fidelidade, criou surpreendentes documentos visuais sobre a experiência de ser uma mulher." (MOTIAN-MEADOWS, 1982, tradução minha)³⁹

Desta feita eu gostaria de iniciar o capítulo sobre as reproduções e resistências de Frida Kahlo em relação aos discursos e práticas da época e lugares em que ela viveu. Irei atar-me aqui até meados dos anos 1940. A fim de manter a possibilidade de análise de relações de poder que me coube, fico com esta delimitação mais breve de sua vida.

Vejo em Frida diversas resistências e reproduções de relações de poder da época, as quais vão mudando ao longo do tempo com suas vivências e contato com outras formas de vida, perpassando-a com outras éticas. Irei expor neste capítulo as primeiras formas de quebra de normatividade de seus tempos iniciais de vida, parando em uma das épocas mais prolíferas de produção da sua vida, dos 30 anos até sua morte. Coube-me somente ir até a parte em que ela recebe Trotsky e se envolve com ele. Porém, acredito que o material levantado neste capítulo tenha profundidade relevante para alguns assuntos: repensar a forma como indivíduos e sujeitas são

³⁹ Motian-Meadows (1982) escreveu uma tese de mestrado cujo mote eu encontro semelhança extensa ao meu. Ela quis, a partir de uma visão socialista, trazer a vida e o engajamento político de Frida Kahlo ao longo de sua vida. Em seu primeiro capítulo, ela escreve como sua vida privada e pública a levou a pensar sobre aquele tema e tomar vontade de escrever sobre. Seu segundo capítulo traz os fatos mais importantes da história do México enquanto Frida viveu. E seu terceiro capítulo é um engajamento das resistências políticas da artista, assim como seu ativismo. Esta é uma obra que busca um objetivo ligado ao meu: demonstrar que ela tinha sim envolvimento político, mas principalmente, que sua vida era política em si mesma.

tratadas nas relações internacionais enquanto indivisíveis, principalmente a partir de sua identidade nacional, como se isto as definisse; a forma como roupas, vida privada e comportamentos são ignorados nas análises de Estado, como se a materialização de sujeitas e sua objetivação não fossem relações de poder estatais e políticas; e, por fim, como na analítica de poder através de uma sujeita se abre a possibilidade de reflexões importantes para a área de Relações Internacionais na parte de ontologia estatal, feminismo e política.

Este capítulo é fluido, assim como minhas palavras finais sem pretensão de verdade única e minhas reflexões. Vou apresentando, com embasamento cronológico, obras e discursos de Frida com os quais pude ter contato no livro de sua biografia escrito por Hayden Herrera (2002). Porém, reconheço a validade de minha análise através desta obra, a qual compila tão extensamente histórias, obras e cartas da vida da artista. Gostaria de ressaltar que não irei ficar citando (HERRERA, 2002), uma vez que este capítulo está baseado em sua obra, realizando uma analítica da biografia por ela escrita. Quando eu acrescentar outras obras ou reescrever trechos das cartas de Frida, irei fazer menção então à obra. Porém, não constitui isto um plágio, uma vez que vou reencontrando seu discurso e analisando-o, sem reescrevê-lo por igual.

Por fim, concluo que este capítulo está numa chave de analítica de relações de poder: vou analisando as reproduções e resistências dela através do tempo, conectando com o que foi exposto no quarto capítulo sobre a normatividade em que ela estava inserida, e trazendo conclusões em diversos pontos destes segmentos.

5.2 Primeiras reflexões de infância

MAGDALENA CARMEM FRIDA KAHLO Y CALDERÓN

Os dois primeiros nomes foram dados para que ela pudesse ser batizada com um nome Cristão. Frida significa paz em alemão. Ela retirou o *e* no final com o advento do nazismo na Alemanha. Porém, seu nome já começa por muito me dizer: ela estava em uma família religiosa, a qual prezava pelos bons costumes católicos, principalmente em sua educação. Conservadorismo em relação ao poder e sexo também são partes disto.

Ela viveu em uma casa na esquina das ruas Londres e Allende, em Coyoacán, a qual já possuía quatro anos quando Frida nasceu, em 1907. Seu pai a construiu em um pedaço de terra que

havia comprado quando a fazenda "El Carmen" foi fragmentada e vendida, durante disputas pré-revolução. Na frente da casa tinha a Igreja de São João Batista, onde a mãe de Frida tinha um banco particular para ela e para as filhas, reservados para suas vindas à missa, as quais eram frequentes: ao menos uma vez por semana.

Seu pai, Guillermo Kahlo, era fotógrafo, contratado pelo governo mexicano para registrar a herança arquitetônica do país. De origem judaico-húngara, nasceu na Alemanha e emigrou para o México. Herrera (2002) afirma que não se sabe o que atraiu Matilde Calderón a Guillermo Kahlo, uma vez que ele tinha epilepsia e não possuía muito dinheiro. A sua opinião é que ela se atraiu pela sua pele branca e passado europeu, os quais "deveriam ter certo apelo naqueles tempos, quando qualquer coisa Europeia era considerada superior a qualquer coisa Mexicana".

Sua mãe, Matilde Calderón y Gonzalez, tinha 24 anos quando casou, muito além da idade de casamento da época. Ela já tinha tido um romance anteriormente também com um jovem alemão que acabara de maneira trágica. Frida falava que a mãe não amava o pai, uma vez que seu coração havia sido deste primeiro namorado. Ela era inteligente, porém analfabeta. Tudo que faltava de educação para ela, ela dava um jeito através da piedade. Família marcada fortemente pela cultura religiosa. Suas avós Antonio Calderón e Isabel González y González eram de origem indígena e *gachupina* (de origem Espanhola).

Matilde e Guillermo ganharam uma máquina fotográfica de seu sogro e "a primeira coisa que eles fizeram foi sair em uma viagem ao redor da República. Eles produziram fotografias da arquitetura colonial e indígena e retornaram para instalar seu primeiro workshop na Avenida 16 de Septiembre." (HERRERA, 2002). As fotografias haviam sido comissionadas por José Ives Limantour, secretário do tesouro de Porfirio Díaz e eles ilustrariam uma série de publicações para a celebração em 1910 do centenário da Independência Mexicana. O trabalho durou de 1904 a 1908. Uma frase famosa de seu pai é relatada, justificando porque ele não gostava de tirar fotografias de pessoas: *eu não quero tornar mais belo aquilo que Deus fez feio.*

Ela e a irmã Cristi foram para uma escola de catequismo para se prepararem para a primeira comunhão, porém conta Frida que elas "escapávamos e íamos comer *bayas de espino, membrillo* e *capulines* em uma horta próxima". Havia muitos elementos religiosos a circundando. Além destes já citados no discurso, duas figuras em papier-mâché de Judas de vinte pés de altura se

encontram na frente da casa da Frida, em Coyocán, na qual ela viveu e morreu. Essas figuras foram desenhadas para serem explodidas no Sábado de Glória. Elas representam mais do que a traição de Cristo por Judas. Elas também vieram a significar a traição do povo por opressores. Segundo Diego, “qualquer pessoa que tenha ganhado o ódio do povo.” Resignificando-as, elas (Frida e Diego) tomaram uma outra forma de ver aquelas imagens, mas reproduzindo ainda aquilo que havia perpassado toda a vida dela. Porém, sua fé era ligada muito mais na história e na política, do que na religião.

Sua data de nascimento, por exemplo, torna-se resistência no momento em que ela sempre começa a toma-la como o dia da Revolução Mexicana, ao invés de sua data de nascimento registrada na certidão oficial. Como uma forma de desafio ao Estado, vejo nisto um ato político. Quando penso que nossa vida privada é pública e política primeiramente, parte vem do fato de nascermos já em uma instituição política, marcada pelas relações de poder que compõe nosso corpo social. Devido a isto, vejo como uma forma de resignificação da prática estatal afirmar que sua data de nascimento era diferente daquela que a governamentalidade havia a definido. Era uma redefinição própria e política, portanto, resistente. Data de nascimento: 06 julho 1910; certidão de nascimento 07 julho 1907. Dizia Frida que ela e o México haviam nascido juntos, por isto sua data era a mesma do início da Revolução Mexicana.

Frida tinha uma admiração muito grande pelo pai, assim como uma compreensão. Dizia que “ele era muito interessante e se movia de uma maneira elegante quando caminhava.”. Retratava sua solidão, dizendo que “Ele só tinha dois amigos. Um era um velho *largote* [homem alto] que sempre deixava seu chapéu no topo do armário. Meu pai e o velho homem passavam horas jogando xadrez e bebendo café.”. Toda esta elegância e valorização europeia não vieram a calhar para ela. Resistindo à colocação da identidade espanhola como mais valorosa que a mexicana, ela vai retratar muito em sua vida elementos *mestizos* e *indígenas*.

Ela afirmava que tinha “[...] os olhos do meu pai e o corpo de minha mãe.” Apesar de retratar ambos, ela foi perpassada por discursos de apreciação do pai acima da mãe, uma vez que o casal era demarcado pelas relações de poder da época: a mãe era analfabeta, religiosa, enquanto o pai era quem trabalhava e sustentava a sua casa. Apesar disso, sua mãe havia trabalhado antes de começar a família, e provavelmente isto pode ter sido fonte de resistência para a artista. Porém, ela aprendeu com o pai a trabalhar, a desenhar e a conversar também:

“Minha infância foi maravilhosa, porque, apesar de meu pai ser um homem doente (ele tinha vertigens a cada um mês e meio), ele foi um imenso exemplo para mim de ternura, de trabalho (fotógrafo e também pintor) e acima de tudo compreensão para os meus problemas. [...] Eu pinteí meu pai, Wilhelm Kahlo de origem Húngara-Alemã, artista-fotógrafo por profissão, de caráter genioso, inteligente e fino, valente porque ele sofreu por sessenta anos de epilepsia, mas nunca parou de trabalhar e lutou contra Hitler, com adoração. Sua Filha, Frida Kahlo.” (HERRERA, 2002, tradução minha)

De seu pai, ela tomou o ofício profissional considerado público, alheio à vida privada. Porém, da mãe via também força, uma vez que "Ela não sabia nem ler nem escrever. Mas sabia como contar dinheiro." Ela que aguentou as tarefas da casa e manteve-a funcionando nos últimos anos da Revolução, já que o pai estava muito taciturno e desestimulado pela falta de venda de suas fotografias. Guillermo era ligado à família de Porfírio Díaz, uma vez que neste governo havia sido chamado para fotografar no país. Com a Revolução, acabara por perder tudo por não encontrar mais emprego junto às novas governantes. Frida terá papel semelhante posteriormente auxiliando Diego Rivera, porém me detenho aqui a comentar que sua mãe tinha papel na administração da casa, sustentando a possibilidade de Guillermo trabalhar, porém também era o estandarte da moral católica: “Minha mãe era histérica com religião. Nós tínhamos que rezar antes das refeições. Enquanto os outros se concentravam em seu interior, Cristi e eu olhávamos uma para a outra, forçando-nos para não rir.”.

Frida vivia esta moralidade na maneira como tratou por muitos anos outras mulheres, reproduzindo relações violentas em relação a elas, tratando-as muitas vezes como ameaças a suas relações ou como inimigas.

"Quando eu tinha três ou quatro anos eles mandaram Cristi e eu para o jardim de infância. A professora era antiquada, com cabelo falso e vestidos estranhos. Minha primeira memória é desta professora. Ela estava em pé na frente do quadro negro segurando em uma mão uma vela e na outra uma laranja e explicando como o universo funcionava, o sol, a terra, a lua. Isto me impactou tanto que eu urinei. Eles tiraram minhas calças molhadas e colocaram calças de uma garota que vivia na rua da frente. Por causa disto, eu fiquei com tanto desgosto por aquela garota que um dia eu a trouxe para perto da minha casa e comecei a estrangulá-la. Sua língua estava já fora da sua boca quando um padeiro passou e a libertou das minhas mãos." (HERRERA, 2002, tradução minha)

Apesar desta reprodução, ela tinha seus momentos de resistência, como quando ajudou sua irmã, Matilde, que tinha quinze anos na época, a escapar com o namorado para Veracruz. Ela conta que abriu:

“[...] a janela da varanda e depois fechei novamente para parecer que nada tinha acontecido. Matita era a preferida de minha mãe, meu pai não falou uma palavra. Por alguns anos nós não vimos Matita. Um dia nós estávamos em um bonde, meu pai falou para mim 'Nós nunca vamos encontra-la!' eu o consolei e na verdade meus votos eram sinceros. [elas a encontraram depois

em boas condições econômicas e vivendo com quem viria a ser seu marido] A primeira coisa que fiz foi contar para o meu pai que eu tinha achado ela. Eu a visitei várias vezes e tentei convencer a minha mãe a vê-la também, porém ela não queria." (*ibid*)

Somente em 1927 Frida escreveu "Maty agora vem na mansão. A paz foi feita." Vejo neste tipo de atitude um desafio à moralidade cristã desde nova, visando primeiro a lealdade com sua irmã, antes da normatividade da época e de sua mãe. Outros eventos contaram para que ela ainda desafiasse mais os padrões de feminilidade e dignidade da época. Ela teve poliomielite quando tinha seis anos. Passou nove meses confinada em seu quarto. "Tudo começou com uma dor terrível na minha perna direita do músculo para baixo. Eles lavaram minha pequena perna em um pequeno balde com água de noz e pequenas toalhas quentes." Enquanto estava doente, o médico recomendou que ela fizesse esportes. Seu pai estava muito preocupado e garantiu que ela fizesse todos os esportes possível, o que não era comum para uma menina respeitável na época. Ela jogou futebol, boxe, luta e se tornou campeã de natação. "Meus brinquedos eram aqueles dos meninos: skates e bicicletas."

Quando ela se recuperou da doença, ela há havia ficado muito tempo isolada. Sua amiga de infância, Aurora Reyes, comenta que as colegas zoavam muito a sua perna atrofiada. A reação de Frida foi se tornar introvertida e "supercompensar isto se tornando primeiro uma *tomboy* e depois uma personagem." Pude observar isto no quadro *Four Inhabitants in Mexico* (1938) (Figura 7): Parece um quadro do folclore do México, mas é uma imagem de uma criança confrontando os emblemas da sua herança cultural. Desprotegida, sentada no chão, ela chupa o dedo, segurando as dobras da sua saia. Ao seu lado estão um ídolo Nayarita pré-Colombiano, uma figura de Judas, um esqueleto de argila e um cavalheiro de palha. Cada um dos quatro habitantes foi modelado a partir de artefatos mexicanos que as suas mães possuíam. Frida: "A praça está vazia, com poucas pessoas, porque muita revolução deixou o México vazio". A indígena estaria pelada, segundo ela, "porque elas não têm vergonha de sexo ou de coisas estúpidas como esta. " E estaria grávida porque, estando morta, ela tinha algo dentro dela, "o que é a questão toda sobre Índios. " O esqueleto é a "morte: muito feliz, um gracejo." Representa a comemoração do Dia dos Mortos.



Figura 7 Four Inhabitants in Mexico, Frida Kahlo (KAHLO, 1938a)

Neste quadro vejo a reprodução da cultura mexicana, como no caso da comemoração; da ancestralidade indígena que estava em valorização na época em que pintou o quadro; de rejeição aos costumes passados pelo discurso religioso cristão; assim como da recusa em só falar de assuntos pudicos (falar sobre estar morta e ter algo dentro dela, sexo). Ela resistia valorizando falar e expor assuntos sobre sexo, gravidez e morte, muitas vezes assuntos que poderiam ser considerados tabus. Neste ponto, gostaria de ressaltar que a normatividade de uma época é estatal: o corpo social materializa o que seriam os padrões aceitáveis em geral, gerando uma forma de vida definida como representante da moralidade de uma sociedade. Assuntos como os citados eram tomados como privados, concernentes só à vida pessoal das indivíduos, como ocorre até hoje nos estudos que tive em Relações Internacionais, quando me tornei sujeita internacionalista. Por isto, retratar e desafiar estes padrões desde cedo já torna Frida uma sujeita resistente politicamente, resistente inclusive do Estado por desafiar as normas tomadas como padrões para um país. Apesar de eu ver isto tudo como resistência, ela reproduzia o discurso de separação público-privado, ou o papel do sentimento e visões de vida como não políticos para as mulheres: "Eu pinto minha própria realidade. A única coisa que eu sei é que eu pinto porque preciso pintar, e eu pinto sempre qualquer coisa que passa pela minha cabeça, sem nenhuma outra consideração."

Frida viveu a Revolução Mexicana e foi subjetivada e objetivada pelo período. Relembra sua mãe auxiliando homens na época, o que para mim demonstra que havia papel que as mulheres

desempenhassem perante o silêncio dos livros de história em mencioná-las. Além disto, ela teve aqueles momentos vivos em sua lembrança, os quais ela reproduziu em suas escritas:

“Foi com dificuldade que o sustento foi ganhado na minha casa”. Menção aos tempos de crise da revolução mexicana e o fim das obras comissionadas por Porfirio. Revolução Mexicana: “Eu lembro que eu tinha quatro anos quando os ‘dez trágicos dias’ aconteceram. Eu fui testemunha com meus próprios olhos a batalha dos camponeses de Zapata contra os Carrancistas. Minha situação estava muito nítida. Minha mãe abriu as janelas da Rua Allende. Ela deu acesso aos Zapatistas, atendendo aos feridos e famintos que pulavam das janelas da minha casa para a sala de estar. Ela curou eles e lhes deu espessas *tortillas*, a única comida que era possível se obter em Coyoacán nesses tempos. Nós éramos quatro irmãs: Matita, Adri, eu [Frida] e Cristi, a gordinha. Em 1914 balas apenas tilintavam. Eu ainda consigo escutar seu som extraordinário. Nos *tianguis* [mercados, os quais foram retratados na Figura 1] de propaganda de Coyoacán a favor de Zapata foram feitos *corridos* [baladas revolucionárias] editadas por [o gravador José Guadalupe] Posada. Na sexta estas folhas das baladas custavam um centavo e [...] eu e Cristi as cantávamos, enquanto minha mãe e pai cuidavam de nós para que nós não caíssemos em mãos das guerrilhas. Eu lembro de um Carrancista ferido correndo em direção ao seu baluarte próximo ao rio de Coyoacán. Da janela eu também espiava um Zapatista com uma ferida de bala em seu joelho, engatinhando e colocando suas sandálias. [ela desenhou rascunhos de Carrancistas e Zapatistas].” (HERRERA, 2002, tradução minha)

Práticas e discursos de uma época materializam corpos. Outro exemplo é a questão de ancestralidade, trazida pela governamentalidade quando nascemos e ganhamos uma certidão de nascimento, na qual estão gravados os nomes de quem “nos deu origem”. Materializamos a percepção que temos ligação sanguínea e antepassadas que nos definem, que nos geraram enquanto pessoas, com as quais temos uma conexão de família que deve ser respeitada, valorizada e preservada. Materializações estatais em nosso corpo. Frida reproduz isto em seu quadro *My Grandparents, My parentes and I* (1936) (Figura 8), no qual as avós mexicanas simbolizavam a terra; as avós alemãs, o mar. As ligações ancestrais, a descendência, a identidade ligada ao sangue e ao Estado foram muito reproduzidas por ela nesta imagem. Além disto, a seriedade do casamento, da união religiosa e civil, está presente.



Figura 8 My Grandparents My Parents and Me, Frida Kahlo (KAHLO, 1936)

Em relação à família e a infância, seu quadro *The Two Fridas* (1939) (Figura 9) foi explorado na biografia de Herrera como fruto de sua vivência infantil de uma amiga imaginária: "Eu devia ter 6 anos quando eu experimentei uma amizade imaginária intensa com uma pequena garota mais ou menos da minha idade. Mas eu lembro que ela era alegre – ela ria muito. Sem som. Ela era ágil e ela dançava como se não pesasse nada." Porém, diante do ano em que ela o escreve, vejo-o como um quadro em que ela expressa sua bissexualidade, sua incapacidade de se conformar com os padrões, além de se ver incapaz de ser definida como alguém, como indivíduo, resistindo a estes tipos de conceituações. Ela faz isto também no quadro *Self Portrait with Cropped Hair* (1940) (Figura 10) em que se pinta com vestes de *homens* na época, mostrando suas fragmentações e impossibilidades de unicidade, desafiando a possibilidade de o Estado definir pessoas enquanto seu gênero, raça, sexualidade.



Figura 9 The Two Fridas, Frida Kahlo (KAHLO, 1939a)



Figura 10 Self Portrait with Cropped Hair, Frida Kahlo (KAHLO, 1940)

5.3 Preparatoria

Em 1922, Frida entrou na Escola Preparatória Nacional. O primeiro diretor desta Escola, Gabino Barreda, a criou sob o lema: “liberdade, ordem, progresso; liberdade como meio, ordem como base e progresso como fim.” Cravado na pedra da Preparatoria estava “Amor, Ordem e Progresso. ”. Ela estudou, porém, sob as reformas educacionais de Vasconcelos, já citado no capítulo quatro. Ele buscava fundar a educação em "nosso sangue, nossa língua e nosso povo". Encomendou então livros de filosofia a preços acessíveis, organizou concertos e teatros para aquelas que não conseguiam ler, contratou algumas muralistas para pintar muros públicos com história e cultura mexicana. Como já explicitado, ele acreditava na arte e cultura ameríndia. Foi neste ínterim que Frida começou seus estudos preparatórios.

Nesta época, nesta escola as meninas somente recentemente haviam sido aceitas enquanto estudantes. De mais de duas mil alunas, somente trinta e cinco eram meninas. Além de ser resistente por estar pouco representada em sua volta pelas colegas, a maioria das pessoas a consideravam feia e masculinizada. Ela, em compensação, pensava que a maioria das garotas eram *cursi*, segundo Herrera (2002), sentimentais e vulgares. Chamava-as de *escuinclas*, maneira pejorativa de dizer crianças. Neste ponto, vejo-a materializada a partir da reprodução de visões de julgamento em relação às mulheres, tanto como sentimentais quanto vulgares, discursos de ética cristã e patriarcal que inclusive fazem parte das análises sobre sua própria biografia, como é o caso dos livros de Gerry Souter (SOUTER, 2017a, 2017b), da própria Hayden Herrera em muitos momentos, Margaret Lindauer (LINDAUER, 2011) e Raquel Tibol (TIBOL, 1993). Isto é para dizer que não somente a artista pode ser vista como uma mulher completa, feminista e bem resolvida. Ela era uma sujeita em processo, material de sua época, sujeita e objeto de discursos e práticas específicas. Suas resistências são importantes por mostrar outras formas de vidas a partir de uma pessoa que viveu ambientes conservadores e normatizados a partir de uma ética específica.

Em continuação a esta analítica, ela fazia parte de um grupo na escola chamado *Cachuchas*, conhecidas por seus cérebros e ofensas, ou travessuras. Eram sete meninos e duas meninas. Entre as suas ideias estavam o suporte às medidas de Vasconcelos, um romântico socialismo misturado com nacionalismo, traduzindo-se em altos ideais para a nação e em agitação para realizar reformas na escola. Apesar disto, Frida também tinha amigas em grupos como o *Contemporáneos*, focado em literatura a partir de ideais como o elitismo, purismo e avante-garde europeia. Herrera (2002, tradução minha) escreve que “Dos Cachuchas, Frida aprendeu um tipo de lealdade de

camaradagem, um jeito *boyish* de lidar com amizades que ela manteve durante toda sua vida. Em sua companhia, sua maldade natural se aprofundou em um gosto especial por subverter autoridades." Vejo que as adolescentes, incluso Frida, reproduziam ideias que eram discutidas na época: europeísmo, cultura espanhola superior, surgimento da valorização da *mestiza*, da indígena. Inclusive, do surgimento de uma esquerda revolucionária a partir da Revolução Mexicana, como é o caso que se pode ver na reprodução dos discursos comunistas pelo grupo de Frida que tratarei em seguida.

Ela e suas amigas não gostavam do professor Antonio Caso. Um dia ela explicou a sua amiga: "Linda, nós não aguentamos mais. Ele fala e fala, muito esplendidamente, mas sem substância. Estamos fartos já de Platão, Aristóteles, Kant, Bergson, Comte, e ele não arrisca se misturar com Hegel, Marx e Engels. Algo tem que ser feito!". Seu grupo plantou uma bomba em uma de suas aulas e explodiu o vidro da classe, porém sem serem pegos posteriormente. Vejo aqui como desde sua época os clássicos da ciência política são os mesmos que os que me foram apresentados. Discurso se materializa, não só em um Estado definido, mas fluidamente através de sociedades, corpos sociais e se tornam saberes-poderes anacrônicos, tecnologias políticas de padronização através do tempo e fronteiras. Ela, porém, na época resistia junto a seu grupo pedindo outros conhecimentos, outras formas de viver que não as clássicas. Da mesma forma que eu faço nesta dissertação, pedindo por outros olhares e formas de analisar as relações de poder e a política.

Além disto, ela se recusava a ir nas aulas de professoras que considerava mal-preparadas, ou quando comparecia caçoava delas, ou ainda realizava petições para que o diretor as expulsasse. Quando Vasconcelos comissionou muralistas para pintar a Preparatoria, entre 1921 e 1922, as Cachucas colocavam fogo nos materiais deixados repousando, entre outras *transgressões* das regras. Nesta época, Diego Rivera foi chamado para pintar o Anfiteatro Bolívar, o auditório da escola. Com 36 anos na época, vestindo as roupas tradicionais como chapéus, cinto de couro e sapatos de minerador pretos. Frida invadia seu local de trabalho, no qual alunas não poderiam entrar, e roubava os lanches de sua cesta. Nesta época, entre estas transgressões, enquanto suas amigas o chamavam de *velho gordo feio*, ela dizia que queria gerar seus filhos, afirmando que ele era tão gentil, terno, sábio e doce. Resistência: enquanto as amigas se preocupavam com o que a sociedade colocava como padrão de beleza e estética, ela notava outras belezas, outras formas de

ver e perceber o corpo humano, perpassada pelas ideias de inteligência e sabedoria. Uma outra forma de enxergar as relações intersubjetivas.

Nesta época, porém, não foi com Diego Rivera que ela se envolveu, mas sim com Alejandro Gómez Arias. Desde muito nova, ela era perpassada por questões políticas patriarcais e religiosas, as quais podem ser extensamente analisadas nos próximos parágrafos que tratam de sua relação com ele.

Frida ilustrava coisas que aconteciam com ela – uma briga, um beijo, ela mesma doente na cama. Ela é tida como impulsiva, sentimental, chorona. Em uma carta de 15 de dezembro de 1922 para ele, ela soa como uma boa menina católica: "A única coisa que eu o aconselho enquanto amiga é que você tenha força de vontade suficiente para suportar as dores que Deus Nosso Pai nos envia como um teste dado o fato que ele veio ao nosso mundo para sofrer." Ela escrevia à noite, na cama, escondida, uma vez que suas mães não aprovavam ela estar namorando.

Durante o namoro, Plutarco Ellías Calles foi eleito, mais precisamente em 1924. Vasconcelos renunciou seu posto de ministro da educação, após já ter se resignado do cargo meses antes para protestar junto às rebeldes. Uma rebelião já havia entrado em erupção contra Obregón em fins de 1923, a qual foi reprimida causando mortes. As conservadoras que apoiavam o novo presidente, na esteira do conservadorismo que crescia, depredaram e cuspiram nos murais pintados sob a coordenação do ministro. Frida não participou dos protestos, uma vez que sua mãe a mantinha em casa toda vez que houvesse qualquer agitação ou acontecimento político.

"Me desculpe por não ter ido à Universidade ontem às quatro, porém minha mãe não me deixou ir ao México [cidade] porque disseram para ela que estava tendo uma bola [revolta]. Inclusive eu não consegui me registrar [para o próximo semestre] e agora eu não sei o que fazer. Não importa o que eu fiz minha mãe colocou na cabeça dela que ela não me deixaria sair e que não havia o que ser feito, só aceitar".

Nisto tudo, percebo duas coisas: primeiro, ela reproduzia os discursos religiosos pelos quais cresceu sendo subjetivada. Ao mesmo tempo, analisar sua biografia perpassa perceber que não se pode afirmar que ela não se interessava ou que seu trabalho não era político, uma vez que desde nova lhe foi proibido participar de manifestações, do ambiente de protestos e envolvimento político, além de escutar sobre a sentimentalidade das mulheres. Em relação a isso, percebo suas práticas como uma resistência interessante: além de questionar o fato de não poder ir, ela acabou se envolvendo em partido político comunista, apesar de suas mães serem religiosas e ligadas ao

porfirismo. De fato, analisar sua vida demonstra que sim, era perpassada por política, e de muita resistência: porém não lhe era dado o mesmo espaço e oportunidade que aos homens, como vi com Alejandro. Prefiro, desta forma, tirar esta ideia de sentimentalismo atrelado à mulher ou a ela em si, uma vez que isto perpassava todos os gêneros: Diego era explosivo, também sentimental, e não conseguiu trabalhar em momentos da sua vida em que não se encontrava bem emocionalmente por diversas razões, uma delas pelo envolvimento de Frida com outros homens. Sentimentalismo é das pessoas, a recriminação disto é um discurso violento para com as mulheres.

Gostaria de ressaltar aqui também que a identificação automática de Frida com o *indigenismo* é uma essencialização, uma vez que ela tinha visões de desvalorização como de valorização das Índias em diferentes momentos de sua vida. Quando nesta época da Preparatória, ela escreveu a Alejandro: "Diga-me o que há de novo no México [cidade], sobre a sua vida e sobre tudo que você quiser me dizer já que aqui você sabe não há nada além de pasto e pasto, Índios e Índios [...]." Não vejo aqui uma exaltação da *cultura ancestral*, pelo contrário. Porém, mais a frente ela irá refazer estas visões – sujeita em processo.

Planejava Frida uma viagem aos EUA com Alejandro: "é bom que façamos alguma coisa da nossa vida você não acha, uma vez que nós não seremos nada além de pessoas estúpidas se passarmos a nossa vida inteira no México, porque pra mim não há nada mais adorável que viajar [...]". "[...] é bom você me falar se os gringos são muito desagradáveis.". Seu plano era guardar dinheiro para viajar. Ela não conseguiu isto, um dos motivos porque o dinheiro de seu trabalho ia para ajudar a família. Ela trabalhava também com seu pai em seu estúdio de fotografia. E não, não era somente para ir ver Alejandro no intervalo, como afirmam os livros de biografia dela. Era porque ela precisava ajudar a família, também porque isto lhe dava liberdade. Talvez isso a ajudasse a vê-lo mais frequentemente, mas sua vida não era somente isto, como ela fala: "Eu estou trabalhando na fábrica, a qual te falei, durante o dia porque não há nada mais para se fazer enquanto eu procuro algo melhor [...] não há nada que eu possa fazer, eu tenho que aguentar isto eu querendo ou não.". Ela depois consegue um emprego com Fernando Fernández, amigo de seu pai, o qual trabalhava com impressão comercial. Com ele, ela trabalhou com gravuras e aprendeu a desenhar. Ele afirmou que ela tinha um *enorme talento*. Posteriormente, elas tiveram um envolvimento.

Porém, Alejandro, segundo o livro de Herrera, afirma que ela respondeu a este elogio tendo um *affair* com ele. Relações de poder: ela pode ter simplesmente tido a vontade de estar com ele,

porém em tudo que é contado sobre ela tem um comentário sobre envolvimento sexual com alguém, isto sempre é exposto, e sempre de maneira pejorativa. Ela respondeu a um elogio se envolvendo sexualmente? Foi somente por causa de um elogio? Ou ele pode ter sido interessante? Estes discursos sobre ela materializam-na enquanto mulher específica, a qual não gosta de se envolver em política, ou dá muita atenção aos seus sentimentos. Será que ela dava toda esta atenção, ou os discursos sobre ela essencializam-na e a objetivam desta maneira? Ela materialização através do julgamento da mulher e da necessidade de ela ser recatada e reservada já estava presente desde a época em que ela começou a namorar com Alejandro, o qual afirmou já adulto que “Frida era muito precoce sexualmente. Para ela, sexo era uma forma de desfrutar a vida, uma forma de impulso vital.” Herrera afirma que no fim deste ano ela se torna mais insegura e triste com a relação, por causa de trechos da sua carta como “eu gostaria que você estivesse comigo para me dizer que você me ama tanto quanto antes; tanto quanto o último Dezembro, mesmo que eu seja uma ‘coisa fácil’ certo Alex? [...] Sua *chamaca*, *escuinclá* ou mulher ou o que você quiser.” (lembra-me isto os três tipos de mulheres das quais fala Gamio em *Forjando Patria*).

Nestes pontos, vejo como ela resistia a tudo isto. Ela desafiava a moralidade convencional: monocelha, bigode, bissexualidade. Esta última, inclusive, não veio com uma romantização. Pelo contrário, sua primeira “experiência” homossexual, como diz Herrera, não foi uma experiência, foi um assédio sexual. Ela estava procurando emprego para ajudar a família. Uma das pessoas que trabalhavam na biblioteca do Ministério da Educação, uma mulher com a qual ela se candidatou para a vaga, seduziu-a. Ela contou a uma amiga em 1938 de uma iniciação homossexual com sua “professora da escola” que havia sido traumática, principalmente porque suas mães descobriram a conexão e se criou um escândalo. Ela foi marcada por discursos e práticas violentas de julgamento em relação a mulher, de silenciamento de assédios os quais se tornaram um escândalo para ela, e não para quem o fez, além de práticas excludentes da mulher no mundo do trabalho. Este é o cenário de sua infância e adolescência, os quais eram possíveis pela normatividade estatal: a sociedade era composta por valores padrões os quais ela não se encaixava, assim como nenhuma outra pessoa a não ser na superficialidade.

5.4 Acidente e começo da vida adulta

ACIDENTE Setembro de 1925

"Há que aguentar isto. Eu estou começando a me acostumar com o sofrimento."

Sufrimento e força moral começaram a ser temas da vida de Frida Kahlo, por reprodução, ao meu ver, dos discursos recém citados que eram violentos em relação às mulheres, assim como pelo acidente que sofreu. Por ter sido muitas vezes recontado e conhecido, deixarei sua história para outros livros.

Em relação a outros sofrimentos morais, em uma carta ela conta que Alejandro falou que ela e Agustina Reyna eram iguais, ou a última era ainda pior. Ambas não valiam *centavos*. Olmedo falara a mesma coisa. "O fato é que agora ninguém mais quer ser minha amiga porque eu *perdi minha reputação*, coisa que eu não posso remediar. Eu vou ter que ser amiga daquelas que gostam de mim do jeito que eu sou." (Herrera, 2002, tradução minha) Isto aconteceu no ensejo de quando seu namorado falara que ela estava tendo um caso com Fernández.

"Eu nunca esquecerei que você, quem eu amei como amo a mim mesma ou até mais, me viu como uma Nahui Olín [estudantes consideravam a pintora, modelo de Rivera, muito rápida e solta demais] ou até pior que ela, a qual é um exemplo de todas estas outras mulheres. [...] E você teve a coragem Alex, de me insultar, dizendo que eu tinha feito certas coisas com outras pessoas no dia que eu fiz pela primeira vez na minha vida porque eu te amava como eu amei ninguém mais. E eu sou uma mentirosa porque ninguém acredita em mim, nem mesmo você, e então pouco a pouco sem sentir isto, entre todos vocês eu estou ficando louca." (*ibid*)

Como a mulher vai querer entrar na política sendo protegida desde cedo, escutando que ela tem que preservar a reputação dela, escutando que ela é mentirosa, que ela não perdeu a virgindade com a pessoa com que ela perdeu, perdeu algo ou ganhou um momento? Questões de relações de poder que são criadas e materializam mulheres de uma maneira muito singular, as quais diferem em cada contexto, marcadas por suas épocas. Frida aprendeu desde nova que não poderia ser igual as outras, deveria se resguardar e não se envolver com mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Monogamia era a norma que sustentava o Estado, a lealdade e honradez da mulher nacional mexicana, a qual resguardava a imagem da nação, como afirmava Gamio.

Diferentemente do que Herrera afirma sobre ela que "ela usava sua inteligência, seu charme magnético e sua dor para firmar-se naquelas que ela amava" (*ibid*), eu vejo uma garota que escutou que ela não valia nada, que as pessoas acreditavam no que Alejandro falava sobre ela ser excepcional, mas ser sexualmente muito avançada, de ela não ter perdido a virgindade com ele, de ela não ser boa o suficiente, ou ser como as outras garotas. Materializada de uma maneira violenta, ela não tentava se firmar naquelas que ela amava, ela desesperada reproduzia os discursos que ela

escutava e buscava remediar suas resistências pedindo para que as pessoas a aceitassem de volta, de volta à normatividade e ao padrão de sua época e sociedade. Com receio de ele não querer mais ficar com ela, do que seria dela se ele a abandonasse, ela afirma “Se um dia nós casarmos, você vai ver como eu vou ser cheia de 'coisas boas' quase feitas sob encomenda para você.” (*ibid*).

Em todos os lugares que li análises de seu quadro, inclusive no sítio eletrônico fridakahlo.org, comentam que o primeiro autorretrato dela teria sido pintado para reganhar o afeto de seu amante, obra que ela presenteou Alejandro. Para mim, ela estava desesperada por todo o sofrimento que causaram a ela dizendo que havia mentido, além do desespero de precisar atender à normatividade de se casar e se permanecer com a pessoa com que se pratica sexo pela primeira vez. É a promessa cristã sob cuja moral ela cresceu e viveu. Moral cristã estatal, inclusive. Igreja e Estado estavam extremamente ligadas em suas práticas e discursos na época: honra, lealdade, ser correta, fiel. Às mulheres era performado este discurso na vida doméstica, aos homens na vida profissional. Isto para não considerar as diferentes subjetividades de gênero que haviam na época, assim como os diferentes discursos em questão de raça e classe social. Estes padrões que falo são referentes às mulheres brancas, de classe média, com acesso à educação na época e de famílias cristãs. Ela, portanto, enquanto mulher naquela sociedade, deveria se resguardar, não sendo promíscua sexualmente, como ele chegou a chama-la. Porém, ele podia falar livremente de seu desejo por outras mulheres, uma vez que ela era compreensiva e não o julgava por isso, assim como a sociedade não devia julgá-lo também. Dizia Frida a ele:

“Em relação ao que você me falou de Anita Reyna, naturalmente eu não ficaria brava com você nem mesmo de brincadeira, em primeiro lugar, porque você está falando a verdade, o que é e sempre vai ser muito agradável e muito fofo e em segundo lugar, porque eu amo todas as pessoas que você ama ou amou (?) pela simples razão que você as amou [...]" (*ibid*)

Para ele, portanto, foi possível receber esta compreensão considerando se relacionar com outras pessoas, para ela gerou vergonha, insegurança, isolamento e problemas. Mas como todo dominante precisa ser dominado primeiro por algum discurso, acredito que ele tenha sofrido também para atingir os padrões morais de com quem ele ficaria: por mais que gostasse de Frida, ele não poderia mais ficar com ela pela vergonha que isto traria. Por isto, sua família decide enviá-lo para Alemanha por mais de seis meses. Ela se reconcilia, de fato, com Alejandro depois de

pintar o autorretrato e, durante esta viagem que ele faz em 1927 para a Europa, ela escreve: “Você não pode imaginar quão maravilhoso é esperar por você, tão serenamente quanto no retrato.”

Além destes problemas morais e sociais, Frida enfrentava a questão financeira. Tendo feito 32 cirurgias ao longo de sua vida devido ao acidente, ela tinha muitos gastos com hospitais, o que nesta época de sua adolescência condizia a gastos que suas mães teriam que arcar. Suas cartas revelam que “alguns tratamentos médicos necessários não foram feitos porque sua família não podia pagar por eles. Quando conseguiam, eles eram ineficazes.”. Nesta época, ela começa a pintar com frequência, devido à sua necessidade de ficar muito tempo em casa e parada. Ela não se afirma a partir de uma comparação ou superioridade, com dom inato ou natureza humana. Ela afirma que sua iniciação nesta profissão estava ligada com o acidente e sua condição física e financeira: “[...] eu senti que eu tinha energias suficientes para fazer qualquer coisa ao invés de estudar para me tornar médica. E sem prestar muita atenção, eu comecei a pintar.” (*ibid*).

Em uma carta para Julien Levy, quando ele estava preparando sua exposição em Nova York em 1938, ela afirmou que: “Eu nunca pensei em pintar até 1926, quando eu estava de cama devido ao acidente automobilístico. Eu estava muito entediada na cama com um molde de gesso (eu tinha uma fratura na coluna vertebral e em diversos outros lugares), então eu decidi fazer alguma coisa.” (*ibid*) Ela refuta a possibilidade da meritocracia, do dom natural ou das habilidades essencialistas, as quais viriam conosco quando nascemos. “Gênia inata”. Porém, ao mesmo tempo, ela foi subjetivada e objetivada pelas práticas do pai, o qual tinha caixas de tinta-óleo em casa, a levava para fotografar, apresentou Fernández a ela com o qual começou a trabalhar desenhando desde nova. Não por dom natural talvez, mas por timbre de sua personalidade ela pode ter se destacado. Mas a possibilidade de se tornar pintora foi possibilitada pelo auxílio de suas mães, as quais compraram os materiais, além das práticas nas quais ela estava envolta no ambiente que seu pai criara enquanto crescia. Frida afirma que ela pinta ela mesma porque ela está “tão frequentemente sozinha, porque ela é o tópico sobre o qual ela mais sabe.”. O confinamento da invalidez fez dela um mundo privado.

Ela comenta da sua admiração por Botticelli e as renascentistas em cartas para Alejandro. Inclusive, em seu primeiro autorretrato, percebi as linhas da aristocracia e vestimentas europeias que ela utiliza. Gestos delicados e postura fina, como se discursa a estética das metrópoles europeias. Reproduzia neste começo a visão de valorização da Espanha, do passado europeu.

No ínterim destes anos de sua adolescência, em especial no ano em que ela sofreu o acidente, apesar de ela não voltar para a escola devido às dores que sentia, ela voltou a se encontrar com suas amigas, das quais a maioria já era estudante na universidade. Participavam dos congressos de estudante e das demonstrações e protestos, contrariando as ordens anteriores da mãe. As principais causas da luta eram a campanha de Vasconcelos para presidente contra o candidato de Calles, Pascual Ortíz Rubio, e o ímpeto para autonomia universitária. Vasconcelos não foi eleito, porém na ganharam a autonomia da universidade. Obregón assumiu a presidência em 1928, sobrevivendo a uma tentativa de assassinato e uma rebelião. Seis meses depois, foi morto. Como afirma Frida em um de seus quadros que analisarei mais para frente, um dos passatempos dos homens mexicanos era matar. Emilio Portes Gil assumiu até as eleições em outono de 1929. A luta do Partido Nacional Antireelecionista de Vasconcelos buscava lutar contra a *caudillaje* (militarismo) e o renascimento da democracia e do espírito mexicano do começo dos anos 20.

Em maio de 1929 houveram protestos gerais das aulas contra a ingerência do presidente na Universidade. A polícia respondeu com bombas, mangueiras de incêndio e armas. Alejandro, então presidente da Confederação Nacional dos Estudantes desde janeiro daquele ano, afirmava "Nós não vamos nos convencer pela violência". Em julho, uma lei assinada estabeleceu a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), aprovada pelo Congresso e conferida como mérito a ele. Frida era amiga de Alejandro e de Germán de Campo, outro líder estudante desta campanha. Ela o chamava de "Germancito el Campirano", o qual morreu logo depois da vitória por um tiro de um pró-Calles enquanto proferia um discurso em uma demonstração no Parque San Fernando. Foi ele que apresentou Frida, em 1928, ao círculo de amigas próximas ao revolucionário comunista cubano Julio Antonio Mella, também estudante de direito na universidade. Mella era editor de três jornais, *Tren Blindado*, *El Libertador*, *El Machete*, todos de esquerda, os dois primeiros universitário, o último comunista. Ele também era namorado de Tina Modotti, amiga de Frida, com quem ele estava andando quando um assassino contratado pelo governo cubano o matou, em janeiro de 1929. Modotti e ela se tornaram amigas devido ao círculo de pessoas artísticas no qual elas estavam envolvidas.

Nesta época, Frida passou a frequentar o partido comunista a convite de Modotti, onde ela conhece Diego Rivera. Educado na Academia de San Carlos, escola de artes mais famosa do país, e depois durante 14 anos na França, Rivera começou a reproduzir a mexicanidade nas pinturas a

partir da década de 20. Ele pintava suas sujeitas indígenas de maneira valente, lutando contra a opressão contínua para ganhar direitos e liberdades. Do Sindicato de Trabalhadores Técnicos, Pintores e Escultores, criado em 1923 por ele e outras muralistas, criou-se o manifesto que afirmava:

“A arte mexicana é excelente porque ela surge das pessoas; é coletiva, e nossa própria estética objetiva socializar a expressão artística, destruir o individualismo burguês. Nós repudiamos as tão conhecidas artes de cavalete e toda a arte que surge de círculos ultra-intelectuais, por ser essencialmente aristocrática. Nós aclamamos a expressão monumental da arte porque esta arte é propriedade pública. Nós proclamamos que sendo este o momento de transição social de uma ordem decrépita para uma nova, os criadores da beleza devem investir seus maiores esforços no objetivo de materializar uma arte válida para as pessoas, e nosso objetivo supremo na arte, que é hoje a expressão de um prazer individual, é criar uma beleza para todos, beleza que ilumine e agite para lutar.”

Reação contra o positivismo. Proclamaram “a arte do povo Mexicano é a maior e mais saudável expressão espiritual do mundo”.

Depoimento de Herrera:

“A arte pré-colombiana, que havia sido rejeitada como estranha e bárbara, agora era vista como um reflexo de algo essencialmente, misteriosamente... Mexicano... Os artefatos populares foram julgados como obras de arte, expressões verdadeiras de 'pessoas'... Houve um renascimento de artesanato, e os mexicanos urbanos começaram a decorar suas casas com objetos brilhantes do mercado e móveis baratas feitas por *campesinos*. Os costumes regionais do México foram exaltados, categorizados, e até usados por mulheres mexicanos cosmopolitas. Comida mexicana substituiu a cozinha francesa nas mesas sofisticadas.” (*ibid*)

A linha da qual Rivera compartilhava tinha cunha nacionalista, pensando uma arte verdadeiramente não colonial que rejeitava influências estrangeiras, tanto na arte, como no domínio do petróleo por empresas de fora, por exemplo. Movimento romântico na arte de valorizar e desejar o primitivismo na alta cultura.

O discurso sobre os *affairs* de Rivera diferem muito dos de Kahlo. Ela, discursada como tendo um apetite muito grande para o sexo, enquanto ele “não tinha problemas para fazer conquistas.”. Seus casos depois de ter terminado o casamento foram vários, devido ao sentimento de vazio depois da separação com Lupe Marín, a qual fugiu do relacionamento devido às diversas traições do marido, segundo o discurso de Herrera. Marín é retratada como histérica, louca, a qual era fisicamente apaixonada, assim como fisicamente violenta. Enquanto ele, apesar de “feio, atraía as mulheres para ele com uma facilidade natural de uma atração magnética. [...] mais importante, ele era famoso, e fama parece algo irresistível para algumas mulheres.”. Claro, uma biografia de Frida com relações de poder muito exposta em relação ao discurso sobre ela e Diego: ele, atrativo

apesar de feio, garanhão, tinha todas as qualidades para as mulheres o amarem, além da fama, o que as mulheres não conseguem resistir; ela, usava da sua dor para prender os homens, era ardilosa, só pensava em amor, não tinha cunho político, era dependente dos namorados e muito solta para idade dela, muito sexualmente avançada. Homens, nas palavras de Diego,

"[...] eram selvagens por natureza. Eles ainda são selvagens hoje em dia. História mostra que os primeiros progressos foram feitos por mulheres. Homens preferiam permanecer brutos que lutavam e caçavam. Mulheres ficavam em casa e cultivavam as artes. Elas fundaram a indústria. Elas foram as primeiras a contemplar as estrelas e a desenvolver poesia e arte." (*ibid*)

Neste ponto, seu discurso era uma resistência muito grande àquele dos mexicanos *machos*. Ainda assim, atualmente as relações de poder que este trecho exorta são aquelas pautadas no discurso da natureza humana e que dão muito substrato para práticas e discursos machistas, ou violentos para mulheres (em toda a sua diversidade e não-normatividade definida):

"Rivera, claro, apreciava também o corpo das mulheres. Ele tinha uma paixão pela beleza, um apetite de mamute pelo prazer visual, e era dito que ser modelo para Diego significava oferecer-se o corpo para a carne dele assim como para seus olhos. O que Frida pensava sobre sua reputação de mulherengo na época que conheceu ele não está registrado. Talvez ele a atraísse; talvez ela tenha caído naquela velha auto-enganação de esperança: eu vou ser aquela que vai capturar e manter seu amor; ele vai me amar de uma maneira diferente." (*ibid*)

Neste ponto, uma analítica do poder é crucial. Não é uma característica, a personalidade de Frida, ou o fato de ela ser mulher que a levava a pensar ou agir desta maneira descrita por Herrera e por outras biografias da artista. Mas sim as práticas e discursos da época em relação ao que se definia por mulher. Era a normatividade feminina: desejar um casamento, monogamia, estabilidade, atenção de homens. Não era ela: eram as tecnologias de poder que a perpassavam, os saberes-poderes da época em que viveu. Não que ela não pudesse se interessar por política, mas não lhe era concedido espaço nem incentivos. Apesar disto, Frida fazia tempo que já estava frequentando o partido comunista, como membro da Liga Jovem Comunista, indo a comícios, reuniões das proletárias, fazendo parte de reuniões clandestinas, realizando discursos.



Figura 11 The Arsenal, Diego Rivera (DIEGO RIVERA, 1928)

Seguindo esta linha analítica de Frida ter sim envolvimento político intenso, vejo neste retrato ela à frente de companheiras comunistas, de vermelho, em um quadro produzido para uma série do Ministério da Educação, cujo mote era Balada da Revolução Proletária. Ela, distribuindo armas, destaca-se na imagem com uma aparência para a época *masculina*, de cabelo curto, com uma camisa também *masculina* – uma heroína política, segundo Herrera, porém também “uma companheira adequada para um líder comunista”. Este líder seria Diego. Discordo dela, uma vez que ela não me parece no quadro uma companheira de alguém, mas sim a própria líder comunista!

Frida afirma que era muito comum pessoas portarem armas na época em que Modotti organizava festas semanais frequentadas por artistas e vanguardistas. As pessoas saíam nas ruas atirando em postes de luz e se colocando em problemas. Frida afirma que o encontro com Diego depois de tantos anos após a Preparatoria ocorreu em uma destas festas quando ele atirou em um fonógrafo. Ela diz que então *começou a se interessar muito por ele, apesar do medo que sentia dele*. Diego conta que elas se conheceram quando ele estava fazendo uma pintura no Ministério da Educação, quando Frida o pede para descer do andaime e fala “eu não vim aqui por diversão. Eu tenho que trabalhar para ganhar meu sustento. Eu fiz algumas pinturas que gostaria que você

olhasse profissionalmente. Eu quero uma opinião absolutamente direta, porque eu não posso me dar ao luxo de continuar somente para apaziguar minha vaidade." Ele conta que as telas o impressionaram pela energia de expressão, pela delimitação precisa dos traços e uma verdadeira seriedade. Ela viu a expressão de perplexidade em seu rosto e pediu uma opinião de um homem sério: não havia ido ali para receber elogios. A história que Diego mesmo conta difere daquelas que Frida ou outras pessoas contam: ela chegou para ele e pediu uma opinião sincera, séria, uma vez que as amigas dele alertaram-na que se ele gostasse um pouco de seu trabalho ele já iria ser todo elogios e honrarias. No momento que ela falou seu nome, Diego se lembra de ter escutado Toledano, diretor na época da Preparatória, reclamando de uma menina que ela líder de um grupo de delinquentes juvenis cujas atitudes quase o fizeram renunciar o cargo. Sendo convidado a ver seus trabalhos em sua casa, Diego foi até Coyoacán logo depois que conversaram, quando ele prontamente se apaixonou, segundo ele. Então, começou a flertar com ela e logo eles se beijaram. Ela com somente vinte e um anos, ele com mais de quarenta. Seu pai o chamou para perguntar se ele estava interessado nela, e ele afirmou que sim. Guilherme Kalo disse: ela é o diabo. Ele disse: eu sei. Mulher com vontade própria, dedicação, trabalhadora, dedicada, enfrentando dores, pessoas acusando-a de mentir, de ser libertina, de se envolver com outros homens, de diabo: sim, ela era impossível para aqueles homens da época.

Enquanto Diego pintava seus retratos de criança estereotipados, fazendo-as parecer *fofas*, Frida tem em suas pinturas infantis uma fidelidade aos detalhes, uma atenção redobrada às mensagens históricas de cada personagem: crianças pobres sendo pintadas com vestidos os melhores que podiam ter, mostrando o orgulho delas em ser quem eram; penetrando nos detalhes particulares, nas roupas, faces, a vida individual. O particular é público, é político. Se eu penso assim, vejo o trabalho dela da individualidade de cada pessoa como um ato político, um retrato fiel dos detalhes que cada uma coloca como resistência, ou como reprodução, de sua época. É no detalhe que mora a capilarização das relações de poder nas indivíduos, onde o saber-poder se materializa: no corpo social. (FOUCAULT, 1983)

Na obra *The Bus* (figura 12), Frida pinta um retrato da sociedade, preocupada que estava com questões de classe e econômicas, para além dela mesma: uma fileira de pessoas, uma matrona

“gorda”⁴⁰ de classe média-baixa com uma cesta de compras feita de palha; um trabalhador com uma chave inglesa na mão, vestido de macacão jeans e blusa azul; no centro uma mãe índia amamentando sua criança envolta em um *rebozo* amarelo-mostarda; ao seu lado está um garoto apoiado em seus joelhos olhando para fora pela janela; à sua esquerda um homem mais velho portando um chapéu de classe, com olhos azuis e um pequeno saco de moedas, o que muito lembra um *gringo* capitalista; e, por última, uma mulher cheia de luxo com uma echarpe esvoaçante, com compostura de alta-burguesia, com um pequeno caderno de couro ao seu lado. Uma representação das classes e das mexicanas de seu tempo, regadas a chaminés de fábricas, ruas arborizadas e o cenário de madeira de um ônibus comum.



Figura 12 The Bus, Frida Kahlo (1929)

Quando Frida contou de seu noivado para Jesús Ríos y Valles, ele respondeu “Case com ele, porque você vai ser mulher de Diego Rivera, que é um gênio.”. Outras amigas afirmaram que ele era um velho muito feio, atônitos com o fato de ela trocar Alejandro, um jovem lindo, por ele. Baltasar Dromundo descreve “No tempo que ela se envolveu com Rivera, sua relação com Alejandro já havia se diluído. Ela estava atraída pela fama de Diego. Onde Alejandro cobriria Frida de flores, Diego pegaria ele a beijaria.”. Matilde, sua mãe, foi quem se opôs a ela se casar com um

⁴⁰ Frida expressou duas ou três vezes julgamentos a pessoas gordas da sociedade, pelo que vi em suas cartas de quando era mais nova. Por isso, retrato aqui esta mulher com este adjetivo, a fim de usar discursos da época da artista e da sociedade em geral, a qual não via com bons olhos pessoas que não estivessem com baixo peso.

feito, gordo, de quarenta e dois anos de idade, comunista e ateu, não importasse quão rico ele era. Ela tentou de tudo para que isto não acontecesse. O pai, Herrera afirma, só aceitou porque Diego tinha dinheiro suficiente para ajuda-los na situação complicada em que se encontravam. Eu vejo, pelo que Frida falava e como ela se empenhava em trabalhar e ganhar dinheiro, além de saber de seu talento, que ela se envolveu por vontade própria e desejo, casando-se em agosto de 1929: "Aos dezessete anos quando eu me apaixonei por Diego, e meus pais não gostaram porque Diego era um Comunista e porque eles falaram que ele parecia um Brueghel muito, muito, muito gordo. Eles falaram que era como um casamento entre um elefante e uma pomba." Ela foi a última das filhas a se casar, possivelmente tarde para os padrões da época. Ninguém foi ao casamento, somente seu pai, o qual muito empolgado levantou no meio e afirmou "Gentleman, é verdade que nós não estávamos atuando?". Ela apareceu na foto do casamento publicada no jornal da época com seu cigarro na mão: resistência, ao meu ver. Diego, na festa à noite, ficou bêbado, segundo ela, quebrou o dedo de um homem, brigou com Frida, deixou-a chorando e só foi busca-la alguns dias depois para se mudarem. Violento, *macho*, relações de poder machistas.

Diego após o casamento começou a enfrentar problemas no Partido Comunista, por perseguição stalinista. Começaram a acusa-lo de pintar os murais com o símbolo da Revolução Russa para o governo, fazendo com que este parecesse mais liberal e tolerante aos olhos públicos. Além disto, ele fazia amizades em todos os tipos de grupo de esquerda, o que era visto com olhos de desconfiança. Baltasar Dromundo descreve a cena de quando Diego presidiu sua própria expulsão do partido:

"Diego chegou, sentou, e tirou a larga pistola e colocou na mesa. Ele então colocou um lenço sobre a pistola, e disse: 'Eu, Diego Rivera, secretário geral do partido Comunista Mexicano, acuso o pintor Diego Rivera de colaborar com o governo pequeno-burguês do México e de ter aceitado a comissão para pintar a escadaria do Palácio Nacional do México. Isso contradiz a política do Comintern e assim sendo o pintor Diego Rivera deveria ser expulso do partido Comunista pelo secretário geral do partido comunista, Diego Rivera.'. Diego se declarou expulso, levantou, removeu o lenço, pegou a pistola, e quebrou. Ela era feita de argila."

O pintor continuou comunista, e este tema continuou sendo a principal base de suas obras. Ele foi rechaçado muito por isso, pela mídia, pelas suas companheiras. Tina Modotti, inclusive, afirmou "Eu acho que ele sair do partido vai fazer mais mal a ele do que ao partido. Ele será considerado um traidor. Eu não preciso adicionar que eu vou passar a vê-lo desta maneira também, e a partir de hoje meus contatos com ele serão limitados pelas nossas transações fotográficas."

Ele era *macho*, violento, talvez tenha assediado Frida no começo do relacionamento, não sei⁴¹. Porém, ele resistiu ao discurso do partido comunista na época mostrando que não há estruturas rígidas, oposições ou verdades únicas. Por mais que fosse de esquerda, ele conversava com diferentes grupos, diferentes pessoas. Ele era reprodutor e resistente das relações de poder de sua época, tanto na parte onde havia luta anti-normatividade, como era dentro desse partido, mas também nas suas relações pessoais, como com Frida, Modotti e suas companheiras de movimento. Os discursos nos quais ele estava colocado na esquerda foram violentos em um momento com ele, quando decidira pintar os murais para o governo e viver de sua arte. Ao mesmo tempo, ele havia sido violento com a esposa em diversos momentos. Este parágrafo me compele a pensar que sujeitas são sujeitadas e objetivadas pelos discursos e práticas do local e tempo onde vivem, mas quem também possuem uma ética própria de resistência. O que não cabe é essencializar, definir as pessoas enquanto um adjetivo, uma profissão, uma normatividade. Somos processo, (in)divíduas, divisíveis em nosso processo de nos compor diariamente. E relações de poder materializam-no, assim como materializam o Estado, o conhecimento, as normas e as instituições.

Aos que afirmam que Frida seguiu Diego, acredito que ela tenha ido com ele acompanhando. Primeiro, porque na época era difícil ganhar dinheiro enquanto mulher artista, como falei na parte sobre o muralismo. Segundo, porque ela tinha suas debilidades de saúde que a preveniam de estar sempre saindo ou caminhando por si própria. Terceiro, talvez, por admiração ao trabalho de Diego. Não que ela não se interessasse por política, por arte, ou pelo Estado. Ela pintava sim sobre estas coisas. Porém, agora casada, ela dividia momentos com alguém que era mais que amante, era amigo com quem conversava, compartilhava ideias e uma vida. Gostaria de ver sendo falado como Frida impactou a vida de Diego, o qual passou a também pintá-la em vários de seus quadros, assim como a adotar suas ideias. Não que ela estivesse sendo sustentada por ele: o pintor não teria tido condições de continuar pintando tanto, de ter o ritmo de super-horas de trabalho que tinha se não houvesse mulheres fazendo comida para ele, se não houvesse sua agora esposa acompanhando-o ao andaime, fazendo-lhe companhia, dando-lhe suporte. Herrera mesmo comenta: “Ser casada com Diego era um trabalho em tempo integral.”. Ela também saiu do partido comunista, claro, para

⁴¹ Na biografia de Frida, Herrera comente que Diego começou a frequentar a casa de Frida e a bajulá-la depois que a artista foi pedir sua opinião sobre seus quadros. Não há como saber se ele tentou beijá-la e ela foi aquiescendo, ou se desejou de volta.

apoiá-lo. Nenhum dos dois deixou de ser comunistas. Porém, mais do que companheira, ela acreditava no estilo de vida comunista de Diego porque também era o seu, e por isso saíram ambos. Não por segui-lo e não ter própria opinião: não há problemas em se compartilhar da opinião de alguém tão próximo e tomar decisões juntas. Relações de poder criadas na escrita da biografia de ambos deixam ver claro a reprodução dos discursos machistas sobre estas vidas. Herrera escreve: "Ele valorizada seu [de Frida] criticismo, porque ela era rápida em detectar falsidade ou pretensão na arte como nas pessoas, e com o passar dos anos ele veio a depender mais e mais de seus julgamentos."

Outra resistência de Frida que pude perceber está na relação com Lupe Marín, ex-esposa de Diego. Com alguns casos contados de agressão verbal e física desta para com a artista, as duas depois do casamento começam a conviver e tornam-se mais próximas. Digo isso porque Lupe foi à nova casa e ensinou Frida a cozinhar o que Diego mais gostava, para o que Kahlo retribuiu com um retrato pintado dela. Ela já não reproduzindo mais discursos de comparação e disputa entre mulheres, começa a conviver de forma mais harmoniosa neste momento. Vejo isto como uma resistência às relações interpessoais da época. Porém, como não somos lineares e não evoluímos ao longo do tempo necessariamente (refuto aqui o iluminismo ou a linha histórico-evolutiva), ela teve momentos depois deste de reprodução do discurso de julgamento às mulheres.

Afirma-se que Frida adorava Diego e o pivot de sua existência era seu desejo de ser uma boa esposa para ele. Porém, quando vejo que ela manteve seu nome de solteira, que ela se manteve pintando, além de critica-lo diversas vezes, duvido desta relação de poder na qual ela poderia ter reproduzido inteiramente o discurso da época de boa esposa e dedicada. Vejo resistências intensas nela à normatividade da época: ela dizia não poder se importar menos com as suas traições; ela se envolvia com outras pessoas, homens e mulheres; ela manteve seu nome de solteira em uma época em que a mulher não podia nem ao menos votar. Frida, inclusive, não viveu para ver a possibilidade de mulheres votarem em eleições nacionais. O discurso normatizado de Frida é que Diego gostava de mulheres independentes, fortes, e que ele a incentivou a ser assim. Porém, quando li sobre sua infância, vi uma outra imagem: uma menina que desde nova buscou seu sustenta, desde jovem foi atrás de ter sua arte reconhecida, sem necessitar que um marido lhe proporcionasse ou a incentivasse a isso. Claro, seu pai teve papel importante em despertar seu desejo por arte, em apresenta-la para possíveis empregadoras e Diego com certeza teve seu papel em incentiva-la

também. Porém, isto não foi proporcionado por ele, foi catalisado somente. O pintor, inclusive, não abria porta de carro para ela, construiu duas casas separadas por uma ponte para ambos. Vejo isto como uma resistência dele ao modelo de casamento da época, o que pode ser também uma resistência de Frida, apesar da violência que deve ter sido muitas vezes ela sustentar um estilo de vida não aceito pela sociedade.

Bertram Wolfe, na biografia de Diego, afirma que “Para Diego, Frida vinha em primeiro depois de sua pintura e depois de sua dramatização de sua vida como uma sucessão de contos, mas para ela, ele ocupava o primeiro lugar, mesmo antes de sua arte.”. Eu já discordo diametralmente, uma vez que a arte de Frida, para mim, era parte dela. Ela não possuía essa separação cartesiana de sujeita e objeto, de mente e corpo, de discurso e prática. Ela era amalgama de sua obra. Assim como para mim, Diego também era. Ele pintava o que sentia sobre a política, sobre a sociedade, sobre a sua época. Ela também, porém à mulher era dito frequentemente primeiro que deveria se preocupar com o amor, com a aceitação de um homem e um casamento. Talvez por isso seu envolvimento tenha sido maior com os sentimentos, dando transparecer que Diego estava acima de tudo. Porém, não consigo ver onde ler e entender isto desta maneira, a não ser se interpretarmos a realidade através de relações de poder machistas que pintam as mulheres sempre subordinadas.

Diego precisa ser desconstruído também. Para além de *macho*, ele dizia que Frida era tudo em sua vida. Escrevia cartas apaixonadas, tratava-a com muito sentimento. Ele também era extremamente sentimental, se formos olhar por este ângulo. Para além disto, Frida tinha muitos processos de resistência, como reitero constantemente nesta minha dissertação.

Em relação à identidade mexicana, sua identificação identitária era de *mestiza*, em certas práticas, de *indigenista*, em outras. Ela reproduzia o discurso romântico indigenista, pelo qual as pessoas a partir de uma distância segura das indígenas de populações distantes as valorizavam, pintando-as, falando sobre elas, ensinando nas escolas, tentando fazer políticas públicas no sentido de valorizar sua cultura. Porém, ela passou a reproduzir já em fase mais avançada, depois de ter contato com as políticas de Vasconcelos na escola, as quais surgiram na década de 1920, com livros como os que já citei. Porém, falava já adulta com orgulho que uma indígena que a amamentava tinha o bico de seus seios lavados “toda vez que ela ia mamar”. Discurso violento em relação à mulher indígena. Porém, ao mesmo tempo esta babá foi tema de muito de seus quadros, como *My Nurse and I* (1937) (figura 13), quando já começou a ser perpassada por discursos

resistentes em relação à desvalorização da cultura indígena. Neste ponto, ao meu ver, vem a maior resistência de Frida às relações de poder de sua época: ela passou a utilizar muitas roupas das mulheres do istmo de Tehuantepec, uma vez que as lendas discursadas sobre estas congregaram uma fama de:

"[...]beleza, imponência, sensualidade, inteligência, bravura e força. A cultura popular sobre esta tribo contava que era uma sociedade matriarcal, na qual mulheres conduziam os mercados, lidavam com questões fiscais, e dominavam os homens. E os vestuários eram encantadores: uma blusa bordada e uma saia longa, geralmente de veludo roxo ou vermelho, com um ruffle de algodão branco na bainha. Os acessórios incluem longas correntes de ouro ou colares de moedas de ouro, que constituem o dote arduamente ganho de uma garota, e para ocasiões especiais, um arco de cabelo elaborado com pregas de renda engomada remanescente do trunfo elisabetano." (HERRERA, 2002, tradução minha)



Figura 13 My Nurse and I, Frida Kahlo (1937)

Agora, torna-se para mim impossível dizer que ela era *mestiza*, ou *indigenista*, sendo que não era uma definição que ela mesma colocou para si. Havia momentos que ela se vestia tal qual descrito acima, havia momentos que ela se vestia com roupas de couro, mais parecida à época da escola; ou ainda se vestia como os homens da época. Ainda mais, ela às vezes vestia “botas de couro do tipo usadas nas províncias no começo do século assim como pelas *soldaderas* que lutaram junto aos seus homens na Revolução Mexicana; por vezes quando posava para o fotógrafo Imogen Cunningham, ela se envolvia seu *rebozo* ao redor dela como uma *soldadera* " (*ibid*). Resistência

pode ser vista em todos estes momentos, ao meu ver, uma vez que havia padrões para as mulheres seguirem em suas roupas também. Utilizando formas de se vestir das mulheres que lutaram na Revolução, de indígenas de tribo matriarcal, de lendas de mulheres fortes, ou ainda como os homens da época mesmo. O fato de vê-la como uma divídua, alguém que não podemos definir por inteira, demonstra para mim uma questão filosófica: a normatividade é a principal relação de poder que nos perpassa. Vamos resistir e empoderar estas, porém para ninguém, mesmo às dominantes, é possível alcançar os padrões completamente, de maneira inteira. Somos fragmentadas, somos perpassadas a todo momento por práticas e discursos diferentes. Impossível seria nos afirmar enquanto uma coisa só, de uma maneira rígida: temos várias definições, somos um mosaico, não uma pintura perfeita. Herrera (*ibid*) concatena esse meu pensamento em um parágrafo:

“De fato, claro, Frida era uma garota da cidade, formada em uma burguesia, e mais tarde uma ‘alta-burguesia’, meio que não tinha nada a ver com a vida ‘simples’ do México Indígena. E não é improvável que para Frida, assim como para outras em seu meio que se vestiam com vestes Mexicanas, vestir-se de roupas camponesas tinha mais a ver com a noção de moda que a camponesa ou a Índia era mais terrestre e, portanto, mais profundamente sensual, mais ‘real’ que a sofisticação urbana. Ao vestir roupas nativas, mulheres declaravam a primazia de sua ligação com a natureza. As vestes eram uma máscara primitiva, liberando-as das restrições dos costumes burgueses. Havia também, claro, um fator político. Vestir roupas indígenas era uma forma de proclamar a aliança da *raza*.”

Diego ainda falava de Frida algo semelhante (*ibid*):

“Ela é uma pessoa cujos pensamentos e sentimentos são irrestritos por quaisquer limitações que lhes são impostas por falsas necessidades da conformidade social burguesa. Ela sente todas experiências profundamente, porque a sensibilidade de seu organismo ainda não foi atenuada pelo excesso de esforço ao longo de linhas que levaram à dissolução dessas faculdades inatas. Frida despreza os mecanismos e, portanto, tem a resiliência com que um organismo primitivo atende as experiências mais fortes e sempre variadas da vida sobre ele.”

5.5 Gringolândia

Diante da repressão à esquerda e aos muralistas, durante os anos de 1929 a 1934, quando pintar e fazer parte de partidos de esquerda eram resistência diante da violência direcionada a elas, Diego foi comissionado para pintar nos EUA, quando Frida o acompanhou. Ele havia se tornado uma celebridade neste país, devido à fama que o muralismo ganhou por lá. O discurso era de valorização tamanha que não se apercebia os motivos de suas pinturas: comunismo, martelos e foices vermelhos e pretos, e retratos insultantes de capitalistas conhecidos na época. Era a arte

proletária sendo financiada por capitalistas. Apesar de que aceitar essas comissões fez com que Diego se expulsasse do partido, ele conseguiu trazer visibilidade de saber-poder esquerdista, ligado ao marxismo. “Afinal, Lenin não havia aconselhado os revolucionários de se erguerem a partir de dentro? E como fazer isto melhor do que no país que era ambas a vanguarda da máquina do tempo e, no início da Grande Depressão, aparentemente maduro para uma revolução?” (*ibid*) Diego resistiu muito tanto ao discurso capitalista como comunista, afirmando que arte era propaganda, e que ele faria propaganda comunista.

Chamou-me a atenção que durante sua estadia nos EUA, quando na casa das amigas Lucile Blanch, pintora, e seu marido Arnold Blanch, Frida não falava sobre pintura com ela. Ambas eram artistas e conversavam somente sobre *coisas de garotas*, como Lucile comenta. “Frida não se colocava como artista. Frida e eu parecíamos duas meninas fofocando.”. Nesta época, apesar de ela achar a cidade e a baía de São Francisco *irresistíveis*, segundo suas palavras, ela disse não gostar particularmente “dos *gringos*. Eles são entediantes e todos eles têm rostos iguais a pães crus (principalmente as mulheres velhas)”. Diego gostava da nova aventura e estava rodeado de amigas para ajuda-lo, além do reconhecimento que ele tinha enquanto artista. Jornalistas perguntavam o que ele achava das coisas, porém não prestavam atenção em Frida. Albert Bender, amigo do casal, conseguiu permissão para Rivera entrar nos EUA, apesar de ele ter tido seu visto recusado anteriormente por ser comunista. Este é um fato a meu ver de resistência, principalmente à soberania do Estado, por parte do amigo de Diego. Já Frida reproduzia aquela imagem das *gringas* já expostas antes no capítulo anterior no meio de convivência da esquerda política do país, o qual discursava as *gringas* como capitalistas e imperialistas, principalmente as americanas. Neste ponto, vejo que ela reproduzia o discurso de identidade nacional e de Estado, no qual todas as pessoas que viviam naquele pedaço de terra demarcado fossem iguais. Porém, ela tinha suas amigas lá e, contradizendo Lucile, ela muito pintou nesta época, evoluindo a qualidade de seus quadros e buscando também seu espaço, trabalhando para conseguir uma exposição em Nova York e vendendo algumas de suas obras. Em uma carta ao Dr. Eloesser, o qual ela agradeceu muito e tinha admiração, ela deixa transparecer essa resistência ao discurso sobre as *gringas* exaltando-o, mas ao mesmo tempo reproduzindo o julgamento em relação a elas, as visões de Estado ontológico e a negatividade sobre o México neste trecho (*ibid*):

“O México está como sempre, desorganizado e deixado ao diabo, a única coisa que o mantém é a beleza de

suas terras e dos Índios. Cada dia a feiura dos Estados Unidos rouba um pedaço do país, é uma coisa triste mas as pessoas têm que comer e não podemos mudar o fato que grandes peixes comem os menores."

Retornando um pouco ao fato de afirmarem Frida não se importar por política, reproduzo a carta dela ao Dr. Eloesser (médico que a cuidou enquanto nos EUA, ambos se tornaram amigos), no qual ela deixa transparecer preocupação – neste caso, política primeiramente – com a desigualdade social dos EUA (*ibid*):

"A alta sociedade aqui me desestimula e eu sinto um pouco de raiva de todos esses garotos ricos aqui, uma vez que eu vi milhares de pessoas na mais terrível das misérias sem nada para comer e sem lugar para dormir, isto é o que mais me impressionou aqui, e é aterrorizante ver os ricos fazendo festas dia e noite enquanto milhares e milhares de pessoas estão morrendo de fome... Apesar de eu estar muito interessada no desenvolvimento industrial e mecânico dos Estados Unidos, eu acho que os americanos não têm sensibilidade e bom gosto."

Aqui eu vejo uma reprodução do Estado enquanto ente ontológico e a comunidade imaginada de Anderson, uma vez que ela descreve o país a partir das pessoas ricas com as quais ela convivia, sendo que provavelmente elas representavam uma percentagem da população muito pequena. Além disto, as relações de poder nas quais ela estava perpassada no México eram outras, com amigas mais próximas e de cunho intelectual resistente, de uma massa de pessoas mais simples, mais ligadas à cultura indígena, enquanto nos EUA ela estava envolta de relações de poder nas quais ela era vista como mexicana, excêntrica, estando num ambiente onde a condição socioeconômica era outra.

Uma outra forma de envolvimento político esteve presente na vida de Frida quando ela engravidou. Ela tentou engravidar, de fato, mais de cinco vezes. Foram duas vezes durante sua moradia nos EUA, nas quais ambas ela abortou, uma cirurgicamente, a outra espontaneamente. Aborto era proibido na época por lei. Tomar esta decisão de abortar, mesmo que por motivos de saúde, era uma atitude resistente e política, como vejo atualmente. Para mais disto, ela começou nesta fase a pintar o corpo nu feminino, com uma riqueza de detalhes, sangue e objetos que somente uma mulher poderia pintar naquela época. Era um retrato com muito poder feminino, com uma exaltação do corpo e do sofrimento que geram o aborto, tratando de maneira aberta este tema. Expondo o sangue, a tragédia e a dor que isto causa. Faço um paralelo com os dias atuais. Somente neste ano, 2017, uma empresa de absorventes femininos na Inglaterra decidiu retratar o sangue com a cor vermelha em suas propagandas, o que antes era retratado com cor azul. Se atualmente, em um país com conhecido movimento feminista e direitos para as mulheres, somente agora

pensaram em começar a retratar a menstruação, ou o sangue feminino, de maneira fiel, quiçá na época de Frida. Por isto, vejo uma resistência tão intensa em seus quadros que mostram o corpo da mulher e seu sangue: *Henry Ford Hospital* (1932a), *Frida and the Abortion* (1932b), *Frida and the Cesarean Operation* (1932c) (Figuras 14, 15 e 16)

Outrossim, ela retrata muito a questão da fertilidade e procriação. Tendo um desejo intenso por ter um filho⁴², ela reproduz o discurso da época de que mulher deve ser mãe, deve se casar e ter filhas, principalmente para manter o marido em um compromisso. Ela chegou a afirmar que gostaria de ter tido filho para segurá-lo. Porém, mais que isto, ela desejava a maternidade. Resistia tendo aceitado um aborto para garantir sua saúde, mas com o tempo sucumbiu à vontade de gerar uma criança. Neste ponto, vejo reprodução das relações de poder também por não ter pensado em adotar uma e por Diego já ter tido filhas se recusar a ter mais, uma vez que ela queria.



Figura 14 Henry Ford Hospital, Frida Kahlo (1932a)

⁴² Não está no masculino porque ela deliberadamente afirma que queria um *Dieguito*.



Figura 15 Frida and the Abortion, 1932, Frida Kahlo (1932b)



Figura 16 Frida and the Cesarean Operation, Frida Kahlo (1932c)

Frida tinha sua reprodução das relações de poder da época, principalmente na vida “privada” do casamento. Como Cynthia Enloe abarca em seu livro *Bananas, Beaches and Bases*, as relações patriarcais só se sustentam pelo que eu chamaria de tecnologias de submissão. Frida passava todos os dias no local de trabalho de Diego para levar seu almoço. Acompanhava-o. Quando ele teve seu mural destruído por Nelson Rockefeller, em 1933, ele contou com o apoio dela, a qual esteve ao seu lado, escrevendo cartas, aguentando seu mal-humor e dando-lhe confiança emocional. Ela também se beneficiou do sustento financeiro de seu trabalho, passando dias a ir ao cinema, lendo e não pintando. Porém, como as relações de poder são complexas, vejo uma subjetivação enquanto dona de casa que viria muito da sua vivência no México, porque neste meio que ela vivia nos EUA estava cercada de artistas mulheres que trabalhavam incessantemente, as quais poderia ter sido uma nova forma de subjetivação resistente para ela. Nesta reflexão, reforço o realismo da analítica de relações de poder, no qual não defino quem Frida era ou o papel único que teve. Ela era materialização da época em que viveu, assim como resistência em diversos momentos, inclusive dentro da sua relação com Diego. Sem medo de falar o que pensava ou de ser considerada pornográfica, ela desafiava a moralidade da época. Contudo, quando estava com

Diego, aceitava estar triste e desmotivada pelas suas traições, reproduzindo o papel da mulher de ficar em casa, cuidar da comida, das tarefas e dar suporte ao marido. Este contexto é descrito no ano de 1933 enquanto ambos estavam no exterior.

Neste último ano de estadia no exterior, Frida começa a mudar seu discurso sobre o país. Ela afirma que nos EUA Diego era respeitado. Mesmo que discordassem de seu trabalho, não lhe difamavam, não lhe falavam obscenidades e, principalmente, não rasgavam ou sujavam suas obras depois de prontas. A artista sentiu que ele tinha espaço na sociedade também, podendo circular em espaços diferentes. Porém, como a analítica das relações não aponta para uma verdade única, ela continuava a resistir ao discurso de valorização e superioridade das americanas, trazendo o lado bom do humor mexicano, apesar de serem os estereótipos de ladras, filhas da puta, cabrões. Ela queria a liberdade de não ser definida pela normatividade, de não ser *alguém*. Ela não se importava se alguém era importante ou não aos olhos da sociedade, só queria a lealdade das pessoas independente do que como as definiam. Há relatos de que a casa dela e de Diego nos EUA era sempre aberta a todos, sem distinção, desde capitalistas às pessoas mais pobres. Frida resistiu, em sua ética, a não se tornar uma indivíduo, ou alguém que a sociedade valorizasse por atingir os padrões: ela escolheu ser alguém sendo qualquer pessoa indefinida. Frida escreveu (*ibid*):

“Por outro lado, e esta é minha opinião pessoal, apesar de eu compreender as vantagens dos EUA para qualquer trabalho ou atividade, eu não gosto dos gringos com todas as suas qualidades e defeitos que são muito bons, sua maneira de ser, seu puritanismo repugnante, seus sermões Protestantes sua pretensão sem fim, a forma como todo mundo deve ser ‘muito decente’ e ‘muito próprio’ parece a mim bastante estúpido. Eu sei que as pessoas aqui são ladrões, hijos de la chingada, cabrones, etc. etc. porém eu não sei porque, eles fazem até as piores coisas com um senso de humor, enquanto os gringos são sangrones por nascimento, apesar de serem muito respeitosos e decentes (?). [...] e é irritante que a coisa mais importante para qualquer um na Gringolândia é ter ambição, ser bem sucedido em se tornar ‘alguém’, e francamente eu não tenho mais a mínima ambição de ser alguém, eu desprezo a presunção e ser a gran caca não me interessa nenhum pouco.”

Neste ponto, foi interessante notar como ela reproduziu o Estado, demonstrou a materialização que o discurso e a prática da comunidade imaginada cria sujeitas, molda suas experiências. É uma teia de relações de poder que se cria a partir do discurso de um país, gerindo corpos, gerindo atitudes e pensamentos. Somos parte desta teia, reconstruindo e a deixando viver, porém podemos ver diversas resistências em suas penetrações. Estado, portanto, não é ente ontológico nem ator, são discursos e práticas que se materializam no corpo social, assim como cria no imaginário a concretude de ator internacional. Não nego aqui a materialidade do Estado, ele existe, porém não em concreto armado. Existe porque nós o fazemos existir, em coisas diferentes

do que por si próprio, como por exemplo nas práticas que foram criadas: formas de agir, formas de pensar, comidas, roupas, músicas, entre outras expressões; assim como nos discursos: "as brasileiras são de tal maneira", "nós gostamos disso", "nós demarcamos o território brasileiro", "nós temos tal quantidade de pessoas no território", as leis, as demarcações, os tratados, entre outros.

Portanto, quando falam sobre o quadro *My Dress Hangs There* (1933) (Figura 17) como um quadro emocional, o qual expressava seus sentimentos, vejo um ato político. Primeiramente, ela discorda de Diego quando este afirma que Mae West era o ideal de beleza americana. Frida a coloca em seu quadro ao lado de uma igreja com sinais de dólar \$ na janela, porque ela também representava valores falsos, luxúria, a valorização exacerbada do glamour, a suntuosidade e o capitalismo exacerbado. Ela era de esquerda comunista em todo o seu discurso e prática. Seu saber era político esquerdista. No quadro, ela demonstra as massas sofrendo, o dinheiro que não é revertido para a população, apesar de as bolsas de valores estarem ganhando milhões. Um vestido é colocado como representação, trazendo o lado político das vestimentas: vestir-se é um ato político. Pode-se exercer legitimidade pela roupa, ser julgado pela roupa, não ser possível entrar em prédios públicos devido a indiscrição de uma vestimenta, pode-se ser definido enquanto alguém importante, pode-se não ser deixado entrar em um país, são tantas consequências quanto eu poderia narrar aqui. Representá-la enquanto o vestido que não combina com aquela paisagem materialista e que já não se encontra mais lá, mas havia retornado sujeita ao México, foi um ato de resistência, mostrando a valorização da roupa para si mesma, porém ao mesmo tempo era uma materialização de todas as relações de poder criadas por um Estado. Como afirma Corrine Andersen (2009, tradução minha):

“Embora Kahlo tenha pintado seus auto-retratos em uma escala muito menor do que os murais grandiosos, não se pode descrever sua arte como menos política do que os muralistas. Muitas pinturas de Kahlo demonstram temas anti-materialistas, anti-imperialistas e especificamente anti-EUA. Por exemplo, o *My Dress Kahlo's Hangs There* (1933) fornece uma crítica da América do Norte industrializada.”

Assim como os muralistas, Frida estava produzindo suas pinturas durante um período de auto-examinação cultural, social e nacional. Artistas e políticas debatiam como o passado cultural do México se relacionava com um futuro no qual a unificação desejada entre propósito e poder seria crucial caso o país quisesse se tornar um líder político e intelectual em uma arena cada vez mais internacional. “Sua pintura *My Dress Hangs There* inclui referências às relações complexas

entre o passado e o presente, as culturas indígena e capitalista, e a exploração do trabalho e poder corporativo/industrial [...]” (2011, tradução minha). Estas filosofias políticas estavam intrincadas no desenvolvimento histórico de visões pós-revolucionárias conflitantes. A forma como o vestido dela fica suspenso em meio ao caos americano pode ser visto como referência à contínua separação racial e à opressão capitalista do proletariado. Na América Latina, este distanciamento da indumentária poderia refletir as divisões econômicas e geográficas entre europeias, isoladas nas cidades, e às índias, a quem a natureza é relegada. (SCHAEFER, 1992) Em relação às índias, o vestido Tehuano suspenso entre as duas colunas centrais ganha importância no pós-revolução devido à sua idealização do passado cultural do país, como explica Lindauer (2011, tradução minha):

“As mulheres de Tehuantepec mantinham um estatuto mítico entre indigenistas pós-revolucionários que idealizavam o passado cultural do México. Uma narrativa popular conta como as mulheres de Tehuantepec mantiveram sua estrutura social matriarcal tradicional em que as mulheres ocupavam posições econômicas e políticas primárias. Em outras palavras, de acordo com o mito, elas representavam um passado que escapara do domínio europeu, sustentando assim uma sociedade mexicana 'verdadeira', não corrompida. Esse passado estava vivo no Istmo de Tehuantepec, e foi trazido para o México urbano após a revolução quando se tornou moda para as mulheres vestirem roupas Tehuana.”

Apesar de ela reproduzir esse passado pré-colombiano de Tehuantepec, a visão política de Kahlo nada tinha de otimista em relação à cultura pré-hispânica do México ou à era pós-revolução. Não havia uma essência celebratória no nacionalismo de Frida. Além do mais, uma estrutura nacional única (proposta por Lázaro Cárdenas, presidente a partir de 1934), obliterava as diferenças entre os diferentes povos indígenas e suas desigualdades perante a sociedade burguesa mexicana. A ideia de uma única identidade ou uma única sujeita Mexicana, na verdade, não condiz com a materialização das sujeitas. Frida, assim como em geral as (in)divíduas do país, não possuíam uma identificação universal, até porque identidades nacionais são politicamente criadas através de discursos, através do simbólico. Bartra (1992, tradução minha) explica:

“A ideia de que um sujeito único, "o mexicano", existe na história nacional é uma ilusão poderosa e coesa; as versões estruturalistas ou funcionalistas, que se concentram menos no meio mexicano como sujeito e mais no texto específico do mexicano, também fazem parte dos processos culturais da legitimação política do estado moderno. A definição de 'o mexicano' é mais uma descrição de como ele está dominado e, acima de tudo, como a exploração é legitimada.”

Uma vez que a definição de “mexicana” não passa de uma tecnologia política legitimada que universaliza (in)divíduas sob uma suposta nacionalidade, vejo a reprodução deste discurso em Frida. Ela se retratava por vezes com vestidos europeus, por vezes com vestidos Tehuanos, por

vezes com a bandeira mexicana em sua mão, por vezes como comunista. Universalizar a subjetividade de qualquer (in)divídua torna-se extremamente complicado ao suprimir as suas complexidades. Carroll (2015, tradução minha) confere maior suporte a este argumento ao afirmar que “[...]a idéia de que a cultura nacional pode ser definida é mais instrumental para a capacidade do Estado de manter o controle sobre seus cidadãos do que em unificar a população”. Ela salienta que imagens são construídas para reforçar perspectivas culturais hierarquizantes que “ainda estabelecem que o Estado tem uma história de excluir características dos setores da população que são considerados indesejáveis ou contraproducentes para sua missão” (*idem*) Sob este debate, percebo o porquê da tratativa do indigenismo como única visão nacional dominante na época em que Frida pintou este quadro ser problemática: precisava-se criar um discurso dominante para gerar sentimento de união, de uma comunidade imaginada, a qual pudesse dar legitimidade às práticas, por exemplo, de conceder visto, de defender fronteiras, de se ter um exército nacional, entre outras.



Figura 17 My Dress Hangs There, Frida Kahlo (1933)

5.6 De volta ao México

De volta ao México, Frida se engaja mais na prática política. Pintou o quadro *A Few Small Nips* (1935) (Figura 18) da maneira realística que o fez porque no “México matar é bastante satisfatório e natural” (HERRERA, 2002, tradução minha). Esta era uma prática comum na época, como já comentado. Não que ela tivesse predileção ou gostasse de temas sangrentos por si mesma, mas ela reproduzia um contexto sanguinolento da época, onde além de as pessoas matarem com facilidade, ela havia visto no jornal a notícia de um assassinato que a impressionou. Gerry Souter e outras autoras que falaram sobre o quadro explicam que foi no contexto da traição de Diego com

sua irmã⁴³ que Frida pinta o quadro *Unos Cuantos Piquetitos*: “Toda essa disputa emocional resultou em pouca produção criativa da devastada Frida. Mas em 1935, a dor e o sofrimento acumulados produziram o mais horrível de suas pinturas de estilo retablo em metal. Ela pintou um assassinato [...]” (SOUTER, 2012 tradução minha). Porém, o fato é que ela havia lido sobre esta cena no jornal, onde o assassino confessa o crime e fala em frente ao júri que tinham sido *somente umas facadinhas*. O quadro citado é marcado por manchas de sangue inclusive em sua moldura. Há uma cama no centro onde um cadáver nu brutalmente assassinado repousa, acometido por facadas intensas. Somente no pé direito há um sapato, de salto alto preto, vestido de meia fina com um broche esmeralda preso ao seu calcanhar. Em pé e ao lado encontra-se seu assassino com um chapéu de feltro preto, uma camisa azul clara e um punhal na mão ambos ainda cobertos de sangue. Uma pomba negra e uma branca seguram, acima dos corpos, uma faixa escrita unos quantos piquetitos. Este assassinato de fato aconteceu e foi noticiado nos jornais, dando origem ao nome do quadro visto que a frase dita pelo assassino no julgamento diante do juiz foi pero sólo fueron Unos Cuantos Piquetitos!. (MORRISON; KAHLO, 2003)

⁴³ Logo que Diego e Frida retornam dos EUA, ele começa a se envolver sexualmente com a irmã mais nova dela, Cristina.

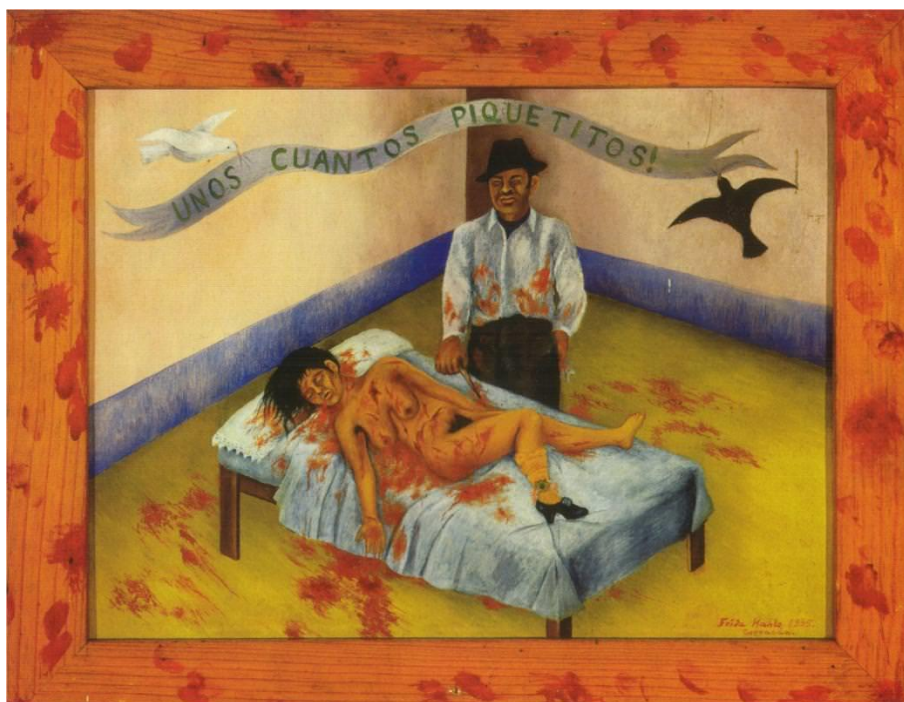


Figura 18 A Few Small Nips, Frida Kahlo (1935)

Na obra *Remembrance of the Open Wound* (1938) (Figura 19) acredito que esteja o auge da resistência de Frida às relações de poder da época. Tendo sido traída por Diego com sua própria irmã⁴⁴, ela começa a se questionar porque ficar tão triste com uma vontade dele de se envolver com outra pessoa. Em um ato de resistência, ela simplesmente vai viajar com as amigas para Nova York e volta renovada, decidida em retomar a relação e viver de maneira menos dogmática. Sem a pretensão de fidelidade amorosa em um casal, ela passa a expressar seus sentimentos em relação a isso de maneira mais franca e de mais aceitação. Desvencilhando-se da moral posta, ela busca empoderamento e desafios aos padrões estabelecidos. Nesta obra, ela esconde sua mão por baixo do vestido, afirmando a suas amigas que estava deliberadamente se masturbando. Além disto, ela mantém o olhar fixo para sua expectadora, sangrando sua perna com a saia levantada. Ato de quebra da mulher recatada que se esperava que fosse naqueles tempos. Em uma época que a mulher não podia votar, que ela havia sido acusada de mentir e de ser libertina durante a adolescência, ter

⁴⁴ Não vejo aqui traição como código moral. Acredito na traição entre o que elas, Diego e Frida, haviam combinado para a sua relação. Não há registro de uma conversa entre elas que tenha sido definido um relacionamento aberto. Portanto, havia traição de uma na palavra com a outra. Como Derrida fala em *Da Hospitalidade*, vejo a lealdade entre às pessoas como a lealdade que implode a ligação com as leis e normas como código máximo e norteador da vida.

uma atitude de provocação destas é para mim uma nova forma de vida, um desafio à normatividade.



Figura 19 Remembrance of the Wound, Frida Kahlo (1938)

Além disto, como já afirmei, a vida de Diego enquanto pintor só era possível porque Frida estava administrando a casa e suas finanças, para não contar seus almoços. Ela manejava o dinheiro, uma vez que ele falava ser *demasiada molestia* dar conta destes assuntos. Portanto, ela mantinha registros de todos os gastos em um livro de contabilidade, era responsável pelos gastos da casa, incluindo itens como pintura, salários das empregadas e serventes, entre várias outras coisas, como os ídolos mexicanos que ele adquiria como antiquarias. Outra forma de ver como Frida administrava a vida de Diego e era fundamental para seu trabalho, quando ela começou a ter *affairs* com outros homens, ele passou a carregar sua arma para todos os lugares, chantagear mais as pessoas e inclusive ir atrás deles ameaçando suas vidas. O apoio emocional incondicional que ela havia dado anteriormente não estava mais presente, fazendo que com ele não conseguisse mais pintar tão frequentemente ou se tornar tão seguro de sua arte e opinião política.

Sobre as atitudes mais irreverentes dela a partir da volta dos EUA, ela começa a explorar sua bissexualidade. Tendo caso com mulheres, ela era apoiada por Diego neste ponto, pois ele não via como ameaça seu envolvimento com elas. Jean van Heijenoort, amigo dela, lembra que “sua lesbianidade não a fazia masculina. Ela era um tipo de efebo, *boyish* e enfaticamente feminina ao mesmo tempo”. Esta visão sobre lésbicas ou bissexuais da época está marcada pelos estereótipos, os quais ela quebrava não afirmando uma identidade única normativa, não gerando padrões a serem alcançados: mulher lésbica, mulher hétero, homem, ou qualquer outro gênero. Estes motivos inclusive foram pintados por ela, em uma expressão sexual e de entrega provavelmente incompreensíveis para os padrões morais da época, a não ser no meio artístico no qual ela vivia – *Two Nudes in the Forest* (1939) e *What the Water Gave Me* (1938) (Figuras 20 e 21, respectivamente). Para mim, o auge de sua pintura exaltando a anatomia da vagina, provavelmente empurrando os limites da moral da época, está em *Sun and Life* (1947) (Figura 22). Nesta obra, apesar de o sítio eletrônico dedicado a ela fridakahlo.org dizer que o sol está rodeado de pênis, vejo somente grandes lábios e mundos internos de uma mulher, com temas como a fertilidade e a concepção.



Figura 20 *Two Nudes in the Forest*, Frida Kahlo (1939b)



Figura 21 What the Water Gave Me, Frida Kahlo (1938b)



Figura 22 Sun and Life, Frida Kahlo (1947)

5.7 Palavras Finais sobre materializações em Frida Kahlo

Neste quinto capítulo, adentrei a biografia de Frida Kahlo buscando pensar como ela, no que é considerada feminista, vanguarda ou outra definição possível, na verdade era sujeita de seu tempo, assim como sujeita de sua ética de cuidado própria.

Delineei até seus 33 anos como os discursos sobre feminilidade, masculinidade, estado, heteronormatividade, a perpassaram e a materializaram enquanto mulher. Ao mesmo tempo, fui mostrando seus pedaços de resistência em cada um destes espaços.

Não considero o assunto aqui encerrado, nem definitivo, nem esgotado. Fiz uma análise no tanto que me foi possível no tempo que tive. Porém, na brevidade deste tempo, cheguei a reflexões que me foram muito interessantes para repensar as Relações Internacionais, as quais tratarei no próximo espaço de palavras finais da dissertação.

Porém, cabe ressaltar aqui que compreendi que Frida Kahlo não era feminista, comunista, ou uma definição específica. Ela era produto de seu tempo. Podemos toma-la destas maneiras para falar sobre sua resistência, porém ela não era só forte e ousada, de esquerda ou de vanguarda. Ela

reproduziu diversos discursos: comparava-se e disputava homens com outras mulheres; reproduziu o discurso religioso e de honra em relação às mulheres; quis casar e ter uma vida de dedicação ao marido; fazia almoço para ele todos os dias no começo do casamento e aceitava suas traições; deixou de pintar e trabalhar por algum tempo para acompanhá-lo. Apesar de todas as reproduções da normatividade estatal, da honra das relações de casamento e da mulher, ela resistiu em diversos momentos: utilizava roupas consideradas exóticas em diversos momentos, de uma tribo matriarcal que tinha um simbolismo muito forte de empoderamento feminino; quebrou a dualidade homem-mulher ao se pintar com roupas masculinas, tirar fotos com trajes masculinos, deixando o bigode crescer, assim como sua sobrancelha; ela desafiou os padrões de beleza da época; desafiou a heteronormatividade se envolvendo com outros homens, assim como com mulheres; trabalhou desde muito nova e buscou sustenta para ela e para a família; recusou afirmar que tinha dom natural ou uma natureza para a pintura, demonstrando como sua profissão veio da influência do ambiente que seu pai criou, de seu incentivo, assim como do acidente que sofreu; ela pintou quadros com a anatomia de genitálias, principalmente a de mulheres, com motivos sangrentos e sexuais, provocando os padrões da época, a mídia, jornalistas, assim como artistas também.

6. PALAVRAS FINAIS

Em uma linguagem (português) que possui distinção de plurais ou palavras genéricas por gênero, discutir o papel da escrita é fundamental. Escrever as palavras totalizantes (as quais se colocam no papel de falar por todos) no feminino é uma ética de cuidado minha para com o meu gênero. Apesar de eu não concordar que este me defina ou que gênero seja uma categoria ontológica, pela forma como as relações de poder nas quais estou imersa funcionam atualmente, utilizar meu gênero enquanto categoria como resistência se apresenta para mim como um conforto político.

Primeiro, minha escrita foi importante para eu conseguir leva a cabo esta dissertação. Dissociando-me da separação sujeita e objeto de pesquisa que é requerida no ambiente acadêmico brasileiro, quebrei um limite, uma fronteira, que foi necessária para ser coerente com o que penso e com o que estudo. Afetei-me com o que escrevi, com o que li, e fui subjetivada por estes saberes tanto quanto subjetivei esta escrita. Escrever no feminino, outrossim, foi uma forma de resistência que me trouxe uma alternativa importante: senti-me representada pela primeira vez dentro do campo de RI e, mais ainda, dentro da área acadêmica de teoria.

Em meu projeto, o qual reproduzi aqui seu início, percebi que minha escrita estava completamente diferente ainda. Lembro-me do incomodo que isto me gerava, uma vez que eu pensava: pessoal é político, minha vida é política, assim como o que eu penso e escrevo. E não há separação: aquilo que eu falo é uma reflexão minha sobre tudo que me atravessa, que me perpassa. Portanto, por que escrever em terceira pessoa? Meu projeto, além disto, traz uma base metodológica que permite compreender de onde eu parti para escrever esta dissertação. Delimitei o que eram saberes, poderes e ética do cuidado de si, a partir do que eu consegui ler e entender. Dentro da minha percepção, concretizei o que para mim era o Estado, tirando o da categoria ontológico e colocando-o nas nossas práticas e discurso. Neste caso, assassinei o Estado enquanto ente, para trazê-lo enquanto estrutura que nos perpassa e se forma através de nós, pessoas.

Percebendo que a normatividade do Estado nos subjetiva e objetiva, escrevi o terceiro capítulo expondo como o discurso estatal nas RI traz saberes-poderes masculinos, de padrões bem estabelecidos e verdades concretas. Foi-me apresentada a verdade de que Estado existia, possuía

interesses, era autocentrado, um ator, cuja história era contada a partir dos homens fortes, leais, assim como a partir de um contrato entre homens que poderiam ter uma natureza boa ou ruim, a depender do outro homem que falava. A bibliografia é rígida e é a mesma ao redor do Brasil, ao redor também dos continentes e dos anos. São saberes-poderes que se materializaram no longo-prazo: Frida, no começo do século XX, estudou na escola as mesmas autoras que eu estudei em sala de aula em ciência política. A ciência enrijecida: congelou no tempo aquilo que era a verdade estabelecida.

Desta forma, resisti neste capítulo mostrando que eu não me sinto representada por estes discursos. A não ser que o contrato social tivesse sido assinado também por mim, recuso-me a dizer que este deu início ao Estado. Este contrato pode, no máximo, ter dado início aos discursos e práticas que me definiriam enquanto nacional de um país; um número de registro para controle biopolítico; mulher que deve ter moral, bons costumes e honrá-lo; sujeita que não tem gosto pela política e não está apta para ser retratada na ciência política; sujeita silenciada na história das grandes narrativas.

Por isto, decidi nesta dissertação trabalhar a resistência e a reprodução de discursos e práticas, inclusive estatais, da vida de Frida Kahlo. Uma artista e sujeita política, vejo-a com admiração por toda a resistência que ela trouxe como novas formas de viver. Levando em conta o que Jacques Rancière (2005) fala em seu livro *A partilha do sensível*, a arte é a partilha do sensível na sociedade que surge do sentimento e da atividade políticas. Já não há mais a fronteira: arte é política.

Como forma minha de resistência e protesto, quis revisitar estes discursos da biografia de Kahlo e expor, colocar no palanque, as relações de poder na qual ela estava colocada, as formas como ela reproduziu discursos e práticas violentas, assim como resistiu também. Em todos os parágrafos desta reflexão final, minha abordagem é revisitar como entendi que Frida não era *isto* ou *aquilo*, rejeitando uma sua essencialização, buscando mostrar como ela era sujeita, objeto e materialização dos discursos e práticas de sua época: resistindo às normatizações, assim como reproduzindo-as também.

Arte é romantizada, vista de uma forma embelezada. Diego é discursado como alguém com *apetite de mamute*, alguém para quem as modelos não só posavam visualmente, mas como também

carnalmente, significando, ao meu ver, que elas se envolviam sexualmente com ele todas as vezes que eram retratadas. Isto, analisando, eu colocaria como assédio sexual, uma desmoralização da mulher que era ensinada a desejar homens com *fama e poder*. Produtos do discurso de sua época, Diego também era pintado como diferente dos *machos*, alguém que valorizava a mulher, afirmando que ela criara a arte, a indústria e a poesia. Sim, relações de poder: minha postura é ser crítica a retratar o pintor como homem de grandeza que para o qual as mulheres invariavelmente se atraíam e o desejavam ardentemente, enquanto Frida era libertina, tinha um apetite sexual exagerado para sua idade e se envolvia com muitas pessoas. Sua bissexualidade não foi uma "iniciação", como Herrera afirma, foi sim um assédio sexual. Parece-me que, perpassada pelos discursos de resistência feminista que estou hoje, esses casos se compõe de casos de violência, não de valorização da arte. Porém, mais que culpar as pessoas que tiveram estas atitudes, vejo os discursos e as práticas normatizadas da época, assim como as que vejo no Brasil atualmente, sobre a mulher que se envolve com muitas pessoas, que chora, que é sentimental, que não tem predileção pela política, que deveria ir mais para as artes, belezas, e sofre muito por amor. Enquanto os homens são mais racionais, se preocupam com a política e com o futuro do mundo, e são naturalmente líderes, honrados, estrategistas e cientistas. Quando a ciência política e as relações internacionais têm como textos-base discursos que só retratam homens nas histórias, torna-se difícil pensar diferente da mulher. E vi isto materializado na biografia de Frida, na forma como ela é discursada em contraste com Diego e outros homens que passaram pela sua vida.

Frida resistiu a estes discursos de sua época de diversas maneiras. Na escola, uma das 28 alunas em meio a mais de 2500 alunos, resistia ao ser uma das poucas a ir estudar, mas reproduzia falando coisas negativas sobre as meninas da época, como apelidos e julgamentos.

Ela estava exposta a ciência política dos clássicos masculinos, da qual já falei, da revolução comunista feita por homens, por uma história perpassada pela masculinidade, enquanto à mulher era relegada a arte, os bons costumes, a pureza e o casamento.

Ela resistiu querendo estudar outros textos, como de Marx e Engels, além de se vestir de maneira mais masculinizada, não aparar sua sobrancelha e deixando o bigode crescer naturalmente. Fazia esportes, trabalhava desde cedo e reclamava de não participar das manifestações políticas da época.

Quando se casou, casou-se com um *macho*, violento que talvez tenha assediado Frida no começo, ou não. Ele também tinha suas resistências. Resistiu ao discurso do partido comunista na época mostrando que não há estruturas rígidas, oposições ou verdades únicas. Por mais que de esquerda, ele conversava com diferentes grupos, diferentes pessoas. Tinha sua luta anti-normatividade, dentro do Partido Comunista, mas também nas suas relações pessoais, como com Frida, Modotti e suas companheiras de movimento. Os discursos nos quais ele estava colocado na esquerda foram violentos em um momento com ele, quando decidira pintar os murais para o governo e viver de sua arte. Ao mesmo tempo, ele havia sido violento com a esposa em diversos momentos. Frida era materializada enquanto esposa e dona de casa, reproduzia o que se esperava dela neste papel. O sustento do Estado. Deixou de trabalhar para acompanhar o marido, assim como viveu dos salários dele por muito tempo. Porém, resistiu em vários momentos também: trabalhou muito cedo para ajudar as mães; se envolveu com outros homens e mulheres; recusou-se a ficar nos EUA porque o marido queria; pintou seus sentimentos e ganhou visibilidade por isto. Principalmente, para mim, ela mostrou que nossa vida é política: nossos sentimentos, nossas vivências, assim como nossas tarefas domésticas. Ela foi o suporte que Diego precisava para conseguir trabalhar, para se sentir seguro e levar a cabo seu desejo de pintar. Frida controlou as finanças da casa, cuidou da saúde de Diego, assim como viveu suas próprias resistências também: como a valorização do México, da cultura indígena, da valorização da terra e da natureza e, principalmente, da recusa em dizer que as americanas eram melhores. De fato, ela apresentou uma ética própria ao mostrar que ela não precisava ser alguém na sociedade para ser melhor: ela não precisava, no fim, ser ninguém. Era sujeita em processo.

Ao meu ver, neste último ponto está seu maior desafio aos padrões da época: ela não precisou se afirmar a partir de seus bens materiais, nem de seu trabalho, nem de sua classe. Muito menos através de suas roupas ou de suas atitudes. Ela não quis ser legitimada pela sociedade para ser alguém. Ela era fluída.

Este parágrafo me compele a pensar que sujeitas são sujeitadas e objetivadas pelos discursos e práticas do local e tempo onde vivem, mas que também possuem uma ética própria de resistência. O que não cabe é essencializar, definir as pessoas enquanto um adjetivo, uma profissão, uma normatividade. Somos processo, (in)divíduas, divisíveis em nosso processo de nos compor

diariamente. E relações de poder materializam-nos, assim como materializam o Estado, o conhecimento, as normas e as instituições.

Sentimentalismo é das pessoas, a recriminação disto é um discurso violento direcionado às mulheres.

Por fim, concludo alguns pontos importantes. Primeiro, saber-poder materializa corpos, materializa sujeitas específicas. Eu não sou uma só, nem indivisível. Definir-me é congelar-me em um determinado espaço-tempo, julgando-me a partir de uma verdade específica advinda de um viés particular. Segundo, minha vida é política, não há separação entre o que vivo, entre o que as sujeitas vivem, e a assim chamada vida privada. Nasci em uma instituição política chamada maternidade, ganhei uma certidão de nascimento indicando quem eu seria: meu nome, meu sexo, minha filiação, assim como meu número de registro. Portanto, todos estes elementos que são tidos como pessoais, a mim são políticos. Aponto nesta dissertação também que é através das lutas de resistências, dos focos de vida alternativa, que podemos analisar relações de poder inicialmente, percebendo as edificações destas relações no corpo social, as violências e os silenciamentos que elas geram. Além disto, a concretude da realidade de não se definir o que somos a não ser se analisarmos os processos pelos quais passamos se tornou uma inteligibilidade mais real a mim do que as teorias realistas ou liberais puderam me fornecer.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR URBÁN, M. Los murales de Aurora Reyes: una revisión general. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

ANDERSEN, C. Remembrance of an Open Wound: Frida Kahlo and Post-revolutionary Mexican Identity. **South Atlantic Review**, v. 74, n. 4, p. 119–130, 2009.

ANDERSON, B. R. O.; BOTTMAN, D. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AYALA BLANCO, F. La caricatura política en el Porfiriato. **Estudios políticos (México)**, n. 21, p. 63–82, dez. 2010.

BACA OLAMENDI, L. (ED.). **Léxico de la política**. 1. ed ed. México, D.F: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Académica de México : Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología : Fundación Heinrich Böll : Fondo de Cultura Económica, 2000.

BARNETT, M.; DUVALL, R. Power in International Politics. **International Organization**, v. 59, n. 1, p. 39–75, 2005.

BARTRA, R. **The Cage of Melancholy: Identity and Metamorphosis in the Mexican Character**. [s.l.] Rutgers University Press, 1992.

BATISTA DO NASCIMENTO, R. Ensaio da introdução às relações internacionais. **Caderno de Relações Internacionais**. v. 3, n. 4, 2012.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. On the Cunning of Imperialist Reason. **Theory, Culture & Society**, v. 16, n. 1, p. 41–58, fev. 1999.

BRADING, D. A. Manuel Gamio and Official Indigenismo in Mexico. **Bulletin of Latin American Research**, v. 7, n. 1, p. 75–89, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BURCIAGA, M.; RUGO, F. Los murales de Francisco Montoya de la Cruz. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

CÁCERES, C.; FELISA, M. Mi experiencia con el muralismo. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

CANTÚ, A. La memoria mural de Federico Cantú Garza. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

CARBALLIDO, E. L. H. **Las otras soldaderas. Mujeres periodistas de la Revolución Mexicana: 1910-1917.** [s.l.] EAE, 2011.

CARPITA, M. Muralismo en América, actitud y revolución a través de la solidaridad. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

CARROLL, S. N. **Creating the Ideal Mexican: 20th and 21st Century Racial and National Identity Discourses in Oaxaca.** [s.l.: s.n.].

CASTELLANOS, R. **Ciudad Real.** [s.l.] Penguin Random House Grupo Editorial México, 2007.

CASTELLANOS, R. **Balún-Canán.** [s.l.] Fondo de Cultura Económica, 2010.

CASTELLANOS, R. **Oficio de tinieblas.** [s.l.] Grupo Planeta - México, 2013.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da guerra.** [s.l.] WWF Martins Fontes, 2017.

CORNEA, C. Re-viewing Survivors (BBC, 1975–77): Gender, Genre, and National Anxiety. **Quarterly Review of Film and Video**, v. 31, n. 5, p. 401–414, 4 jul. 2014.

CULTURA, S. DE. **Rosario Castellanos, la poeta de la mujer y el mundo indígena.** Disponible em: <<http://www.gob.mx/cultura/prensa/rosario-castellanos-la-poeta-de-la-mujer-y-el-mundo-indigena>>. Acceso em: 3 nov. 2017.

DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A.; ROMANE, A. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade.** São Paulo: Escuta, 2003.

DIEGO RIVERA. **The Arsenal.** Disponible em: <<https://www.diegorivera.org/the-arsenal.jsp>>. Acceso em: 10 nov. 2017.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics.** [s.l.] Routledge, 2014.

DU GAY, P.; HALL, S. **Questions of cultural identity.** Los Angeles, Calif.: Sage, 2011.

ELI BARTRA. Feminismo no México: diversidade de vozes. **Labrys**, n. 19, p. 159–192, jun. 2011.

EMILIANO ZAPATA. **Plan de Ayala, 1911.** Disponible em: <<http://www.worldpolicy.org/sites/default/files/uploaded/image/Zapata-1911-Plan%20de%20Ayala.pdf>>. Acceso em: 27 out. 2017

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** [s.l.] Univ of California Press, 2014.

FIGUEROA, V.; JESÚS, M. DE. La pintura de caballete en el apogeo del muralismo: Olga Costa, pintora de lo cotidiano. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

- FLORENCIO, S. **Os Mexicanos**. [s.l.] Editora Contexto, 2014.
- FLORES RANGEL, J. J. **Historia de México**. México: Thomson, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 3ª edição ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- FOUCAULT, M. The subject and power. In: **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics**. 2. ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 1983. p. 208–226.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. [s.l.] Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petropolis: Vozes, 2011.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOWLER-SALAMINI, H. (ED.). **Mujeres del campo mexicano, 1850 - 1990**. Zamora, Michoacán: Colegio de Michoacán [u.a.], 2003.
- FRANCISCO I. MADERO. **Plan de San Luis Potosí**, 5 out. 1910. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/2/594/14.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017
- FRIDA KAHLO. **The Bus**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/the-bus.jsp>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- FRIDA KAHLO. **Henry Ford Hospital**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/henry-ford-hospital.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017a.
- FRIDA KAHLO. **“Abortion,” “Miscarriage,” or “Untitled”? A Frida Kahlo Lithograph’s Complicated History**. Disponível em: <<https://hyperallergic.com/202802/abortion-miscarriage-or-untitled-a-frida-kahlo-lithographs-complicated-history/>>. Acesso em: 13 nov. 2017b.
- FRIDA KAHLO. **Frida and Cesarean Operation**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/frida-and-the-cesarean-operation.jsp>>. Acesso em: 14 nov. 2017c.
- FRIDA KAHLO. **A Few Small Nips**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/a-few-small-nips-passionately-in-love.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- FRIDA KAHLO. **My Nurse and I**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/my-nurse-and-i.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- FRIDA KAHLO. **Remembrance of the Open Wound**. Disponível em: <<http://www.fridakahlofans.com/c0242.html>>.
- FUNDACION UNAM. » **Antecedentes del muralismo mexicano**, 2 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.fundacionunam.org.mx/arte-y-cultura/antecedentes-del-muralismo-mexicano/>>. Acesso em: 3 nov. 2017

GAGOSHASHVILI, M. Shaping women's reproductive decisions: the case of Georgia. **Gender & Development**, v. 16, n. 2, p. 273–285, 1 jul. 2008.

GAITÁN ROJO, C. Las voces del mural: una experiencia personal. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

GAMIO, M.; ARMSTRONG-FUMERO, F. **Forjando Patria: Pro-nacionalismo**. [s.l.] University Press of Colorado, 2010.

GANTÚS, F. ¿Héroe o villano? Porfirio Díaz, claroscuros. Una mirada desde la caricatura política. **Historia mexicana**, v. 66, n. 1, p. 209–256, set. 2016.

GIRAUDO, L. Neither “Scientific” nor “Colonialist”: The Ambiguous Course of Inter-American Indigenismo in the 1940s. **Latin American Perspectives**, v. 39, n. 5, p. 12–32, 1 set. 2012.

GOBIERNO PROVISIONAL DE LA REPUBLICA MEXICANA. **Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos, que reforma la de 5 de febrero de 1857**, 5 fev. 1917. Disponible em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1917.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017

GOODMAN, J. Education, internationalism and empire at the 1928 and 1930 Pan-Pacific Women's Conferences. **Journal of Educational Administration and History**, v. 46, n. 2, p. 145–159, 3 abr. 2014.

GUADARRAMA PEÑA, G. Sirenas y naturalezas. Los murales desconocidos de Olga Costa y José Chávez Morado. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 14, 17 mar. 2011.

GUADARRAMA PEÑA, G. El muralismo después de Siqueiros, retos y perspectivas. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015a.

GUADARRAMA PEÑA, G. El mosaico mexicano, una aportación al muralismo. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015b.

GUILLERMINA U. GUADARRAMA PEÑA. Pese a todo... Elena Huerta fue muralista. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

HALL, S. et al. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rev. ed ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1985.

HERNÁNDEZ JIMÉNEZ, G. Tragedia y Música: los avatares de la creación y la figura femenina en la obra de María Izquierdo. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

HERNÁNDEZ MONTIEL, G. El muralismo en el cine mexicano. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

HERRERA, H. **Frida: a biography of Frida Kahlo**. reprint ed. New York: Perennial, 2002.

HERZ, J. H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**, v. 2, n. 2, p. 157–180, jan. 1950.

HERZOG, J. S. **Breve historia de la revolución mexicana**. [s.l.] Fondo de Cultura Económica, 1972.

HERZOG, J. S. **Breve historia de la Revolución mexicana, II: La etapa constitucionalista y la lucha de facciones**. [s.l.] Fondo de Cultura Económica, 2011.

HÍJAR, A. Ideología, muralismo y muralismos. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 14, 17 mar. 2011.

HÍJAR, A. Del realismo Cauduro. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. Numero especial, n. 15–16, 22 jun. 2015.

HÍJAR GONZÁLEZ, C. Arte para tiempos infames. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

HJERM, M. Education, xenophobia and nationalism: A comparative analysis. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 27, n. 1, p. 37–60, 1 jan. 2001.

HOBBS, T. **Leviatã**. [s.l.] Martins Fontes, 2003.

Hombre, la pintora Aurora Reyes y Frida Kahlo. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/229331806004220412/>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

IDELBER AVELAR. **Biblioteca Latino-Americana — Ariel (1900), de José Enrique Rodó, 25 maio 2011**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/05/25/biblioteca-latino-americana-ariel-1900-de-jose-enrique-rodó/>>. Acesso em: 25 maio. 2017

INGARAO, G. Las obras murales de Leonora Carrington La vigilante del laberinto y El mundo de los mayas. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES, MÉXICO. **Diego Rivera hoy: simposio sobre el artista en el centenario de su natalicio, Sala Manuel M. Ponce, Palacio de Bellas Artes, México, D.F., agosto de 1986**. [s.l.] Instituto Nacional de Bellas Artes, SEP, 1986.

JIMÉNEZ, D.; LILIA, A. ¿Por qué las mujeres no se subieron a los andamios? **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

JOLLY, J. Muralismo, Estado y Turismo en Patzcúaro, Michoacán. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

JOSEPH, G. M.; HENDERSON, T. J. (EDS.). **The Mexico reader: history, culture, politics**. Durham: Duke University Press, 2002.

JR, J. S. N. **The Future of Power**. [s.l.] PublicAffairs, 2011.

KAHLO, F. **My Dress Hangs There**. Disponível em: <[https://www.fridakahlo.org/my-dress-hangs-there.jsp#prettyPhoto\[image1\]/0/](https://www.fridakahlo.org/my-dress-hangs-there.jsp#prettyPhoto[image1]/0/)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

KAHLO, F. **My Grandparents My Parents and Me**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/my-grandparents-my-parents-and-me.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

KAHLO, F. **Four Inhabitants of Mexico**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/four-inhabitants-of-mexico.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017a.

KAHLO, F. **What the Water Gave Me**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/what-i-saw-in-the-water.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017b.

KAHLO, F. **The Two Fridas**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/the-two-fridas.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017a.

KAHLO, F. **Two Nudes in the Forest**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/two-nudes-in-the-forest.jsp#prettyPhoto>>. Acesso em: 13 nov. 2017b.

KAHLO, F. **Self Portrait with Cropped Hair**. Disponível em: <https://www.moma.org/learn/moma_learning/frida-kahlo-self-portrait-with-cropped-hair-1940>. Acesso em: 13 nov. 2017.

KAHLO, F. **Sun and life**. Disponível em: <<https://www.fridakahlo.org/sun-and-life.jsp>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

KAWAI, Y. Neoliberalism, Nationalism, and Intercultural Communication: A Critical Analysis of a Japan's Neoliberal Nationalism Discourse under Globalization. **Journal of International and Intercultural Communication**, v. 2, n. 1, p. 16–43, 1 fev. 2009.

KEATING, C. Maneuvering Gendered Nationalisms. **Women & Politics**, v. 22, n. 4, p. 69–88, 30 abr. 2001.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. [s.l.] Longman, 2011.

KIRMANI, N. N. The Unhappy Marriage of Religion and Politics: Problems and Pitfalls for Gender Equality. **Gender & Development**, v. 19, n. 2, p. 325–327, 1 jul. 2011.

KRAUZE, E.; HEIFETZ, H. **Mexico: biography of power ; a history of modern Mexico, 1810 - 1996**. 1. HarperPerennial ed ed. New York: HarperPerennial, 1998.

KRISTEVA, J.; ROUDIEZ, L. S. **Strangers to ourselves**. New York: Columbia Univ. Press, 1991.

LAZO, R. Mi participación en el muralismo mexicano. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

LINDAUER, M. A. **Devouring Frida: The Art History and Popular Celebrity of Frida Kahlo.** [s.l.] Wesleyan University Press, 2011.

LÓPEZ OROZCO, L. Los murales de las hermanas Marion y Grace Greenwood. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

LÓPEZ OROZCO, L. Salvador Almaraz y su epopeya mural. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 14, 17 mar. 2011.

MARTIN, D. Gender, Malayness and the Ummah: Cultural Consumption and Malay-Muslim Identity. **Asian Studies Review**, v. 38, n. 3, p. 403–421, 3 jul. 2014.

MCAFEE, N. **Julia Kristeva.** [s.l.] Taylor & Francis, 2004.

MEXICO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA (EDS.). **Las Mujeres en la Revolución Mexicana: 1884-1920.** Mexico: Cámara de Diputados, LV Legislatura : Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1992.

MILLER, M. G. **Rise and Fall of the Cosmic Race: The Cult of Mestizaje in Latin America.** 1st. Ed ed. [s.l.: s.n.].

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MORRISON, J.; KAHLO, F. **Frida Kahlo.** [s.l.] Infobase Publishing, 2003.

MOTIAN-MEADOWS, M. **Frida Kahlo: the personal and political.** [s.l.] California State University, Fullerton, 1982.

MUÑOZ, M. L. O. **“We Speak for Ourselves”: The First National Congress of Indigenous Peoples and the Politics of Indigenismo in Mexico, 1968-1982.** [s.l.] ProQuest, 2009.

PABLO ESCALANTE GONZALBO et al. **Nueva historia mínima de México ilustrada.** México: Secretaría de Educación del Gobierno del Distrito Federal, 2008.

PÉREZ ALONSO, L. Frida Kahlo and the Improper/Unclean: Toward the Condition of Abjection. **Women’s Studies**, v. 43, n. 4, p. 407–424, 19 maio 2014.

PÉREZ LÓPEZ-PORTILLO, R. **Historia breve de México.** Madrid: Silex Ed, 2002.

PILAR TURU. **Aurora Reyes: La primera muralista mexicana.** Disponível em: <<https://culturacolectiva.com/arte/aurora-reyes-la-primera-muralista-mexicana/>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

PORFIRIO DÍAZ. **Renúncia do General Porfirio Díaz**, 25 maio 1911. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.tv/zapata/1911/z25may11b.html>>. Acesso em: 15 out. 2017

PRIGNITZ-PODA, H. Centenario por el nacimiento de Frida Kahlo (1907-2007) Frida Kahlo: Sadjá, Carma y El venado herido, 1946. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

QUIJANO, P. Evolución histórica de la mujer en el arte público en México. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

RABASA MISHKIN, E. O.; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE LA REVOLUCIÓN MEXICANA (EDS.). **Introducción, antecedentes y explicación general de la Constitución de 1917**. México, DF: Inst. Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1990.

RAMÍREZ OROPEZA, M. En los andamios del cambio: arte, política y cultura indígena. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

RANCIERE, J.; COSTA NETTO, M. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

REVEL, J.; PIOVEZANI FILHO, C.; MILANEZ, N. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

ROBLES GONZÁLEZ, O. La idea de realismo en Siqueiros. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 15–16, 22 jun. 2015.

RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, I. Diego Rivera ilustrador de la Historia Patria. **Crónicas. El Muralismo, Producto de la Revolución Mexicana, en América**, v. 0, n. 13, 4 maio 2010.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. [s.l.] L&PM, 2008.

SCHAEFER, C. **Textured lives: women, art, and representation in modern Mexico**. [s.l.] University of Arizona Press, 1992.

SEDDIGHI, G. Mothers' Affective Networking and Privileges in Online Space: The Case of Iranian Mothers of Park Laleh. **Feminist Media Studies**, v. 14, n. 3, p. 523–527, 4 maio 2014.

SHAPIRO, M. J. **Reading the postmodern polity: political theory as textual practice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

SILIUS, H. The Timeliness of a Social Turn in Feminist Studies. **NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research**, v. 18, n. 4, p. 279–283, 1 dez. 2010.

SILVA, S. S. El Consejo Nacional de Pueblos Indígenas y la política indigenista. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 47, n. 3, p. 197, jul. 1985.

SOARES, M. A. **Uma perspectiva arqueogenealógica e ética das Relações Internacionais : os saberes, os poderes e os sujeitos que orbitam os domínios da paz.** Mestrado em Relações Internacionais—Brasília, DF; Universidade de Brasília, 23 mar. 2017.

SOUTER, G. **Frida Kahlo.** [s.l.] Litres, 2017a.

SOUTER, G. **Kahlo.** [s.l.] Litres, 2017b.

SUTTON, D. Re-scripting women's collective action: Nationalist writing and the politics of gendered memory. **Identities**, v. 5, n. 4, p. 469–500, 1 abr. 1999.

TAIBO, P. I. **Bolcheviques: historia narrativa de los orígenes del comunismo en México (1919-1925).** México, D.F.: Ediciones B, 2008.

TIBOL, R. **Frida Kahlo.** [s.l.] UNM Press, 1993.

TROTSKY, L. **Escritos latinoamericanos en México (1937-1940).** Buenos Aires; México, D.F.: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones “León Trotsky” ; Museo Casa León Trotsky, Instituto del Derecho de Asilo, 2013.

URQUIZO, F. L. **Carranza: el hombre, el político, el caudillo.** Segunda edición ed. México, D.F: Secretaría de Educación Pública: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México, 2015.

VALADÉS, P. G. DE. **Universitarias latinoamericanas: liderazgo y desarrollo.** [s.l.] UNAM, 1990.

VASCONCELOS, J.; JAÉN, D. T. **The cosmic race: a bilingual edition.** Johns Hopkins paperbacks ed ed. Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press, 1997.

VIRANKABUTRA, T. C.; KUSAKABE, K. Contesting and complying: gender and ethnicity among Thai-Sikh diaspora youth in Bangkok. **Migration and Development**, v. 3, n. 2, p. 203–218, 3 jul. 2014.

WEBER, M.; TRAGTENBERG, M.; TOLLE, O. **A política como vocação.** Brasília: UnB, 2003.

WENDT, A. Collective Identity Formation and the International State. **American Political Science Review**, v. 88, n. 2, p. 384–396, jun. 1994.

YUVAL-DAVIS, N. Gender and nation. **Ethnic and Racial Studies**, v. 16, n. 4, p. 621–632, 1 out. 1993.

YUVAL-DAVIS, N. **Gender and Nation: SAGE Publications.** [s.l.] SAGE, 1997.